



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNRH

### 1. Dados Gerais

**Data:** 29 de junho de 2020

**Local:** Videoconferência *Microsoft Teams*®.

**Objetivo:** Realização da 42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

### 2. Pauta - Ordem do dia

Abertura

1. Deliberação acerca da Resolução Ad referendum no 210, publicada em 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências. Processo no 59000.009279/2020-91
2. Proposta de Resolução que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
3. Proposta de Resolução que prorroga, por um ano, o mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.
4. Apresentação do Parecer elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, relativo à avaliação do Relatório de Segurança de Barragens 2018, em atendimento as Resoluções CNRH n. 144/2012 e n. 178/2016. Processo nº 59000.029850/2019-51
5. Informe sobre a solicitação da Confederação Nacional da Indústria, Carta-00453/2020, de 02 de abril de 2020, referente a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias. Processo nº 59000.007027/2020-28
6. Informe sobre o Projeto de Lei do Senado - PLS n. 550/2019, que propõe alterar dispositivos da Lei n. 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens).
7. Apresentação do cronograma de reuniões do CNRH e das Câmaras Técnicas.
8. Assuntos Gerais.
9. Encerramento.

### 3. Principais Discussões e Encaminhamentos

#### 1. Abertura

O Sr. Renato Saraiva Ferreira, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério de Desenvolvimento Regional, na qualidade de presidente da sessão, conforme disciplinado no § 3º, art. 3º, do Decreto 10.000/2019, iniciou a Reunião declarando satisfação em estar retomando as reuniões do CNRH, por meio de videoconferência. Agradeceu a presença de todos e pediu a colaboração e paciência dos presentes por estarem todos ainda em aprendizado com esse novo modelo de plataforma. Relembrou do desafio para instalação da Plenária do Conselho e para o início do Cronograma de trabalho do ano de 2020, com a instalação das Câmaras Técnicas e realização de reuniões por elas.

Salientou sobre a tomada de decisão de se retomar as atividades do Conselho e das suas instâncias, por meio de videoconferências. Elaborou-se então a Resolução 210 *ad referendum* do Conselho que foi aprovada e publicada por meio de parecer da Conjur, sendo o suporte legal para essa retomada.

Dito isto, declarou-se abertos os trabalhos e então a Sra. Roseli Souza da Secretaria Executiva, tomou a palavra para dizer dos procedimentos da reunião.

Logo após, o Sr. Renato Saraiva informou que a Secretaria-Executiva recebeu dois pedidos de requerimento de urgência, a saber:

1. Proposta de Resolução que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
2. Proposta de Resolução referente à prorrogação dos mandatos dos atuais membros e da diretoria dos Comitês das Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União: CBH Grande, CBH Paranapanema e CBH Verde-Grande.

Sendo assim, foi avaliada a admissibilidade das duas propostas para serem inseridas na ordem do dia, sendo aprovadas por unanimidade.

#### **2. Deliberação acerca da Resolução Ad referendum no 210, publicada em 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências. Processo no 59000.009279/2020-91.**

O Sr. Renato Saraiva, presidente da sessão, colocou em tela a Resolução 210, publicada em 27 de maio de 2020 para que todos acompanhassem novamente a leitura. E feito isto, passou para votação da Resolução *ad Referendum*.

O Sr. Vinícius Rocha Crespo de Oliveira (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de lazer e turismo) pediu a palavra como questão de ordem e sugeriu, como forma de otimizar o processo de votação, que o silêncio fosse considerado manifestação de aprovação, e caso alguém discorde ou se abstenha, que manifeste essa votação. Sendo assim, o Sr. Renato Saraiva concordou que desta forma haveria uma otimização do processo. Houve manifestações sobre o tema e por fim concluiu-se que, em caso de extrema importância, como é o caso da Resolução *ad Referendum* 210, que a votação seja nominal e nos demais casos, como o sugerido pelo Sr. Vinícius Rocha Crespo. Ao final da votação, a Proposta foi

aprovada por unanimidade, 30 favoráveis.

Encaminhamento: Resolução Aprovada.

### **3. Proposta de Resolução que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.**

O Sr. Flamínio Guerra Guimarães, Presidente do CBH Doce foi responsável por apresentar as motivações que levaram a proposição da norma, como se deu a tramitação no Comitê. Então foi feito um breve histórico da AGEVAP salientando sua experiência e competência para assumir como delegatária. Por meio de um diálogo crescente considerou-se uma estrutura possível para o auxílio à Bacia no sentido de concluir a entrega dos trabalhos. Ao final da apresentação o Sr. Flamínio Guerra pediu a colaboração dos Conselheiros no sentido de aprovar a proposta.

Logo então, passou-se a palavra ao Sr. André Marques, Diretor Presidente da AGEVAP para que se pronunciasse em relação à Nota Técnica que foi proposta. Em seguida o Sr. Volnei Zanardi da ANA concluiu a apresentação apontando a transição do IBIO para AGEVAP e colocando a questão das avaliações que têm mostrado consistência do processo de gestão na delegatária.

Após as apresentações, foi concedida a palavra para observações ou esclarecimentos por parte dos Conselheiros. Houve algumas manifestações e em seguida colocou-se em votação a Resolução em questão, com a observação de que dentro de um ano a agência tem que apresentar junto ao Comitê o seu plano de ação. Não houve votos contrários, somente uma abstenção da CNI, encerrando-se como aprovada a proposta de delegação da AGEVAP.

Encaminhamento: Resolução Aprovada.

### **4. Proposta de Resolução que prorroga, por um ano, o mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.**

A apresentação desta pauta foi feita pelo Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Comitês de Domínio da União, que destacou o conforto razoável dos Comitês, com a prorrogação do prazo, para realização das novas eleições, dando segurança jurídica ao prosseguimento do trabalho das delegatárias e servindo de respaldo aos Comitês estaduais. Portanto o impacto que representou a pandemia confrontou com a continuidade das diretrizes, fazendo-se necessária esta prorrogação.

Após o reforço de alguns Conselheiros à proposta colocada pelo Sr. Anivaldo de Miranda o Sr. Renato Saraiva, presidente da sessão, fez a leitura e considerações a cerca dos artigos. E então abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. Sendo assim, foi identificada uma pequena divergência no texto e a Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Abragel) sugeriu uma redação mais clara que foi acordada entre os demais Conselheiros.

Concluídas as manifestações, levou-se à votação, não havendo votos contrários ou abstenções. Considerando, assim, aprovada por unanimidade.

Encaminhamento: Resolução Aprovada com alteração.

### **5. Apresentação do Parecer elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, relativo à avaliação do Relatório de Segurança**

**de Barragens 2018, em atendimento as Resoluções CNRH n. 144/2012 e n. 178/2016. Processo no 59000.029850/2019-51.**

O Sr. Renato Saraiva fez breve explanação do relatório que apresenta sugestões de aperfeiçoamento pendente para o ano seguinte, o qual foi trabalhado pela CTSB e a Sra Jussara fez a apresentação deste trabalho.

Foi explicado que o Relatório de Segurança de Barragens é um dos instrumentos da política que visa dar um retrato do estágio atual da situação das barragens do país, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano de referência do relatório. E que compete ao CNRH encaminhá-lo ao Congresso Nacional. O grupo de trabalho foi formado e a Agência Nacional adotou como cadastro único o SINSB, como base de informações. O qual trouxe mais eficiência na depuração de dados. O Relatório também compreende informações de forma didática e técnica que facilitam e auxiliam na tomada de decisão gerencial bem como um resumo com linguagem mais acessível para a sociedade e para o Congresso Nacional. O GT também formulou recomendações de ações internas que cabem ao CNRH conduzir e outras recomendações que são voltadas a órgãos externos.

Ao término da apresentação o Sr. Renato Saraiva abriu para pedidos de esclarecimentos a respeito do parecer apresentado. Os conselheiros que se manifestaram parabenizaram o conteúdo apresentado, mas houve questionamentos sobre as recomendações no que tange às moções e resoluções. O parecer foi aprovado com essas ressalvas.

Encaminhamento: Parecer aprovado com ressalvas. Plenário solicitou a retirada das recomendações que propõem moções e resoluções.

**6. Informe sobre a solicitação da Confederação Nacional da Indústria, Carta-00453/2020, de 02 de abril de 2020, referente a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias. Processo no 59000.007027/2020-28**

O Sr. Renato Saraiva passou a palavra ao Sr. Davi Bomtempo da CNI, que fez referência à solicitação de suspensão da cobrança pelo uso da água que foi encaminhada pela CNI ao Sr. Rogério Marinho, Ministro do MDR, utilizando como justificativa a questão de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus. A solicitação pede suspensão de cobrança pelo uso da água por 120 dias, contemplando o período entre abril e julho de 2020, de modo que os valores das parcelas relativas a esses meses sejam acrescidos às parcelas do ano de 2021, sem adição de juros ou multa.

A proposta feita pela ANA, com a palavra o Sr. Superintendente Humberto Gonçalves, teve o mesmo sentido de reflexão sobre o impacto da pandemia no sistema de cobrança. Após a exposição dos fatos, trouxe para debate quais seriam as alternativas para viabilizar a sustentação das entidades delegatárias nesse período, de forma a minimizar a inadimplência do pagamento pelo uso da água.

Após longo debate, concluiu-se que o assunto seja internalizado no Conselho, na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança e na Câmara Técnica de Assuntos Legais de forma a cumprir toda a tramitação legal. O Sr. Renato Saraiva, também enfatizou o aparato do Ministério da Economia para auxiliar de uma forma que dê mais segurança a todos. Concluindo que seja um grupo misto, mais representativo possível, com a participação de todos os setores. Compromisso que a Secretaria-Executiva na coordenação dos trabalhos.

Encaminhamento: Foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de se discutir a suspensão da emissão de boletos de cobrança pelo uso da água, em 2020, ou

medida alternativa. Enviar aos Conselheiros mensagem solicitando a manifestação de interesse em participar do GT.

## **7. Proposta de Moção sobre o Projeto de Lei do Senado - PLS no 550/2019, que propõe alterar dispositivos da Lei no 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens).**

A Sra. Cristiane Collet Battiston, presidente da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, fez a apresentação do tema, explicando que este Projeto de Lei 550 foi motivado pelo rompimento da barragem de rejeito do Córrego Feijão em Brumadinho. E em paralelo na Câmara dos Deputados foi instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, resultando o Projeto de Lei 2.791 que também altera a Lei 12.334 de segurança de barragem. Então o Congresso formulou um substitutivo que alinhasse as propostas, e neste ponto entra a participação do CNRH. Os membros da CTSB encaminharam pela criação de um Grupo de Trabalho para analisar o texto substitutivo do PL 550, e avaliar a necessidade de propor ao CNRH o envio de considerações sobre ele, de forma a fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre as alterações da Política Nacional de Segurança de Barragem. Desta forma, para a conclusão da tramitação do PL 550, resta apenas uma votação no Senado e a sanção pela Presidência da República. Tanto os membros do GT, quanto da Câmara Técnica se empenharam para apresentar ao Senado e a Presidência da República essa manifestação do CNRH. E assim a Sra. Cristiane Battiston encerrou propondo a discussão deste encaminhamento.

A Sra. Mônica Irion Almeida (Concessionárias e Autoridades de Geração Hidrelétrica) registrou interesse no sentido de manifestar agilidade e apoio no mapeamento junto ao Senado. Assumindo o compromisso de estar informando qualquer informação adicional que seja importante.

Sendo assim, o Sr. Renato Saraiva concluiu relatando que a proposta seria encaminhada para a CTAL, ficando o compromisso de a Câmara fazer uma reunião de urgência para tratar do assunto.

Encaminhamento: Acordou-se que o segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica monitoraria a tramitação do PL no Senado. O MDR também solicitaria apoio da sua Assessoria Parlamentar. A proposta de moção elaborada pela CTSB seguiria a tramitação dentro do CNRH.

## **8. Apresentação do cronograma de reuniões do CNRH e das Câmaras Técnicas.**

O calendário proposto pela Secretaria-Executiva tem caráter informativo. O Sr. Renato Saraiva deixou claro que eventualmente pode haver ajustes.

## **9. Encerramento.**

Concluídos os informes, o Sr. Renato Saraiva agradeceu a presença dos Conselheiros, dos Presidentes de Câmaras Técnicas e demais convidados, e declarou encerrada a 42ª Reunião Ordinária do CNRH.

A transcrição e a presente memória da reunião, que juntas constituem a Ata, foram aprovadas na 43ª Reunião Ordinária do CNRH, em 20/11/2020 – sem alterações.

O vídeo da reunião está disponível em:

[https://integracao-my.sharepoint.com/:f/g/personal/cnrh\\_integracao\\_gov\\_br/EvvAlkWC4O9PnUjGTz1V2QwB-DXQRKfM8yf-v1G7q9a7yw?e=j57CrA](https://integracao-my.sharepoint.com/:f/g/personal/cnrh_integracao_gov_br/EvvAlkWC4O9PnUjGTz1V2QwB-DXQRKfM8yf-v1G7q9a7yw?e=j57CrA)

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA  
Secretário Nacional de Segurança Hídrica  
Secretário Executivo do CNRH

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do CNRH

59000.010533/2020-02



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 06/07/2021, às 18:28, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Simonetti Marinho, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional**, em 08/07/2021, às 10:45, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3186680** e o código CRC **0C25C49C**.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Secretaria Nacional de Segurança Hídrica Departamento de Recursos**  
**Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas**

**42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

Brasília/DF.  
29 de junho de 2020.

*(Degravação ipsis verbis)*  
*Empresa ProiXL Estenotipia*

- 1 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Renato, enquanto reinicia a gravação, como  
2 eu perdi o início então das explicações entrando e saído, você disse agora que você que  
3 vai iniciar à reunião, vai coordenar. O Vinicius então não participa hoje?
- 4 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Hoje não.
- 5 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Nem amanhã?
- 6 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está programado  
7 para amanhã.
- 8 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Está bom, obrigada, Renato.
- 9 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Carregador?
- 10 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Já pego.
- 11 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pode fazer a  
12 chamada, Rosely?
- 13 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Posso, então vamos lá. Então o  
14 Ministério do Desenvolvimento Regional, 1ª vaga é Paulo Henrique, se encontra.  
15 Ministério do Desenvolvimento Regional, Gilson?
- 16 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Sim, presente.
- 17 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Presente.
- 18 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos.
- 19 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Gilson. Ministério da Justiça e  
20 Segurança Pública, a Luana. Se encontra? Ministério da Defesa, Comandante Pimentel  
21 se encontra?
- 22 **SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH)** – Afirmativo. Boa  
23 tarde.
- 24 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde. Ministério das Relações  
25 Exteriores, Nicola ou o Igor, se encontram? Ou Artur? Ministério da Economia, isso aqui  
26 foi recém enviado para a gente, é provável que ele não esteja presente, mas se estiver,  
27 por favor. Não, né? A segunda vaga, o Ministério da Economia, Fabiano Pompermayer.
- 28 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Presente.  
29 Fabiano.
- 30 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Infraestrutura.



31 **SR. ALEXANDRE VAZ SAMPAIO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Presente.  
32 Alexandre Sampaio. Conselheiro, 1º Suplente.

33 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Alexandre. Ministério da  
34 Agricultura e Pecuária, Mariane Crespolini dos Santos ou Michel Gomes de Sá.

35 **SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Eu estou  
36 aqui, Gustavo, ela indicou como Suplente, mas parece que teve um probleminha, eu vou  
37 pedir para ela entrar e registrar a presença então.

38 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está bom, está ótimo. Ministério da  
39 Economia está vago, porque eles vão fazer uma indicação. Ministério da Educação, Maria  
40 Luciana da Silva Nóbrega.

41 **SRª. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Membro Titular do CNRH)** – Sim, boa  
42 tarde. Luciana, presente. Representante Titular.

43 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Luciana. Ministério da Saúde,  
44 Camila Vicente Bonfim.

45 **SRª. CAMILA VICENTE BOMFIM** – Boa tarde. Camila.

46 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia, Reive  
47 Barros dos Santos ou Tiago Guilherme Ferreira Prado.

48 **SR. THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO (Membro 1º Suplente do CNRH)** –  
49 Tiago, presente pelo Ministério de Minas e Energia. Suplente do Secretário Reive.

50 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – A segunda vaga do Ministério de Minas e  
51 Energia, o senhor Domingos Romeu Andreatta. Na ausência dele, o Guilherme Silva de  
52 Godoi. Ou Igor Sousa Ribeiro. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Fábio  
53 Donato Soares Larotonda. Bruno César Prosdocimi.

54 **SR. BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Bruno  
55 aqui.

56 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Bruno. Ministério do Meio  
57 Ambiente, Ricardo Sales. A segunda vaga do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo  
58 Fortunato Bim. Ministério do Turismo, Sinara Leandra Silva.

59 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** –  
60 Sinara, presente. Boa tarde a todos.

61 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Sinara. E Ministério da  
62 Mulher, da Família, dos Direitos Humanos, Liz Abad Maximiano. Henrique Vila da Costa  
63 Ferreira. Ok. Então passamos aos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos.

64 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Rosely, acho que a Mariane entrou, se quiser  
65 chamar ela de novo.

66 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ah tá, obrigada. Então do Ministério da  
67 Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Mariane Crespolini dos Santos.

68 **SRª. MARIANE CRESPOLINI DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Presente,  
69 estou por aqui, peço desculpas pelo atraso. Boa tarde a todos.

70 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Mariane. Conselho Estadual  
71 Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

72 **SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa  
73 tarde, Noquelli está presente.

74 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Noquelli.

75 **SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa  
76 tarde.

77 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Distrito Federal e Espírito Santo. Já vi  
78 que o Hélio se encontra.

79 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Espírito Santo, boa tarde. Hélio de Castro Paulino. 1º  
80 Suplente.

81 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está bom. Obrigada. Paraná, Rio Grande  
82 do Sul, Santa Catarina.

83 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Eu sou do Rio Grande do Sul.

84 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Conselho Estadual agora do Paraná ou  
85 Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o José eu vi que ele estava por aí. Ou o Paulo Paim.

86 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – O Paulo Paim está aí.

87 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está joia, então. Sim, então Paulo Paim,  
88 né? Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Marília Carvalho de Melo. Pelo Rio de  
89 Janeiro, Diana, Diane Varanda Rangel. São Paulo, Rio, Luiz Ricardo Santoro.

90 **SR. LUIZ RICARDO SANTORO (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Luiz Ricardo Santoro  
91 está aqui presente, 2º Suplente.

92 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Conselho Estadual, Amapá, Tocantins e  
93 Rondônia. É Luís Roberto Takayama.

94 **SR. MARCÍLIO LEITE LOPES** – É Marcílio de Rondônia, Marcílio Leite Lopes, presente,  
95 viu? Secretário de Rondônia.

96 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está ótimo. Roraima, Amazonas e Pará.  
97 Marta Cecília Mota. O Eduardo Costa Taveira.

98 **SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Presente.

99 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – O Eduardo presente, obrigada, Eduardo.

100 **SRª. LUCIENE MOTA DE LEÃO CHAVES (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Luciene  
101 Chaves do Pará também, presente.

102 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok, obrigada, Luciene. Ceará, Piauí e  
103 Maranhão, Ramon Rodrigues.

104 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Ramon  
105 Rodrigues, presente, Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Boa tarde a todos.

106 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok, boa tarde. Rio Grande do Norte,  
107 Paraíba e Pernambuco, Paulo Lopes Varella Neto.

108 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Paulo Varella,  
109 presente.

110 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Porfírio Loureiro.

111 **SR. PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO (Membro 1º Suplente do CNRH)** –  
112 Presente.

113 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – E a Fernandha Lafaiete.

114 **SRª. FERNANDHA BATISTA LAFAYETTE (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Presente,  
115 Pernambuco, presente.

116 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Conselho Estadual, Bahia, Sergipe e  
117 Alagoas. Bahia, João Carlos Oliveira da Silva.

118 **SRª. LARISSA CAIRES** – Boa tarde a todos. Aqui quem fala é Larissa Caires, Conselho  
119 Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, Titular, aguardando a chegada em poucos  
120 minutos do nosso secretário, presidente do conselho, o João Carlos Oliveira Silva. Já está  
121 no prédio, daqui a pouquinho ele entra para participar da reunião.

122 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada. Ailton Francisco da Rocha  
123 pelo Sergipe. E Alex Gama de Santana.

124 **SR. PEDRO LUCAS** – Boa tarde, aqui é Pedro Lucas, Superintendente de Recursos  
 125 Hídricos de Alagoas, representando o Alex Gama.

126 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok, é porque aqui é só os conselheiros,  
 127 mas a gente está aguardando aqui o João Carlos para colocar aqui a presença dele, da  
 128 composição Bahia, Sergipe e Alagoas. Agora usuários e sociedade civil. Irrigantes:  
 129 Nelson Ananias Filho.

130 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos. Nelson  
 131 Ananias Filho, Conselheiro Titular dos Irrigantes.

132 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok, Nelson, bem-vindo. Também tem o  
 133 Fernando e o Alexandre Azevedo Velho. Pois não.

134 **SR. ROBERTO FAGUNDES** – Eu sou Suplente do Alexandre Velho. É Roberto  
 135 Fagundes. Rio Grande do Sul, Federarroz.

136 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Prestadores de serviço público de  
 137 abastecimento de água e de esgotamento sanitário, Wanderley da Silva Paganini.

138 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Presente, Titular  
 139 da ESB.

140 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok.

141 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley da  
 142 Silva Paganini, presente.

143 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Wanderley.

144 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, eu.

145 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Suplente é o Aparecido e a Roberta dos  
 146 Anjos. Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, Mônica Irion Almeida.

147 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos.  
 148 Presente, representando a ABRAGE como Conselheira Titular.

149 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Também Marcelo Oliveira de Moraes e  
 150 Maria Aparecida Borges, representando o setor.

151 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
 152 **CNRH)** – Maria Aparecida, presente, representando a ABRAGEL.

153 **SRª. JÚLIA SAGAZ** – Júlia Sagaz, representando o Marcelo Moraes.

154 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Setor hidroviário, José Rebelo III.

155 **SR. JOSÉ REBELO III (Membro Titular do CNRH)** – Presente, José Rebelo, Conselheiro  
156 Titular, representando a FENAVEGA.

157 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Indústria, Davi Bomtempo.

158 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Presente. Davi Bomtempo,  
159 representando a indústria.

160 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Também o Alexandre Vilela e a Maria  
161 Cristina Yuan dos Santos. Pescadores e usuários de recursos hídricos com a finalidade  
162 de lazer e turismo, Mário Reinaldo Tadros. Wilson de Azevedo Filho.

163 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** –  
164 Perdão. Vinícius Crespo, 2º Suplente, representando a Federação do Comércio, Bens e  
165 Serviços do Rio de Janeiro.

166 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok.

167 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – 2º  
168 Suplente.

169 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está bom. Wilson ainda não chegou, né?  
170 Comitê de Bacia.

171 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – E o Taples acho que também não, então acho  
172 que eu vou ser o representante do segmento. Boa tarde.

173 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está ótimo.

174 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Alô. Wilson de  
175 Azevedo.

176 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Oi Wilson, está aí presente?

177 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Eu estou aqui  
178 presente.

179 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Wilson, presente. Comitê de Bacia  
180 Hidrográfica em fins de domínio da união, Anivaldo de Miranda Pinto.

181 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Estou aqui,  
182 presente, acompanhando à reunião.

183 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – E também Waldemir Fernandes de  
184 Azevedo e Germano Hernandes Filho, são também Suplentes.

185 **SR. WALDEMIR FERNANDES DE AZEVEDO (Membro 1º Suplente do CNRH)** –  
186 Waldemir está presente.

187 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está bom, bem-vindo, Valdemir.  
188 Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa. Jefferson Nascimento de Oliveira.

189 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Jefferson,  
190 representando as OTEPs, UNESP, Universidade Estadual Paulista, presente. Boa tarde a  
191 todos.

192 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde. Sinara e a Célia Renault  
193 também fazem parte das organizações. Organizações não governamentais: Marco  
194 Antônio dos Santos.

195 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Presente aqui,  
196 representando o Consórcio PCJ.

197 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. E João Clímaco e Luísa Figueira  
198 Sales também. Então temos 29 por enquanto, 29 Conselheiros confirmados, presentes.  
199 Com o João Carlos que deve adentrar, daremos 30 representantes aqui, Conselheiros.

200 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então temos quórum  
201 para iniciar a reunião, né?

202 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Sim, temos quórum.

203 **SR. MARCOS NEVES (SEMARH Goiás)** – Rosely?

204 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Sim.

205 **SR. MARCOS NEVES (SEMARH Goiás)** – Marcos Neves da SEMARH de Goiás, é  
206 possível que a secretária, ela não consiga participar da reunião, Secretária Andréa  
207 Vulcanis, representando o Conselho de Goiás, aí nesse caso quem está, fará a  
208 representação é o Noquelli, que é o 1º Suplente.

209 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está certo, é isso mesmo. Obrigada,  
210 Marcos.

211 **SR. MARCOS NEVES (SEMARH Goiás)** – Ok. Obrigado.

212 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Oi Rosely?

213 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Oi.

214 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – É Leonardo,  
215 Mato Grosso do Sul, também presente.

216 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vindo. Renato, podemos...

217 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Podemos iniciar?

218 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Podemos iniciar.

219 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Apresentando. Você  
220 quer dar as boas-vindas aí?

221 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Acho que a gente já pulou aquela etapa  
222 de início, mas é por que o senhor for direto para conferir o quórum.

223 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos. É  
224 uma satisfação estarmos retomando nossas reuniões do CNRH, agradecer a presença de  
225 todos, pedir paciência a todos e colaboração a todos, porque estamos todos aprendendo  
226 a trabalhar com essas novas plataformas. Foi um desafio grande, essa decisão, como  
227 todos acompanharam no final do ano passado, instalamos a nossa Plenária do Conselho.  
228 E a partir daí, iniciamos o nosso cronograma de trabalho do ano de 2020. Conseguimos  
229 fazer reuniões pelas Câmaras Técnicas, instalar as Câmaras Técnicas lá em fevereiro, a  
230 Câmara Técnica de Planejamento, do plano, de outorga e cobrança. A Câmara Técnica  
231 de Segurança de Barragens e as quatro Câmaras. E ainda restaram, em março ainda  
232 realizamos reunião também dessas Câmaras, e a Câmara também de Assuntos Legais. E  
233 ali no início de março, conseguimos ainda realizar a segunda reunião dessas quatro  
234 Câmaras. E estava prevista a reunião da CTIGAT que é de transfronteiriça e atos  
235 terrestres, para aquela terceira semana de março. E também de assuntos de educação  
236 em ciência e tecnologia. Quando veio o decreto de calamidade pública, suspendendo as  
237 reuniões presenciais. Então passamos o período para definir o que fazer, até para  
238 entender todos nós como é que se dá essa questão da pandemia. Mas lá pelas, lá para  
239 início de maio, por aí, ao final de abril, identificamos que o processo ia se prolongar,  
240 mesmo, tivemos nesse período também a mudança do nosso Ministro, né, então assumiu  
241 o Rogério Marinho. Então com nosso Secretário Marcelo, levamos o assunto ao nosso  
242 Ministro Rogério Marinho, e quando foi tomada a decisão de retomar as atividades do  
243 Conselho, das suas instâncias, por meio de videoconferência. Em parecer da nossa  
244 Conjur, houve o entendimento de que não era simplesmente iniciar as reuniões por  
245 videoconferência, mas que era necessário ter um normativo que regulasse esse tipo de  
246 reunião, até por que as nossas reuniões têm caráter deliberativo e é importante dar um  
247 suporte legal para essa retomada. Então daí foi elaborada uma resolução e foi publicada  
248 a Resolução 210, em que passou a regular as reuniões do Conselho por  
249 videoconferência. E é uma resolução ad referendum do Conselho, exatamente no padrão  
250 que o Decreto 10.000 prevê para situações excepcionais, para situações que seja  
251 necessária uma tomada de decisão imediata do Ministro, que foge da rotina. Esse

cuidado a gente sempre vai ter na edição desses atos. E por isso então foi editada essa Portaria 210, e que dá base a nossa, a nossa reunião. Então dando sequência nos nossos trabalhos, para definir a nossa agenda do dia, todos receberam previamente, uma agenda prévia, com orientação estabelecida. Então formalmente estou declarando aberto os nossos trabalhos. Então eu gostaria de pedir também que então que todos mantenham seu microfone mudo, para evitar interferências. E sempre que seja necessidade de uma intervenção, né, de preferência levante a mão, e como está dando problema com alguns, a pessoa abre a sua câmera e faz o sinal para a Secretaria-Executiva dos Trabalhos anotar o pedido de palavra. Vai ser concedido em caráter também por ordem de pedido de inscrição. Sempre é importante dizer o seu nome e a entidade que está representando, o setor que está representando. Bom, em cada momento de votação é muito importante também que abra seu microfone e a sua câmera. Reiterar, bom, daí eu acho que dito isso, né, Rosely, então poderíamos dizer dos procedimentos da reunião, conforme regimento interno. Gostaria só antes de afirmar que a Resolução ad referendum do Ministro que criou a possibilidade de reuniões por videoconferência, ela não altera o regimento interno atual, é uma decisão também, até se pensou em colocar prazos mais curtos para agilizar até a possibilidade de reuniões, mas houve o entendimento de não mexer no atual regimento. Então segue o atual regimento, com pequenos ajustes que nós vamos ver ali na própria descrição da Resolução. E que critérios mais no sentido do uso da ferramenta, mesmo, da plataforma por videoconferência. Então Rosely, diga aí dos procedimentos do regimento.

**SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então antes de falar, Renato, só registrar que algumas pessoas pediram à palavra, mas eu queria só ver se elas já resolveram, aí se puderem abaixar a mãozinha, porque eu estou vendo aqui o Gustavo, a Maria do Socorro, o Igor e o Davi Bomtempo. Se já resolveu, a gente pode, pediria só para abaixar a mão. E também registrar que... É, também registrar também que já entrou o representante do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama. O Eduardo Fortunato, Eduardo Fortunato Bim.

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bem-vindo.

**SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Que então os procedimentos da reunião, somente terão direito a voto os Conselheiros Titulares, os Conselheiros Suplentes só poderão votar quando substituírem os titulares, ante a sua notória ausência. Os Conselheiros Suplentes, sempre terão direito a voz. Os Conselheiros podem delegar a seu critério o uso da palavra para manifestação em plenário. Os Conselheiros inscritos serão chamados por sua ordem de inscrição, farão uso da palavra por até três minutos e deverão se ater exclusivamente o assunto em discussão. Encerrada a discussão, os resultados obtidos serão submetidos ao escrutínio em plenário para fins de deliberação, conforme for o caso. Durante o rito de votação, não será concedida a palavra para pronunciamento ou a partes, como regra. A nota declarada aprovada, resultado, ou rejeitada pelo quórum de maioria simples dos Conselheiros. São essas as orientações, Renato.



**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Então dando início aos nossos trabalhos, informar que nós recebemos, a Secretaria-Executiva recebeu dois pedidos de requerimento de urgência, e ainda dizer que na verdade, essa nossa pauta, ela ainda tem um caráter muito administrativo, e tem muito a ver dar respostas a essas questões trazidas pela pandemia. Então com alguns, uns três temas que são temas mais de conteúdo, a maioria delas tem o caráter mais administrativo mesmo. E é o caso exatamente desses dois requerimentos de urgência, trazidos. Um que diz respeito à proposta de resolução que aprova a indicação da AGEVAP, a Associação para Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, AGEVAP para desempenhar as funções da agência da Bacia do Rio Doce. Então esse é um processo que levou alguns meses para chegar nesse acordo, com vistas à indicação da AGEVAP para passar a cumprir essas funções de agência da Bacia do Rio Doce. Então um tema muito importante, porque a agência atual, a IBIO, ela em que pese o contrato dessa agência vencer no final do ano, ela solicitou, ela está com problemas de administração e chegou ofício da Agência Nacional de Águas de encerramento do contrato agora para o final de agosto. E como há um saldo significativo de recursos ainda nessa entidade, para que não haja perda desse recurso por parte da bacia e do Comitê do Rio Doce, a Agência Nacional de Águas trabalhou incessantemente junto com os comitês, especialmente tanto os afluentes, como o comitê principal, da calha principal do Doce, com vistas a encontrar solução para esse assunto. E a solução encontrada foi um processo de edital, de um chamamento de entidades para se habilitar, e a agência da AGEVAP foi a entidade escolhida para dar sequência aos trabalhos. Então nesse primeiro momento, é só um pequeno informe para dizer do conteúdo, para uma aprovação do plenário, da entrada desse pedido de urgência na pauta, e logo na sequência, tanto à coordenação do Comitê Doce, como Agência Nacional de Águas, para discussão da matéria e do mérito da matéria, vão ter o seu momento de explicar, para aí sim, tem a votação da resolução de caráter mais de mérito por parte dos Conselheiros. Então esse é um dos assuntos que logo em seguida nós vamos colocar em votação, a admissibilidade do requerimento de urgência. E outro assunto também que tem a ver com a problemática trazida pela pandemia, é que vários comitês de domínio da união, estavam com seus mandatos para encerrar agora durante o ano de 2020. Então alguns, inclusive com processos eleitorais em andamento, e que previam reuniões presenciais, né, vários deles são comitês muito grandes, que é muito importante que haja essa reunião presencial. Então também negociações, em várias reuniões os comitês de domínio da união, junto com a Agência Nacional de Águas, foi entendido que em caráter de urgência fosse trazido esse tema para o Conselho Nacional, que é o Colegiado máximo da decisão do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, para dar o respaldo legal para prorrogação dos mandatos das atuais diretorias por um ano, e conforme vai dizer na resolução que vai ser apreciada, dando um prazo para novembro das atuais diretorias apresentarem o nosso novo cronograma eleitoral. E inclusive avaliar se vai ser possível dependendo da situação que se tenha para frente, da retomada de alguns processos até também por videoconferência. Então isso vai nos dar um tempo para ver quando vai ser possível essa retomada dos trabalhos. Então seria a resolução visa prorrogar o mandato por um ano, dos comitês de bacia hidrográfica

336 da união, São Francisco, Rio Grande, o Verde Grande e o Paranapanema. Então esses  
337 são os comitês que estão constando da resolução. Então como primeiro ponto a ser  
338 conforme nosso regimento definido, a ideia é que a gente faça numa mesma tabela de  
339 votação, já o chamamento dos Conselheiros, dos 37 membros, para sua votação.  
340 Dizendo sim, não ou abstenção, a trazer para a pauta dessa reunião, esses dois temas.  
341 Então algum esclarecimento ainda para essa fase? Então Rosely, poderia colocar em  
342 pauta, porque depois nós vamos discutir o mérito dos assuntos, agora é só para autorizar  
343 a colocação na pauta dos dois assuntos. Então pode fazer a chamada, por favor, Rosely.  
344 Sobre requerimento de urgência.

345 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Estava falando sem o microfone,  
346 desculpa. Então vamos lá, posição de votação sobre requerimento de urgência, a gente  
347 vai votar os dois, para facilitar aqui, para não precisar abrir de novo. Então o Ministério do  
348 Desenvolvimento Regional em relação ao requerimento de urgência 1 do CBH Doce.

349 **SR. HENRIQUE** – MDR vota sim, Henrique.

350 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – O segundo requerimento, prorrogação de  
351 mandato.

352 **SR. HENRIQUE** – Sim, também.

353 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Ministério do Desenvolvimento  
354 Regional.

355 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Gilson, vota sim para o  
356 primeiro e sim para o segundo também.

357 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada. Ministério da Justiça e  
358 Segurança Pública.

359 **SRª. LUANA MACHADO DE ALMEIDA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Oi, Luana  
360 aqui, voto sim, para primeiro requerimento de urgência e para o requerimento de urgência  
361 2.

362 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Defesa.

363 **SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH)** – Voto,  
364 Comandante Pimentel, voto sim em requerimento de urgência 1 e sim no requerimento de  
365 urgência 2.

366 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério das Relações Exteriores já  
367 chegou? Ministério da Economia, foi recém indicado, então ainda não está. Ministério da  
368 Economia segunda vaga, o Fabiano.

369 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Ministério da  
370 Economia eu voto sim para ambos os requerimentos.

371 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Infraestrutura, Alexandre.

372 **SR. ALEXANDRE** – Alexandre, eu voto sim para os dois requerimentos de urgência.

373 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Ministério da Agricultura, Pecuária e  
374 Abastecimento. Mariane Crespolini dos Santos.

375 **SRª. MARIANE CRESPOLINI DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim  
376 para os dois requerimentos.

377 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Cidadania está vago.  
378 Ministério da Educação, Maria Luciana da Silva Nóbrega.

379 **SRª. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Membro Titular do CNRH)** – Sim, voto a  
380 favor dos dois requerimentos de urgência.

381 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Saúde, Camila Bomfim.

382 **SRª. CAMILA VICENTE BONFIM** – Camila, voto sim para os dois requerimentos.

383 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia, o Tiago  
384 Guilherme Ferreira Prado. Se o Reive não tiver chegado.

385 **SR. THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – O  
386 Reive não estará presente nessa reunião. O Ministério de Minas e Energia na vaga do  
387 Secretário Reive e a minha, vota sim nos dois temas.

388 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada. Ministério de Minas e Energia.

389 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Boa tarde. Igor falando,  
390 também voto sim para os dois requerimentos.

391 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Igor. Ministério de Ciência,  
392 Tecnologia e Inovações, é o Bruno Prosdocimi.

393 **SR. BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Sim,  
394 Bruno. O voto é sim para os dois requerimentos.

395 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério do Meio Ambiente, Ricardo  
396 Sales, a segunda vaga do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Fortunato Bim.

397 **SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Membro Titular do CNRH)** – Isso. Boa tarde,  
398 Eduardo Fortunato Bim, voto sim para ambos requerimentos de urgência.

399 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada. Ministério do Turismo, Sinara  
400 Leandro Alves de Sousa.

401 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** – Voto  
402 sim para os dois requerimentos.

403 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – E Ministério da Mulher, da Família e dos  
404 Direitos Humanos, Liz Abad Maximiano. Ainda não chegou. Conselhos Estaduais, Goiás,  
405 Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Noquelli, por favor.

406 **SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa  
407 tarde. Voto sim para os dois requerimentos.

408 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Distrito Federal, Hélio Castro Paulino.

409 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Sim para os dois requerimentos de urgência.

410 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa  
411 Catarina. José Luiz Scroccaro. Não chegou ainda. Paulo Paim.

412 **SR. PAULO RENATO PAIM (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Sim, Rosely, para os  
413 dois requerimentos.

414 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Paulo. Minas Gerais, Rio de  
415 Janeiro e São Paulo. Marília, já chegou?

416 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Marília Melo, voto  
417 sim para os dois requerimentos. Boa tarde.

418 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Boa tarde, Marília, bem-vinda. Amapá,  
419 Tocantins e Rondônia. O Luís Roberto Takayama.

420 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim para os dois  
421 requerimentos também.

422 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Roraima, Amazonas e Pará. Parece que  
423 estava o Eduardo Costa, é isso?

424 **SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Foi, Eduardo  
425 Costa Taveira, Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, eu voto sim para ambos.

426 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ceará, Piauí e Maranhão, Ramon Flávio  
427 Gomes Rodrigues.

428 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim para  
429 os dois requerimentos.

430 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Rio Grande do Norte, Paraíba e  
431 Pernambuco, Paulo Lopes Varella Neto.

432 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos.  
433 Sim para ambos.

434 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Bahia, Sergipe e Alagoas, João Carlos  
435 Oliveira da Silva.

436 **SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a  
437 todos. Voto sim para os dois requerimentos.

438 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Pelos Irrigantes, Nelson Ananias  
439 Filho.

440 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Sim para os dois  
441 requerimentos.

442 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Prestadoras de serviço público,  
443 abastecimento de água e esgotamento sanitário, Wanderley da Silva Paganini.

444 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim para os  
445 dois requerimentos de urgência.

446 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Concessionária autorizada de geração  
447 hidrelétrica, Mônica Irion Almeida.

448 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim para os dois  
449 requerimentos.

450 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Setor hidroviário, José Rebelo Terceiro.

451 **SR. JOSÉ REBELO III (Membro Titular do CNRH)** – Sim para os dois requerimentos.

452 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Indústria, Davi Bomtempo.

453 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Sim para os dois requerimentos.

454 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Pescadores e usuários de recursos  
455 hídricos com a finalidade de lazer e turismo, o senhor Mário já chegou? Conselheiro  
456 Mário?

457 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – O Mário me  
458 telefonou dizendo que está com problema com a internet. Então o voto é sim pela  
459 admissibilidade dos dois requerimentos.

460 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então Wilson Azevedo Filho, sim. Comitê  
461 de Bacia Hidrográfica, senhor Anivaldo de Miranda Pinto.

462 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Voto sim para os  
463 dois requerimentos e boa tarde para todos.

464 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Organizações Técnicas de Ensino e  
465 Pesquisa, Jeferson Nascimento de Oliveira.

466 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde  
467 a todos. Sim para os dois requerimentos.

468 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – E organizações não governamentais,  
469 Marco Antônio dos Santos.

470 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Sim para ambos.

471 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então foi por unanimidade a votação de  
472 entrada como requerimento de urgência, os dois pedidos, Renato. 32 votos.

473 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – E no caso de Irrigantes, a Federarroz não  
474 vota?

475 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – É por que Irrigantes tem uma vaga, o  
476 Nelson Ananias, ele é o Titular da vaga, somente se o Nelson não estivesse presente, aí  
477 o senhor poderia votar, no caso o Alexandre.

478 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Desculpe eu perguntar, no caso é a primeira  
479 vez que eu participo, eu já estou como Suplente cadastrado, não estou, como é que é  
480 isto?

481 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então acho que depois eu posso explicar  
482 melhor para o senhor melhor, mas os Irrigantes têm uma vaga e vocês indicaram três  
483 nomes, um é o Titular que é o Nelson Ananias, pela CNA o Fernando Costa Farias, e o  
484 Alexandre Azevedo Velho que é por essa Federarroz, não é isso que o senhor  
485 representa?

486 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Isso.

487 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então por enquanto só esses três, se o  
488 Alexandre quiser, mas ele tem que abrir mão e colocar o senhor como Suplente no caso.  
489 Mas depois eu posso explicar melhor.

490 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Ele já me colocou como Suplente, por isso que  
491 eu estava questionando.

492 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ah sim, mas é porque aqui só vota o  
493 titular, depois eu posso explicar melhor para o senhor como é que funciona.

494 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Obrigado, eu gostaria mesmo, para me  
495 familiarizar.

496 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Está ótimo, obrigada. Renato, pode  
497 assumir. Oi, Renato?

498 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então nós vamos ter  
499 como ponto de pauta, primeiro lugar até para dar legalidade a toda nossa reunião aqui, é  
500 apreciação da resolução ad referendum, 2010, publicado em 27 de maio de 2020 que  
501 dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de  
502 suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade  
503 pública, decorrente da pandemia Covid-19 e dá outras providências. Esse é o nosso  
504 primeiro ponto de pauta, o segundo ponto de pauta, será a proposta de resolução que  
505 aprova a indicação da AGEVAP para desempenhar as funções da Agência Bacia  
506 Hidrográfica do Rio Doce. A terceira proposta de resolução que prorroga por um ano o  
507 mandato dos membros do Comitê de Bacia e Rede de domínio da união. São Francisco,  
508 Grande, Verde Grande e Paranapanema. Apresentação, quarto ponto de pauta.  
509 Apresentação do parecer elaborado pela Câmara de Segurança de Barragens, relativa à  
510 avaliação do relatório de segurança de barragem 2018, foi aquele apresentado na última  
511 Plenária em dezembro. O quinto ponto de pauta é o informe sobre a solicitação da CNI  
512 em carta endereçada ao Ministro, referente à suspensão da cobrança por 120 dias.  
513 Recursos hídricos. Então um ponto que vai entrar como informe e a partir daí decidir os  
514 encaminhamentos. E daí o sexto ponto como informe é um informe sobre o Projeto de Lei  
515 do Senado 550 de 2019, que foi devidamente analisado, com um parecer muito  
516 qualificado por parte da Câmara Técnica de Barragens. Por último, nós vamos apresentar  
517 o cronograma das reuniões do CNRH, nossa proposta de cronograma, já pensando na  
518 sequência das atividades tanto da Plenária, como das Câmaras Técnicas por meio de  
519 videoconferência. Depois assuntos gerais e alguma matéria, ponto que algum conselheiro  
520 entenda importante de trazer para fins de novas pautas ou trabalhos das Câmaras  
521 Técnicas. Então ok? Todos cientes então da proposta de pauta. Então nós vamos ter na  
522 proposta de pauta, sete pontos, né. Então em relação ao primeiro ponto de pauta, vamos  
523 tentar ser mais executivos aqui. Deliberação acerca da Resolução ad referendum 210  
524 publicada em 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a realização de reuniões do  
525 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas instâncias por meio de videoconferência  
526 enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia 2019, e dá  
527 outras providências. Ela como se disse, foi publicada em maio pelo Ministro, na qualidade  
528 de Presidente do Conselho, e essa resolução que está em tela e que foi encaminhada  
529 para todos os senhores e senhoras na data já 30 dias atrás, quando do chamamento da  
530 reunião dessa Plenária. Pode percorrer assim, Roseli, pode ir passando a resolução para  
531 todos lerem. Na verdade, então Artigo 1º ele autoriza em caráter excepcional e  
532 temporário enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da

pandemia, a realização das reuniões dos conselhos e suas instâncias, por meio de videoconferência. O Artigo 2º diz que as reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria-Executiva do CNRH, e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno. Aquilo que eu já havia explicado. § 1º: No ato da convocação das reuniões será solicitado aos conselheiros representantes das Câmaras Técnicas e grupos de trabalho, pode subir um pouquinho mais o slide, por favor. Que confirme a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência, isso tem por objetivo exatamente facilitar a questão do link, da plataforma Teams, então, e também para nós irmos configurando o grupo de trabalho da reunião. § 2º: A Secretaria-Executiva encaminhará por e-mail institucional com até dois dias de antecedência o link para dar acesso à videoconferência, aos representantes que tiverem confirmado com antecedência a sua presença. No mesmo espírito. § 3º: O registro de presença dos membros da reunião, levará em conta o número de representantes que acessar a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para quórum de início, quanto para o quórum de votação. Então isso é muito importante, e como temos problemas técnicos, pode ter queda de sinal de alguém, então o quórum do início da reunião, ele serve também para as votações. E caso, § 4º, ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 minutos. Então, por exemplo, se cair três ou quatro pessoas, né, sinal de três, quatro pessoas. Ou se voltando uma, já volta o quórum, se retoma à reunião, esse é o espírito da proposta. E no caso da necessidade da interrupção da reunião por motivos técnicos, geração de sinal, isso que prejudique a sequência da reunião, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 horas. Então foram todas ressalvas visando não se perder os conteúdos e os tempos, então de forma a dar sequência aos trabalhos. Então a reunião ela não se encerra, é a mesma reunião que vai ser dada continuidade no prazo máximo de 48 horas. E terceiro que a Secretaria-Executiva do Conselho fica autorizada a expedir os atos necessários para realização da reunião. Saiu da tela, Roseli, o... Secretaria-Executiva ficará autorizada a expedir os atos necessários a operacionalização dessa resolução e dirimir os casos omissos. Alguém entrou com outra...

**SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva) –** Entrou com outra apresentação.

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Por favor, foi você ou foi alguém que tá com autorização?

**SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva) –** Não, não fui eu, alguém que trabalha com usina.

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Alguém, o pessoal da Eletrobrás aí. Que estava com autorização aí, estava com autorização para apresentação. Bom, então assim, em relação à resolução ad referendum, esse é o texto da resolução, pergunto se há necessidade de algum esclarecimento antes de encaminharmos para a votação?



573 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – O Davi Bomtempo levantou a mão.

574 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Davi, quer algum  
575 esclarecimento?

576 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Não, não, é apenas pontuar,  
577 Renato, muito obrigado aí pela oportunidade. Só queria aqui expressar a satisfação de  
578 retornar as reuniões, acho que é muito importante essa ação. E dar ciência aos  
579 Conselheiros também, que a CNI encaminhou um pleito no dia 22/05 para realização das  
580 reuniões via videoconferência. Somente isso. Obrigado.

581 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Certo. Importante  
582 registro. Ok. Não havendo mais algum pedido de esclarecimento, então peço Roseli para  
583 se colocar em votação ad referendum, na verdade, a proposta de resolução que o  
584 Ministro publicou ad referendum do Conselho que vai autorizar dar sequência as reuniões  
585 do Conselho por videoconferência e de suas Câmaras Técnicas. Então em votação.  
586 Chamada por Ministério, por órgão e por representação.

587 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Dr.  
588 Renato, desculpa, aqui é o Vinícius.

589 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então assim, é por  
590 isso que eu quero que quando começar a votação, nós não devemos ter interrupção.  
591 Então antes da votação, ainda pode falar.

592 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – É  
593 questão de ordem. É só para a gente tentar otimizar apenas uma sugestão, até porque eu  
594 sou 2º Suplente, o 1º Suplente está presente. Mas uma sugestão, tendo em vista como já  
595 foi a primeira votação, é que a gente tenha aproveitado isso aqui nas reuniões do Rio, que  
596 o silêncio tem sido a manifestação de aprovação, e caso alguém discorde ou se abstenha,  
597 que manifeste essa votação. É apenas uma sugestão para otimizar, caso o Conselho  
598 acolha essa sugestão. É apenas isso.

599 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Certo.

600 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Tenho uma sugestão aqui.

601 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim, como sugestão  
602 do processo de votação?

603 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Isso, exatamente.

604 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pois não.

605 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Estou sugerindo que mantenha, que seja  
606 mantido o processo de votação por chamada.

607 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Bom, então  
608 assim, teve duas manifestações.

609 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** –  
610 Desculpe, Dr. Renato, tendo outra manifestação contrária, eu retiro a minha sugestão,  
611 que faça por chamada então.

612 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Wilson, seu celular está ligado.

613 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está ligado, desliga o  
614 celular.

615 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Renato,  
616 Jefferson, posso me manifestar com relação a isso?

617 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

618 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde,  
619 eu sou Jefferson Nascimento, representante da OTEP. É uma questão de tentar sermos  
620 mais ágeis no processo de votação. Então geralmente o que está acontecendo nas  
621 universidades também e nos Conselhos, aqui de São Paulo, é isso, você manifesta  
622 apenas se você, primeiro faz a votação para quem está favorável, permaneça como está,  
623 contrários, se manifestem, dá um tempo para as pessoas poderem ouvir e concatenarem  
624 a ideia, e depois abstenções. Isso é uma sugestão para agilizar o processo. Mas é óbvio  
625 que vocês têm o trâmite aí normal do Ministério. Muito obrigado.

626 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bom, dizer para todos  
627 que nós tivemos todo esse cuidado nessa construção dessa nossa primeira reunião,  
628 exatamente para que não surja nenhuma dúvida quanto aos processos de votação. Nós  
629 também estamos preocupados com esse tempo gasto na votação. Para que a gente não  
630 perca também a discussão e esclarecimento maior dos conteúdos, do tempo para  
631 esclarecimentos dos conteúdos, que é isso que na verdade vai nortear a segurança do  
632 voto. Então assim, houve duas manifestações no sentido de fazer a votação, apenas dos  
633 que concordam, permaneçam como estão, e os que votam não ou se abstenham, se  
634 manifestem. E para perguntar para o colegiado, que isso realmente acelera o nosso  
635 processo de votação, se a maioria entende que esse processo por não e abstenção,  
636 dando só o chamamento em relação, não, quem vai a se manifestar contrariamente ou  
637 abstenção, que manifeste o seu voto. Então vamos dar uma rodada para ver se a gente, a  
638 manifestação de todos, porque isso mesmo que a gente demore um tempinho agora, isso  
639 pode efetivamente agilizar a nossa participação dos trabalhos. Estão inscritos aqui,  
640 levantaram a mão, o Eduardo Fortunato Bim.

641 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Eu também  
642 gostaria de falar, Renato, Wanderley Paganini.

643 **SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde, Renato, boa  
644 tarde membros do colegiado. Eu acho que as formas de você externar o posicionamento,  
645 são várias, mas para a resolução de referendun, que é o tema que justifica inclusive a  
646 própria reunião que a gente está fazendo nesse momento, eu acho interessante que a  
647 gente faça nominal. Qualquer discussão depois sobre a sua validade ou não, vai  
648 contaminar outras deliberações que a gente vai fazer, não as de hoje, as próximas, e a  
649 gente não vai conseguir, vamos dizer assim, trazer isso de uma outra maneira. Porque  
650 essa ad referendun vai ficar parada até a gente se reunir presencialmente. Então essa  
651 primeira, para evitar o risco, para evitar uma discussão jurídica e talvez preciosa, mais  
652 arriscada, eu acho que pelo menos o ad referendun da resolução que autorizou a  
653 presente reunião nesse formato, a gente não deveria fazer dessa maneira simples, a  
654 gente poderia perder um pouco mais de tempo e garantir um pouco mais de segurança. É  
655 a segurança extrema, na verdade. E aí as outras eu não vejo nenhum problema a gente  
656 acatar uma maneira mais eficiente de manifestação. Obrigado.

657 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Eduardo.  
658 Próximo inscrito, Jefferson.

659 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Jefferson.

660 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Já manifestou, né,  
661 Jefferson?

662 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Não, era  
663 para falar o seguinte, com relação ao que o colega colocou, me desculpe, eu não peguei  
664 o nome, né, realmente é verdade. Mas depois disso, a gente possa fazer isso, porque se  
665 o Conselho fizer isso, as Câmaras Técnicas também poderão assim proceder, e isso vai  
666 realmente dar celeridade ao processo, tá ok? Muito obrigado.

667 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado Jefferson.  
668 Gustavo. Gustavo dos Santos.

669 **SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Eu  
670 concordo com o posicionamento aí de fazer essa votação nominal e nas próximas, como  
671 eles têm o costume de fazer.

672 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Anivaldo.

673 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Eu iria por um  
674 caminho conciliatório, da seguinte forma: como essa questão envolve muita  
675 responsabilidade, porque alguém que na hora quis votar e houve um problema técnico,  
676 não conseguiu, então alguma matéria foi aprovada digamos por um voto apenas, essas  
677 situações podem surgir, agora é uma coisa muito unânime, portanto, não há votações  
678 complicadas. Então eu poderia sugerir o seguinte, sempre que o tema for pacífico e se  
679 possa usar então a aprovação por esse método se ninguém se manifestar contra ou

680 abstenção se for aprovada. Agora qualquer Conselheiro que é ressalva, terá o direito  
681 antes da votação, exigir que ela seja nominal. Dependendo da importância da matéria.  
682 Isso assegura qualquer Conselheiro o direito de fazer a contagem de votos. Agora, nas  
683 coisas que são muitas, são totalmente convergentes, sem grandes polêmicas, aí sim, nós  
684 agilizaríamos para evitar isso mais por uma questão de ordem jurídica. Então seria a  
685 minha.

686 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok Anivaldo,  
687 obrigado. Wilson.

688 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Alô.

689 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

690 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Renato? Renato,  
691 eu entendo a colocação de todos os Conselheiros aí, mas o Anivaldo ele falou mais ou  
692 menos o que eu ia falar. É que se nós tomarmos uma decisão agora, ela não pode valer  
693 para tudo daqui para frente, porque existem casos e casos. Então eu acho o seguinte,  
694 dependendo da matéria, a votação tem que ser nominal, meu receio aprovar, ah, vamos  
695 votar, quem tiver a favor, quem for contra se manifeste, adotar esse procedimento, e isso  
696 aí virar um, sair do controle dos Conselheiros. Eu acho que cada caso é um caso.

697 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Então eu entendo  
698 que a decisão, o encaminhamento de bom senso, trazido também pelo Anivaldo, então  
699 nesse sentido, seguindo já essa orientação, que caso algum conselheiro que sentir que  
700 aquela matéria, ela precisa de uma atenção especial e uma segurança maior da votação,  
701 para que fique bem registrado o voto e dê tempo para todos refletirem. Então dando  
702 sequência então ao nosso processo de votação, seguindo a sugestão do Eduardo Bim  
703 que é o nosso Presidente do Ibama, que também tem muita experiência jurídica e que  
704 então orientando no sentido de que essa primeira votação que vai determinar as próximas  
705 reuniões do conselho em caráter de videoconferência, ele seja nominal. Então Roseli,  
706 peço que então faça a chamada para votação da Resolução ad referendum. Em votação.

707 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Então para agilizar, eu vou falar o nome  
708 só da instituição, e quem já tiver e for o titular ou o suplente em substituição, já fala, está  
709 bom? Ministério do Desenvolvimento Regional.

710 **SR. HENRIQUE PINHEIRO VEIGA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Henrique Pinheiro  
711 Veiga, sim.

712 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério do Desenvolvimento Regional.

713 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Gilson Pires da Silva, sim.

714 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Justiça e Segurança  
715 Pública.

716 **SRª. LUANA MACHADO DE ALMEIDA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Luana  
717 Machado de Almeida, sim.

718 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Defesa.

719 **SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH)** – Comandante  
720 Pimentel, sim.

721 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Relações Exteriores.  
722 Ministério da Economia. Ministério da Economia, segunda vaga.

723 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Fabiano  
724 Pompermayer, sim.

725 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Infraestrutura.

726 **SR. ALEXANDRE VAZ SAMPAIO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Alexandre Vaz  
727 Sampaio, sim.

728 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Agricultura, Pecuária e  
729 Abastecimento.

730 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Sim.

731 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Educação.

732 **SRª. LUCIANA** – Sim.

733 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Se apresenta o nome,  
734 por favor. Luciana, né? Ok.

735 **SRª. LUCIANA** – Luciana, sim.

736 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Saúde.

737 **SRª. CAMILA VICENTE BOMFIM** – Camila Bomfim, sim.

738 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia.

739 **SR. THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO (Membro 1º Suplente do CNRH)** –  
740 Thiago Prado, sim.

741 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia.

742 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Igor Ribeiro, sim.

743 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Ciência, Tecnologia e  
744 Inovações.

745 **SR. BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Bruno  
746 Nunes, sim.

747 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério do Meio Ambiente, segunda  
748 vaga.

749 **SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Membro Titular do CNRH)** – Eduardo Bim, sim.

750 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério do Turismo.

751 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** –  
752 Sinara, sim.

753 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Mulher, da Família e dos  
754 Direitos Humanos. Conselho Estadual Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

755 **SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Luiz  
756 Noquelli, sim.

757 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Distrito Federal e Espírito Santo.

758 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Elio de Castro, sim.

759 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Paraná, Rio Grande do Sul, Santa  
760 Catarina.

761 **SR. JOSÉ LUIZ SCROCCARO (Membro Titular do CNRH)** – José Luiz Scroccaro, sim.

762 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São  
763 Paulo.

764 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Marília Melo, sim.

765 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Amapá, Tocantins, Rondônia.

766 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA (Membro Titular do CNRH)** – Luís Takiyama, sim.

767 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Roraima, Amazonas e Pará. Do  
768 Amazonas, né, seu Eduardo. Não está. Ceará, Piauí e Maranhão.

769 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Ramon  
770 Rodrigues, sim.

771 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Rio Grande do Norte, Paraíba,  
772 Pernambuco.

773 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Paulo Varella, sim.

774 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Bahia, Sergipe e Alagoas.

775 **SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – João Carlos  
776 Oliveira, sim.

777 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Usuário e sociedade civil. Irrigantes.

778 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Nelson Ananias Filho, sim.

779 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Prestador de serviço público e  
780 abastecimento de água e esgotamento sanitário.

781 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley da  
782 Silva Paganini, sim.

783 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Concessionárias e autoridades de  
784 geração hidrelétrica.

785 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Mônica Irion Almeida, sim.

786 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Setor hidroviário.

787 **SR. JOSÉ REBELO III (Membro Titular do CNRH)** – José Rebelo, sim.

788 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Indústria.

789 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Davi Bomtempo, sim.

790 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Pescadores e usuários de recursos  
791 hídricos com finalidade lazer e turismo.

792 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Wilson de  
793 Azevedo, sim.

794 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Comitê de Bacia Hidrográfica em Rios de  
795 Domínio da União.

796 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Anivaldo de  
797 Miranda Pinto, sim.

798 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Organizações Técnicas de Ensino e  
799 Pesquisa.

800 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Jefferson  
801 Nascimento de Oliveira, sim.

802 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – E organizações não governamentais.

803 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Marco Antônio,  
804 sim.

805 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Ok, 30 favoráveis, por unanimidade. Dos  
806 presentes, né.

807 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, então aprovada a  
808 Resolução 210 que autoriza o CNRH e as suas instâncias a realizarem reuniões por  
809 videoconferência. Então imediatamente vamos ao ponto 2 da pauta, Item 2 da pauta que  
810 trata da proposta de resolução que aprova a indicação da AGEVAP para desempenhar as  
811 funções de agência da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Então gostaria de, nós temos a  
812 palavra, vamos ver se ele está presente, o Flaminio Guerra Guimarães, Presidente do  
813 CBH Doce para apresentar as motivações que levaram a preposição da norma, como se  
814 deu a tramitação no comitê. Daria cinco minutos para o Flaminio apresentar as razões por  
815 parte do comitê. Está presente Flaminio?

816 **SR. FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES (CBH DOCE)** – Boa tarde, Renato. Boa tarde,  
817 Conselheiros. Queria solicitar a Roseli.

818 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Espera só um minuto  
819 também, Flaminio, por favor, bem-vindo. Pois não, pode dar sequência.

820 **SR. FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES (CBH DOCE)** – Então, boa tarde a todos e a  
821 todas. A gente hoje está com uma proposição aí de delegar a AGEVAP as funções de  
822 agência do CBH Rio Doce, né. Então aí para fazer, fazendo uma breve contextualização  
823 aí, peço até a Roseli para passar para a segunda tela, então nós vivemos aí um período  
824 aí de oito anos, né, que já implementada a cobrança, e tendo a IBIO e com a agência  
825 delegatária, e depois de um processo aí bem assim, vamos dizer, a gente tinha boas  
826 perspectivas com relação à agência, fazendo entregas, né, como aí os planos de  
827 saneamento, os estudos da bacia, os Irrigantes do Espírito Santo, né, a partir de 2015-  
828 2016, nós não tivemos só a tragédia do Rio Doce, não, nós tivemos também problemas  
829 no nosso processo de gerenciamento aqui com o IBIO. O IBIO foi perdendo sua  
830 capacidade administrativa, de investimentos, que isso foi se arrastando durante o tempo,  
831 né, e que aí a gente já partiu de ações para a gente poder resolver esse problema de  
832 nossa agência. Fizemos como uma primeira ação, tentando uma Reestruturação com os  
833 usuários da bacia para poder reestruturar o IBIO, proposta essa que não avançou, né, e  
834 que no final do ano, a gente vendo toda essa perda do IBIO de estar avançando nas  
835 nossas pautas, a gente viu com a ANA a necessidade de pôr um edital de chamamento  
836 público para a gente poder delegar as funções de entidades delegatárias da bacia.  
837 Processo esse que nós até prorrogamos ele, né, dando mais prazo para as entidades

25



838 poderem participar desse processo, mas que seguiu frustrado, nós tivemos só a  
839 manifestação de duas entidades para poder exercer a função durante o processo de  
840 validação, as duas foram impugnadas. Então aí a partir dessa impugnação no começo  
841 desse ano de 2020, a gente foi pego assim, que a gente não tinha um horizonte assim  
842 definido, né, e aí nós tivemos aí em fevereiro o pedido de rompimento do IBIO para o  
843 rompimento do contrato. Então a gente viu aí numa sinuca de bico, vamos dizer assim, e  
844 aí a gente começou a procurar algumas entidades que pudesse exercer, que tinha um  
845 know-how para poder estar exercendo essas funções para a gente, daí a gente procurou  
846 as entidades, já viu o manifesto até da Agência Peixe Vivo informalmente que não queria,  
847 não tinha o desejo de exercer a função, e já que a gente tem usuários em comuns, né, no  
848 sistema do Velhas, como no sistema do Doce, e a PCJ não cabe como entidade em  
849 Minas Gerais, já que a gente tem um Comitê de Integração. Então aí a conversa começou  
850 a avançar com a AGEVAP, a gente começou as tratativas com a AGEVAP, a gente já  
851 tinha uma experiência, a AGEVAP já tinha vindo a nossa Plenária no ano passado, e  
852 apresentou todo seu desempenho e à medida que a gente viu um instrumento de gestão,  
853 o papo deles, sendo exercido assim com quase toda a sua totalidade que foi planejado, a  
854 gente nas conversas foram avançando, avançando, e aí a AGEVAP apresentou para a  
855 gente uma proposta, a gente teve já em 15 de abril, ele apresentou uma proposta para a  
856 gente, uma proposta bastante interessante, uma proposta que visa assim, avançar, né, e  
857 modulando as nossas ações ao longo do tempo da proposta que a gente tem, de a gente  
858 ir crescendo, fazendo as discussões e crescendo ao longo de cinco anos aí a proposta  
859 nossa aí de delegação. Então ela, a AGEVAP por toda a sua expertise, por todo o know-  
860 how que ela traz para a Bacia do Doce, a gente viu a necessidade, a chance de termos  
861 uma entidade delegatária que possa fazer o desembolso dos nossos cursos. Haja vista  
862 que hoje nós estamos acumulando recurso na bacia, com o dinheiro da cobrança. Então  
863 lembrado também que apesar da pandemia, do processo aí que a gente não está fazendo  
864 as reuniões Plenárias, o nosso conselheiro, ele tem está sendo todo informado das  
865 nossas ações, desde as tratativas, já foi noticiando ao nosso conselheiro, a todo sistema,  
866 que a gente havia tratativa com a AGEVAP. Então aí devido à pandemia a urgência desse  
867 processo, foi concedido um ad referendum, né, que foi encaminhado para o CBH Doce no  
868 mês de maio, onde que ele deu a entrada aí no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.  
869 Então a gente está com essa delegação aí para ser votada aí, só que dentro dessa  
870 delegação, tem duas propostas na Nota Técnica, uma que é um cenário possível e outra  
871 de estrutura mínima. Então como a gente tem uma, todo um exercício a ser feito agora no  
872 dia 07 agora de julho, a ANA estará abrindo à proposta da empresa, entidade que vai está  
873 acompanhando a revisão dos nossos planos de bacia, né, que vai começar agora no  
874 segundo semestre, com um ano de ações e de rever nosso plano, para ver o que é que é  
875 possível fazer com os recursos que temos, o que é que a princípio a gente se estruturar  
876 mais. Então é um diálogo crescente, então o que a gente na proposta que a gente  
877 encaminhou com a AGEVAP, ela está com uma estrutura possível, um cenário possível.  
878 O que é que é possível a gente fazer com as entregas que nós temos que fazer? Que é a  
879 revisão do plano e o estudo de revisão dos mecanismos de cobrança. E isso que, essa  
880 revisão dos mecanismos, está na Resolução 203 de 2018 do Conselho Nacional, em

881 2017, nós tivemos a discussão de aumento de PPU, e que dentro dessa resolução, está  
882 previsto uma revisão dos mecanismos para 2021. Então a gente até fala que é a cereja do  
883 bolo, a gente vai está fazendo toda discussão de nós estarmos revendo nosso plano,  
884 revendo nossa integração, para que no final a gente discuta: o que é que é possível  
885 avançar? Qual que é o modelo de agência que a gente quer para daqui o ano que vem,  
886 para daqui três anos, daqui cinco anos? Então a gente fala que é a cereja do bolo, é a  
887 discussão final para a gente ver a que, onde que queremos chegar. Então nós fizemos  
888 essa discussão aqui com muito pé no chão, desse cenário que é possível fazer agora,  
889 para a gente ir modulando. Então o que a gente tem medo de pôr nessa estrutura mínima,  
890 que é em torno de 1,4 milhão/ano no 7,5, a gente possa contaminar, se a gente fazer isso  
891 agora, a gente tem medo de contaminar a discussão para o ano que vem, porque a gente  
892 está, a gente tem todo um trabalho aí que está sendo feito, o CBH Doce hoje está ciente  
893 dos desafios que tem, né, então os problemas vividos lá atrás estão, serviu de  
894 amadurecimento para o comitê. Então nesse planejamento todo, a gente quer fazer essa  
895 discussão em 2021. Então a gente tem um temor imenso, Renato, é de que nesse  
896 momento, se a gente fizer esse aumento de PPU, a gente possa contaminar a nossa  
897 discussão para o ano que vem. Então a gente pede aos conselheiros a aprovação dessa  
898 rapidez, né, porque essa rapidez se justifica também por causa da pandemia e por causa  
899 também da questão do tempo, já que o contrato do IBIO vence dia 30 de agosto, que são  
900 seis meses, a partir do momento que ele nos notificou, em fevereiro. Então a gente tem  
901 essa urgência para votar, porque a gente tem o temor que esses recursos possam voltar,  
902 a gente perder esse recurso no momento, já que são quase 40 milhões dentro do CBH  
903 Doce. Então a gente pede aprovação desse pedido aí, e tendo a certeza que nós estamos  
904 virando a página no CBH Doce, que a gente está com muitas perspectivas aí para frente,  
905 queremos avançar e a gente tem certeza que com a AGEVAP agora com os deveres de  
906 casa que nós temos, nós vamos conseguir fazer as entregas que temos aí para frente.  
907 Obrigado.

908 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Obrigado,  
909 Flaminio, Presidente do Comitê do Rio Doce, com as suas explicações. Eu gostaria de  
910 passar a palavra para o representante da ANA, acho que é o Humberto, nosso  
911 Superintendente Humberto, para também fazer, trazer o olhar da agência sobre esse  
912 assunto.

913 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Obrigado, Renato. Boa  
914 tarde a todos. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA. Antes de iniciarmos aí a  
915 nossa explanação sobre a nossa Nota Técnica, eu gostaria de pedir licença para convidar  
916 André Marques, que ele é o Diretor Presidente da AGEVAP, e que ele fez toda a  
917 proposta, tudo que ele tratou com o comitê, então seria importante que os conselheiros  
918 tivessem uma visão da proposta que está sendo apresentada e que foi encampada pelo  
919 comitê. Ok? Então André, você está presente pelo que eu vi aqui na lista, então a palavra  
920 com você, André.

921 **SR. ANDRÉ MARQUES (Diretor Presidente da AGEVAP)** – Bem, primeiro, obrigado  
922 Humberto, obrigado, Renato, obrigado aos demais conselheiros. Prazer, né, quem não  
923 me conhece ainda, o Diretor Presidente hoje da AGEVAP. Nós fomos procurados pelo  
924 Comitê do Doce, ficamos honrados por ter sido procurados por eles. A gente tinha  
925 interesse realmente de tentar ajudar mais aos recursos hídricos e tentar fazer o que é  
926 possível, realmente é um grande desafio no Doce, e aí a gente foi, fez um estudo em cima  
927 de tudo que estava acontecendo realmente lá com o IBIO, conversamos bastante com o  
928 IBIO para entender. E aí na hora da construção da nossa proposta, nós fizemos a  
929 proposta nossa escalonada, divide em cinco, vamos chamar em cinco partes. Ou seja, ela  
930 sai de uma proposta possível, ou seja, do que é que arrecada hoje, até chegar numa  
931 proposta de uma agência ideal, que a gente considera ideal para atender aí todos os  
932 projetos por comitê. E logicamente ela é quanto menos gente tem, menos projeto ela  
933 atende, conforme ela vai crescendo, mais projetos nós vamos atendendo. E nesse  
934 primeiro momento a gente chegou depois de muito conversar com o comitê, debater com  
935 a diretoria, discutir, passar zaps, passar proposta para a Plenária deles, eles foram  
936 sempre discutindo por WhatsApp ou por alguns contatos. A gente chegou que o ideal para  
937 nós no primeiro momento era o possível, exatamente por quê? Nós falamos olha,  
938 normalmente o que a gente vê de muitas ações assim, é que existe muita demanda  
939 reprimida e começa uma pressão muito grande em cima da agência, exatamente por que  
940 todo mundo quer fazer muitas coisas. Mas nós falamos bem para eles, e eles foram bem  
941 com o pé no chão, falaram olha, nós precisamos fazer agora, nós temos o plano de bacia  
942 que está muito forte, está começando, a ANA já está contratada, vai começar agora,  
943 temos o estudo da cobrança, então nós chegamos depois de muita discussão, realmente  
944 então transformar primeiro trabalhar com o pessoal que é possível, uma Secretaria-  
945 Executiva e uma pequena parte técnica trabalhando nesses dois assuntos principais, e a  
946 gente tem uma capacidade máxima de tocar três ou quatro projetos, não mais que isso. E  
947 também importante aqui destacar que a ideia é construir uma, estou chamando de  
948 AGEVAP Linha, é totalmente uma estrutura separada da outra, né. Eu não vou levar na  
949 realidade a estrutura que tem hoje no Rio de Janeiro, lá em Rezende, para Governador  
950 Valadares, não é essa a ideia, realmente trabalhar com uma estrutura separada,  
951 principalmente a parte de governança e sistema de informações, sim, aí a gente vai  
952 integrar algumas ações. Mas na realidade, é um público, é um pessoal totalmente, uma  
953 equipe totalmente separada, aproveitar inclusive algumas pessoas que trabalham no IBIO  
954 hoje, que tem a experiência já da região. Então a gente chegou depois de muito discutir e  
955 debater com o comitê, que a proposta inicial seria a melhor possível, e baseado com  
956 alguns projetos que nós vamos estar trabalhando. E aí a evolução aqui até junho, eles  
957 sabem realmente, estão discutindo muito esse assunto, que até no meio, até 23 de junho  
958 se eu não me engano, até 20 de junho eles têm que apresentar a do ano que vem uma  
959 proposta dos mecanismos de cobrança. Então a ideia nossa é realmente fazer uma  
960 proposta realmente com o que o comitê está desejando e aí apresentar para após  
961 aprovado no comitê, aprovar com o Conselho Nacional. Então é isso, quer dizer, é uma  
962 AGEVAP com uma estrutura totalmente enxuta, totalmente separada, para atender essa  
963 transição, vamos chamar uma fase de transição que é passar do IBIO para a AGEVAP.

Nós temos problema desde locação de casa até na realidade, os projetos antigos não se perderem. Então é o momento de construção, e para esse momento de construção, nós estabelecemos que a estrutura possível seria o melhor no momento. É isso.

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, André. Humberto, então, para completar.

**SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – E para completar, eu só queria chamar o Volnei, o Volnei é o nosso Coordenador de Instâncias Colegiadas da ANA, e ele que acompanha o dia-a-dia de todos os comitês de bacia de domínio federal e as entidades delegatárias. Volnei, por favor, faça uma avaliação técnica da nossa nota, que está aí já nos conselheiros. Por favor.

**SR. VOLNEI (ANA)** – Bom, boa tarde senhoras e senhores conselheiros. É um prazer e uma honra estar com vocês. Rapidamente, Renato, nós vamos apresentar aquela solicitação de subsídios que a Secretaria-Executiva fez à ANA, a partir do recebimento dessa solicitação aí do comitê da Bacia do Doce, de delegação para a AGEVAP. E nós nos posicionamos nessa, numa Nota Técnica que foi encaminhada ao comitê, que deve ter sido disponibilizada aí para os nossos conselheiros e conselheiras. Então são poucos slides, essa parte inicial, o Dr. Flaminio já passou, quer dizer, justamente nós tivemos aí 2015 a delegação até 2020 para o IBIO, a delegação de competência, como entidade delegatária. E em fevereiro desse ano, 2020, o IBIO pediu rescisão contratual, por questões de organização do IBIO que estava fazendo um processo de organização institucional e que não conseguiu levar efeito. Essa, o IBIO solicitou um posicionamento da AGEVAP e a AGEVAP manifestou interesse através de uma carta. O que cabe a nós nesse nosso subsídio? Primeira coisa é falar um pouco da AGEVAP, quer dizer, a AGEVAP ela já é um, o primeiro contrato de gestão que a ANA firmou em 2004, foi firmado com a AGEVAP na Bacia do Rio Paraíba do Sul, ela foi criada em 2002, ela é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos. O Dr. Flaminio já comentou que é uma instituição que é compatível com o modelo mineiro, então há uma possibilidade de fazer uma integração tanto por parte do Governo Federal, como parte do Governo de Minas Gerais, a partir dessa compatibilidade adicional aí da AGEVAP, a sede dela é no Rio, mas tem uma atuação no território nacional, e o próprio Presidente aí e Diretor Presidente da AGEVAP já falou da intenção e da necessidade de criar um escritório específico aí para tocar o projeto aí, o contrato de gestão que pode vir a se firmar a partir dessa delegação de competência com a ANA. Historicamente a AGEVAP sempre teve uma boa, um bom desempenho, como vocês sabem, o contrato de gestão ele é avaliado a partir da Resolução 10.881/2004, tem uma Comissão de Avaliação que é composta por Ministérios e mais a ANA. E tem tido aí uma melhora, e tem tido um aprimoramento seu processo de gestão, é sim sensível essa avaliação que a ANA tem, que a Comissão tem feito. E os últimos dois anos aí, 2018, 16, 17 e 18, teve aí uma performance avaliada como ótima. E, além disso, um outro indicador que a gente vê, é a capacidade de desembolso. A gente vê que nós tivemos umas oscilações aí antes de 2013 muito forte, aí um processo de retomada aí a partir de 2016, que tem mostrado

consistência do processo de gestão na AGEVAP. Tem uma série de medidas aí que foram adotadas na AGEVAP, a nossa auditoria tem acompanhado todas as entidades delegatárias e tem visto aí nos seus planos de ação, seus relatórios, todo esse processo de aprimoramento da governança e do, e nós temos acompanhado esse processo de implementação adequado do contrato de gestão. Para vocês rapidamente terem uma ideia, né, a estimativa de arrecadação para 2020 ela vai ser um pouco menor do que 2019, vai dar em torno de 13 milhões, isso representa aí cerca de 976 mil, 7,5% para custeio. E nós temos rendimentos também do financeiro, 7,5% dos 1,6 milhão, dá mais 126 mil. Então o que nós temos hoje para sustentar a entidade delegatária é em torno de 1.103.000. Isso é pouco, né, é pouco, se a gente for analisar, sempre o cenário de uma delegatária robusta, completa, nós trabalhamos com três estruturas aí para analisar e trouxemos essa discussão como subsídio ao Conselho Nacional. Quer dizer, é uma estrutura aí que nós consideramos a ideal, que se tocaria em torno de 15 projetos, mais a Secretaria-Executiva, sairia em torno de 2,5 milhões em 2020. Tem uma estrutura mínima que seria a Secretaria-Executiva mais cerca de cinco, seis projetos, estaria em torno de 1,4 milhão. No entanto, o que nós temos disponível hoje é em torno de 1,2 milhão. E com esse 1,2 milhão, acho que o Presidente Flaminio aí já falou da intenção do CBH de começar com esse processo do plano, com essa questão da revisão dos mecanismos. E a partir do ano que vem com a revisão dos valores, dos mecanismos, dos valores de cobrança, adequar essa quantidade de custeio a uma estratégia bem mais robusta de entidade delegatária. Então só para lembrar, né, a todos, que eu acho que é importante a gente trazer essa discussão que foi feita no conselho, a Resolução 203, ela aprovou o valor original, os termos hoje do PPU são aqueles que o Doce, o Comitê aprovou na sua Resolução 69/2018. Ela foi aprovada na 203/2018, só que assim como em outros casos, tem essa preocupação com os valores de PPU para que eles apresentem a viabilidade financeira da agência e que tenha uma clara relação aí com o objeto do plano de bacia hidrográfica. Então nós estamos, o comitê está trabalhando dentro dessa perspectiva de revisão dos valores o ano que vem, e adequar essa estrutura, a possível, a mínima, e chegar durante esse período de delegação, que a gente pretende se houver delegação, firmar um contrato de cinco anos. Esse ano a ANA está revendo todos os contratos de gestão, então tem um novo modelo de contrato de gestão que está sendo implementado, novos indicadores e metas, com muita preocupação até de propiciar um acompanhamento mais claro da implementação dentro de uma lógica de efetividade da implementação da política. Que é uma demanda que o próprio TCU tem criado aí nos diversos acórdãos que ele tem, vamos dizer assim, externado em relação à implementação da Política Nacional. Então existem, a estrutura hoje ela não é viável, 2,5 milhões de custeio, não tem como conseguir esse recurso, a estrutura mínima que seria de 1,4 milhão, hoje para conseguirmos atender aqueles 1,4 milhão, nós temos que elevar o PPU em cerca de 45%, a ANA tomou a liberdade de mencionar uma resolução nesses termos, né. E a estrutura possível que seria essa de manter os preços vigentes, dentro dessa lógica de uma revisão compatível aí com essa estratégia de ir implementando uma delegatária modulada, ela vai aumentando na medida que aumenta o custeio, e também

1047 aumenta a necessidade de uma demanda maior de serviços. Então queria agradecer e  
1048 me colocar à disposição para qualquer dúvida aí, Humberto e Renato. Obrigado.

1049 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Obrigado, Volnei,  
1050 eu vejo que as manifestações aí já foram, nós estamos com o tempo muito estourado já.  
1051 Então acho que já está ok, né Humberto? Então eu gostaria então de apresentar a  
1052 proposta de resolução na tela, para que se tiver algum esclarecimento dentro dessa ideia,  
1053 a partir da minuta de resolução que vai estar em tela. Então Roseli, por favor.

1054 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Só um minutinho que já vou abrir.  
1055 Renato, a proposta já está em tela.

1056 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pode apresentar, por  
1057 favor, a resolução. Posso já seguir.

1058 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Todo mundo recebeu, destaque, né?

1059 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Isso, mas vamos,  
1060 acho que é bom ver a resolução já está apresentada, por requerimento de urgência.  
1061 Então Artigo 1º: Resolve então o Conselho delegar até 31 de dezembro de 2025 o  
1062 exercício das funções de competência da Agência de Água da Bacia do Rio Doce, da  
1063 Associação AGEVAP, observadas as disposições 9.433 e a Lei 10.881/2004. Artigo 2º: No  
1064 exercício 2020/2021, a AGEVAP deverá se estruturar, considerando o limite e custeio  
1065 administrativo proporcionado pela cobrança de uso de recursos hídricos de domínio da  
1066 união, da Bacia do Rio Doce, priorizando o exercício da função de Secretaria-Executiva  
1067 do Conselho do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Artigo 3º: Até 31 de junho de  
1068 2021, o Comitê da Bacia do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos  
1069 mecanismos, valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação  
1070 ao CNRH. Parágrafo Único: Caso a proposta que se refere ao caput, não assegure a  
1071 viabilidade financeira da entidade delegatária, esta delegação será revogada. Então por  
1072 isso que foi bem falado tanto pelo André, como por Volnei e Humberto, é uma medida no  
1073 sentido de resolver uma problemática, tem em função da experiência da AGEVAP, mas  
1074 estabelecendo esses condicionantes referentes aos mecanismos, valores e cobrança, e  
1075 também a viabilidade financeira da delegatária. Então fim desse período de junho, né, em  
1076 junho deve ser apresentado essa proposta novamente para o CNRH. Então na verdade, a  
1077 gente vai estar dando um ano para a Peixe Vivo e o Comitê se reestruturarem e  
1078 apresentarem essa nova proposta para o trabalho futuro. Então essa é a resolução, a  
1079 minuta de resolução que está para apreciação dos consultores, dos conselheiros. Então  
1080 por isso que eu queria agora abrir a palavra para observações ou algum esclarecimento  
1081 por parte dos conselheiros.

1082 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Renato, só uma  
1083 questão de ordem. Aqui é Marília Melo, Conselho de Minas. Eu não estou com acesso a

1084 levantar a mãozinha, nem ao chat, nem nada, então eu não consigo me inscrever, eu  
1085 queria uma orientação sobre isso.

1086 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Não, então é  
1087 exatamente isso, a pessoa não está podendo se inscrever pela mãozinha, pode abrir e  
1088 solicitar a inscrição. Então até agora solicitou inscrição pela mão levantada, o Anivaldo, a  
1089 segunda é você Marília. Então a palavra com o Anivaldo.

1090 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos,  
1091 eu vou ser muito sucinto. Quero dizer que na semana passada nós fizemos uma reunião  
1092 referente entre todos os comitês interestaduais, estavam quase todos. E a pauta foi  
1093 analisada e todos ficaram aí a demanda do Presidente do Comitê do Doce, o Flaminio, no  
1094 sentido da aprovação da AGEVAP nessa nova caminhada. A nossa preocupação e isso  
1095 foi esclarecido no momento, que anteriormente a essa escolha, houve de fato um edital  
1096 para concorrência pública como manda a legislação. Como os que se apresentaram, não  
1097 tinham condições de viabilidade, então isso foi esclarecido e eu quero apenas manifestar  
1098 o apoio dos demais comitês a essa retomada do Comitê do Doce que é um comitê muito  
1099 importante. Entretanto, a título de recomendação, eu já falando aqui pela (ininteligível),  
1100 digamos assim, uma recomendação para que talvez a Câmara Técnica de Assuntos  
1101 Legais, possa se debruçar sobre essa questão, não para olhar pelo retrovisor, mas sim  
1102 para retirar alguns ensinamentos, porque o relatório que foi muito rico, ele tem assuntos  
1103 que são específicos da experiência do IBIO, mas tem também algumas questões que de  
1104 alguma maneira que é os demais comitês e agências delegatárias. E aí tem problemas de  
1105 atraso de repasses, a questão da camisa de força dos 7,5, uma série de situações que eu  
1106 acho a experiência do IBIO do Doce, muito digamos assim, enriquecedora nesse sentido,  
1107 ver de fato... De imediato, mas em algum momento talvez a Câmara Técnica de Assuntos  
1108 Legais, isso possa gerar algumas recomendações para que de fato essa relação tripartite  
1109 entre a Agência Nacional de Águas, comitês e agências delegatárias, ela possa ser  
1110 aperfeiçoada e há muito evidentemente que fazer nesse sentido. Então seria só isso,  
1111 obrigado pela atenção.

1112 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Anivaldo.  
1113 Marília, por favor.

1114 **SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Bem, boa tarde a  
1115 todos. Vou falar enquanto Conselheira, mas especialmente enquanto Diretora Geral do  
1116 Instituto Mineiro de Gestão das Águas, órgão gestor de Minas, que também se viu nessa  
1117 condição que a Agência Nacional de Águas também se viu, quando o IBIO solicitou a  
1118 denúncia do contrato de gestão. Atualmente no caso do estado de Minas Gerais  
1119 especificamente, a gente tem 105 milhões em caixa no IBIO, que não foram investidos, e  
1120 essa equiparação da AGEVAP aqui para o Doce, ela é muito importante também para  
1121 nós, que a partir do momento que há equiparação no Conselho Nacional de Recursos  
1122 Hídricos, a gente tem uma condição automática de equiparação no estado de Minas  
1123 Gerais, considerando a gente estar fomentando agências únicas em bacias

1124 compartilhadas. Então eu queria só reforçar o pedido de apoio a todos os conselheiros,  
1125 dada a relevância desse tema para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos no  
1126 Brasil, especialmente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

1127 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Marília.  
1128 Próximo inscrito é o Elio, do DF, né Elio?

1129 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – É isso aí, Renato. Rapidamente, é o seguinte, o  
1130 Espírito Santo é parte muito interessada na questão do Doce. Como membro do Conselho  
1131 Estadual de Recursos Hídricos, essa preocupação ela é constante, apesar de nosso  
1132 estado ainda não ter implementado a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia, a  
1133 relação que o estado mantém com Minas e vice-versa é muito importante para que a  
1134 gente possa fazer a gestão eficiente das águas na Bacia do nosso glorioso Rio Doce.  
1135 Falar sobre a AGEVAP é chover no molhado, nós temos, é uma das referências, então  
1136 nós manifestamos apoio a isso, e eu só queria como é uma decisão ad referendum, eu  
1137 acho extremamente importante, mesmo considerando à pandemia, que a gente trate  
1138 disso com as Plenárias, aliás, são vários comitês, e é muito interessante que essa  
1139 decisão ela se consolide nas Plenárias dos comitês. Eram essas as minhas palavras.

1140 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, Elio, obrigado.  
1141 Então não havendo mais inscritos. Ainda tem alguém para falar? Então vamos  
1142 rapidamente, Wilson, Wilson com a palavra.

1143 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Bom, nós  
1144 estamos aqui para referendar uma decisão tomada pelo Secretário-Executivo do  
1145 Conselho. Não tem, não tem o que se questionar, acho que vamos referendar sim, né.  
1146 Isso é bom para o comitê, né, e também é bom para o sistema como um todo. Agora eu  
1147 não posso deixar de fazer o comentário sobre o texto dessa resolução, que estabelece  
1148 um contrato por cinco anos e lá embaixo diz que se não fizer a revisão dos mecanismos,  
1149 em um ano a delegação é revogada. Então aí eu acho que é até um contrassenso, acho  
1150 que a delegação tem que ser por um ano. Se lá embaixo tem essa cláusula, vamos dizer  
1151 assim, punitiva. Então esse é o primeiro ponto, e o segundo ponto, não entrando no  
1152 mérito dessa resolução que o meu voto é favorável ao referendum dela, é um ponto de  
1153 achar que o comitê, ele tem que ter a agência que caiba dentro do seu bolso. Por que é  
1154 que o Rio Doce tem que ter uma agência que gaste 1,5 milhão, 2 milhões ou 2,5 milhões?  
1155 Se ele arrecada x, ele vai gastar os 7,5 com a agência. E vai levando a vida. Então são  
1156 esses dois entendimentos que eu queria já deixar colocado para reflexão aí de todos os  
1157 membros. Obrigado.

1158 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, obrigado Wilson.  
1159 Então conselheiros, então nós colocamos então em votação à Resolução que autoriza a  
1160 AGEVAP passar a cumprir esse papel de agência delegatária do Rio Doce, com a  
1161 observação de que daqui um ano, a agência tem que apresentar junto do comitê, o seu  
1162 plano de ação para frente, que foi uma medida assim de resguardo do entendimento, no



1163 sentido de não dar esse cheque em branco, vamos dizer assim, no sentido exatamente  
1164 daqui um ano, dá um tempo, conseguir fazer essa retomada das reuniões e das  
1165 atividades do Comitê do São Francisco, que é um comitê tão importante no Plano  
1166 Nacional, até por tudo que sofreu. Então a pergunta que eu faço para os conselheiros,  
1167 seguindo o que acertamos no início da reunião, é se essa votação há necessidade dela  
1168 ser nominal ou podemos tomar os votos das abstenções e de quem se manifesta  
1169 contrariamente. Se tem algum conselheiro que acha que a votação tem que ser a  
1170 nominal. Levantou a mão, a Liz que é do Ministério de Direitos Humanos, isto ou não?  
1171 Confirma, Liz, a participação? Estão me escutando? Ok?

1172 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Sim, Renato, estamos te escutando.

1173 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então entendo que a  
1174 Liz levantou a mão por equívoco, é isso?

1175 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – É, eu acho que pode tocar, Renato.

1176 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então vamos para  
1177 frente. Então não havendo nenhum conselheiro que se manifestou para o voto nominal,  
1178 eu pergunto qual a entidade, né, qual a instituição que é contrária a AGEVAP, o texto da  
1179 resolução, conforme apresentado? Peço que levante a mão, abra a câmera. Pronto, então  
1180 não tem nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Sim, CNI. Pois não.

1181 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Renato, Davi Bomtempo, CNI,  
1182 abstenção.

1183 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Abstenção. A Liz  
1184 novamente atendeu ou não? Não? Bom, então podemos dar então por aprovada a  
1185 proposta de delegação da AGEVAP no Rio Doce, com uma abstenção. Ok? Então vamos  
1186 para frente, então para o próximo nosso ponto de pauta, que diz respeito à resolução que  
1187 trata da prorrogação de mandatos do Comitê do São Francisco, Paranapanema, Grande e  
1188 Verde Grande, conforme a Resolução que colocaremos em pauta. Para essa  
1189 manifestação, eu gostaria de chamar então Anivaldo, representante dos Comitês de  
1190 Domínio da União, para fazer a sua defesa dessa resolução. Por favor, Anivaldo.

1191 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos  
1192 novamente. Desde o início da pandemia, quando foi, quando foi implantada a emergência  
1193 sanitária do país, os diversos comitês tiveram que se ver diante de, na necessidade de  
1194 evitar aglomerações, reuniões presenciais, da mesma forma que todos aqueles que,  
1195 setores que não representavam atividades essenciais. Mas houve tempos diferentes,  
1196 situações diversas, (ininteligível) muito grande, mas cada um foi de alguma forma  
1197 apostando as suas situações, até por que os comitês que têm cobrança implantada, e tem  
1198 cobrança executiva, agências delegatárias, funções de agência pública de bacias, eles  
1199 lidam nesse contexto dos contratos de gestão, com muitas responsabilidades, atinentes à  
1200 aplicação dos recursos oriundos da cobrança pela água. Então são muitos contratos em

1201 andamento, obras, ações, despesas, planejamento, atribuição, enfim, muitas coisas que  
1202 ficaram cada uma a seu tempo, com problemas. Então no caso do Comitê do São  
1203 Francisco, atendendo as recomendações da Organização Mundial da Saúde, das  
1204 autoridades sanitárias do país, observamos também dos estados, da bacia hidrográfica, e  
1205 eventualmente nos municípios quando havia alguma ação inserida no território de algum  
1206 município. Então em função disso, o comitê prorrogou, aliás, suspendeu a mobilização  
1207 que estava recém iniciada para o processo eleitoral, até que a emergência sanitária  
1208 cessasse no país. Entretanto, bem imediato comunicamos isso à Agência Nacional de  
1209 Águas, que por sua vez, tinha também uma situação específica relativa ao Comitê do  
1210 Parnaíba, lá no Maranhão, Ceará, Piauí, diz que é um comitê que está numa situação  
1211 ainda de pré-comitê, visto que vai fazer em breve, se não fosse a epidemia, já faria a  
1212 eleição da sua primeira diretoria. Mas estava também com esses problemas de processo  
1213 de mobilização. E os demais comitês aí citados, tinham também situações diferenciadas.  
1214 Para que não pairasse diversas situações, com diversas, digamos assim, condições  
1215 distintas, foi solicitado que o Conselho Nacional através da Agência Nacional de Águas e  
1216 da Secretaria-Executiva pudesse formular então uma diretriz geral, que atendesse a  
1217 todos. Como o final de cada gestão desses comitês, eles não são coincidentes, outros  
1218 comitês não têm esse problema, por que as suas diretorias não têm prazo de finalização  
1219 durante o exercício de 2020. Mas os que têm finalização em 2020, de fato precisariam de  
1220 uma diretriz maior, até para dar maior segurança jurídica às entidades delegatárias e a  
1221 execução das tarefas do comitê. Foi aí que surgiu essa minuta, elaborada se eu não me  
1222 engano em trabalho conjunto pela Agência Nacional e pela Secretaria do MDR, de  
1223 Recursos Hídricos do MDR, e nós estamos aqui para apoiá-la, acho que o prazo ao final  
1224 do encerramento da gestão atual, um ano de prazo, quase todos finalizam no segundo  
1225 semestre agora, e um ano de prazo é um prazo mínimo, aliás, é um prazo razoável para  
1226 que terminada a emergência sanitária, ninguém sabe, em setembro, outubro, novembro,  
1227 ou até mesmo em dezembro, visto que tudo isso está sujeito a situações diferentes, são  
1228 bacias diferentes, no caso da bacia do São Francisco, são seis estados e mais um  
1229 pedaço do Distrito Federal. Está inserido no Brasil profundo, e se nós mesmo virtualmente  
1230 procurássemos fazer qualquer coisa, isso geraria muitas injustiças, visto que você tem  
1231 municípios que sequer tem facilidade para se conectar, segmentos que não têm acesso a  
1232 essa articulação via internet, enfim, tudo isso criaria como todos são testemunhas em  
1233 todos os setores, muitos problemas. Então eu acho que essa decisão é uma decisão que  
1234 conforta os comitês, e os comitês ao seu nível, tomaram várias decisões. Foi importante  
1235 no início da pandemia tomar essas decisões porque deu segurança jurídica ao  
1236 prosseguimento do trabalho das delegatárias. Mas agora é necessário que o Conselho  
1237 Nacional também marque a sua presença, porque aí pode estabelecer inclusive um,  
1238 digamos assim, um parâmetro que sirva de orientação aos estados também. Na reunião  
1239 dos Comitês Interestaduais, está aqui presente ouvindo à reunião, o meu Suplente, que é  
1240 o Waldemir, lá da Paraíba, e até por sugestão dele, que esta decisão do Conselho  
1241 Nacional possa servir de parâmetro e de recomendação para que os Conselhos Estaduais  
1242 também possam em vários casos, são situações muito diferentes no Brasil, mas possam  
1243 socorrer os comitês que estejam em situação similar. A do Wilson também, é de que a

1244 raiz na aprovação dessa matéria, houvesse também a recomendação aos Conselhos  
1245 Estaduais e aos governos, que não só em relação ao próprio comitê, mantenha o  
1246 funcionamento daquele programa, que é importantíssimo, mas também do ponto de vista  
1247 que (ininteligível) ajude aos comitês estaduais nos estados a se manterem ligados,  
1248 mesmo aqueles que não têm cobrança e, portanto, tem muita dificuldade em fazer isso.  
1249 Nós aduzimos apenas como sugestão à Secretaria do CNRH, e a prorrogação se dê ao  
1250 final do prazo, que se encerram os mandatos deste ano, por um ano, para se ter uma  
1251 ideia, no nosso caso, nós vamos ter que praticamente começar do início a mobilização  
1252 eleitoral, que no nosso caso, demanda algo em torno de seis a sete meses, portanto, o  
1253 prazo foi um prazo digamos assim, justo do ponto de vista da possibilidade então de fazer  
1254 uma mobilização eleitoral, que não só para o Comitê do São Francisco, mas para o Rio  
1255 Grande, para o Verde Grande, para o Paranapanema, para os outros, Paraná, aliás,  
1256 enfim. E o que nós aduzimos é que sim, esta resolução que se prorrogam os mandatos  
1257 dos membros titulares e suplentes dos comitês, bem como das suas diretorias e das suas  
1258 instâncias entendido aqui, as Câmaras Técnicas, os grupos de trabalho, os grupos de  
1259 acompanhamento do contrato de gestão, enfim, todo esse contexto para que os comitês  
1260 não sofram de fato aí uma ruptura. E só para encerrar, quero dizer que os comitês não  
1261 pararam com a pandemia, em diversos graus, os diversos comitês se reconectaram e os  
1262 trabalhos prosseguiram. As agências delegatárias, no nosso caso a Agência Peixe Vivo,  
1263 trabalha em trabalho remoto, em algumas situações inclusive no campo, dependendo aí  
1264 da legislação de cada município e tal, as ações, obras e outras intervenções continuam,  
1265 portanto, a pandemia veio, claro, representou impactos, mas naquilo que é possível, toda  
1266 a programação do uso dos recursos da água, desde que não confrontem as diretrizes das  
1267 autoridades sanitárias, estão em continuidade. Era isso que eu ia dizer, desculpem pelo  
1268 alongamento.

1269 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Anivaldo.  
1270 Eu gostaria de passar a palavra para algum dos Presidentes dos outros Comitês, o  
1271 Everton quer complementar alguma coisa? Também do Paranapanema ou do Verde  
1272 Grande, algum complemento na qualidade de Presidente do Comitê também.

1273 **Sr. Everton** – Bom, Renato, eu me manifesto aqui agora então, nenhum reparo no apoio  
1274 aí à proposta que o Anivaldo está colocando. Eu acho que vai ser muito bom para todos  
1275 os comitês, realmente esse momento que nós estamos vivendo é um momento muito  
1276 difícil, né. E acho que isso vai ajudar com que os comitês tenham, vamos dizer assim,  
1277 uma finalização de mandato aí mais adequada inclusive. Então só endossar realmente, a  
1278 nossa presença aqui é para isso mesmo, então de dar esse suporte aí à proposta.

1279 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. O Elio quer falar  
1280 pelos comitês também?

1281 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Eu queria na discussão, viu Renato.

1282 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Depois, mais adiante,  
1283 ok. Pois não, tem algum outro Presidente do Verde Grande que queira manifestar-se?  
1284 Senão vou passar a palavra para o Humberto da ANA, para também para visão da  
1285 agência do processo adotado.

1286 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – O Comitê do Verde Grande, concordo também  
1287 com as palavras de Anivaldo. Obrigado.

1288 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Stela, também  
1289 Presidente do Comitê, representando o Comitê?

1290 **SR<sup>a</sup>. STELA** – Eu sou Secretária do Comitê do Grande, e gostaria de endossar também  
1291 as palavras do Anivaldo, nós também solicitamos aí a prorrogação dos mandatos dos  
1292 membros de diretoria, e eu só gostaria de então de corroborar ali com as palavras do  
1293 Anivaldo também.

1294 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Stela. Ok.  
1295 Então Humberto quer?

1296 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – É só para reforçar a  
1297 matéria, né, a proposta dessa matéria, porque como vocês sabem, vocês atuam como  
1298 conselheiros, o nosso sistema, ele é participativo e descentralizado. Não há como se  
1299 fazer uma eleição de membros de comitê de cartório, não tem como, tem que ser na  
1300 mobilização, tem que ser a proposta de mudança, tem de alteração de membros, dar  
1301 chance para outras pessoas participarem. Isso é participação, e isso se faz no dia-a-dia  
1302 através das mobilizações previstas. Só para vocês terem uma ideia, o Anivaldo ressaltou,  
1303 o tamanho do Comitê do São Francisco, quase seis, sete meses de mobilização, nas  
1304 diversas regiões da Bacia do São Francisco, isso custa dinheiro, gente, isto custa  
1305 dinheiro. Então por isso da preocupação de se fazer contratos para fazer as mobilizações  
1306 e se fazer frustrado no meio do caminho, isso são contratos que são assinados, tem que  
1307 ser honrados. Então a preocupação do São Francisco que rapidamente percebeu a  
1308 dificuldade e o problema, já entrou em contato, tomou, fez deliberações ad referendum e  
1309 agora está, provocou aqui essa discussão maior de uma resolução do conselho. Eu acho  
1310 que o conselho atua de forma perfeita dentro desse contexto do sistema, eu acho que é  
1311 uma boa proposição e nós trabalhamos juntos para aprovação dela. Obrigado.

1312 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Humberto.  
1313 Então eu gostaria de colocar na tela a resolução proposta para depois abrir para os  
1314 esclarecimentos e demais manifestações. Tá Roseli, pode colocar a proposta de  
1315 resolução. Pode aumentar um pouquinho para pessoas maiores de 25 anos. Obrigado.  
1316 Então vamos lá para o artigo, todos os considerandos têm a ver com esse momento, as  
1317 dificuldades que já foram faladas. Então o Artigo 1º então diz: prorrogar por um ano os  
1318 mandatos dos membros. Aqui eu quero dizer então que essas sugestões em vermelho,  
1319 foram propostas pelo Anivaldo na qualidade de representante dos comitês, e é uma

redação da Secretaria-Executiva já endossa de forma que não haverá duas, duas, dois textos. Essa é a proposta completa que estamos apresentando já para apreciação. Então prorrogar por um ano os mandatos dos membros, titulares e suplentes, dos comitês das bacias hidrográficas dos seguintes rios de domínio da união: São Francisco, Grande, Verde Grande, Paranapanema. § 1º: A prorrogação de que trata o caput, estende-se aos mandatos das diretorias e demais instâncias dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios mencionados nesta resolução. § 2º: O prazo referido no caput será contado a partir do encerramento dos mandatos, cabendo aos comitês encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos até 05 de novembro de 2020, o novo cronograma para seu respectivo processo eleitoral. Então este é o texto da resolução proposta, e consolidada a partir da contribuição dos comitês. Que veio ao encontro exatamente da preocupação de que fique bem claro que não é só do mandato da diretoria, porque na verdade, nós temos alguns comitês que têm regionais, é o caso também do São Francisco, tem alto, médio, coordenações. Então a autorização que o conselho está dando, é para continuidade da gestão completa dos comitês durante esse próximo ano, para que possam fazer os seus processos eleitorais de forma adequada. Então todo o processo e todos os membros continuam em vigor, conforme está agora, para que esse processo se complete dentro de um ano. Então algum esclarecimento, então peço que se inscrevam, então para esclarecimentos, então o Elio Paulino já pediu a palavra.

**SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Bom, é o seguinte, eu queria dizer que é extremamente oportuna a resolução, de fazer duas observações apenas: uma é que essa decisão, uma decisão nesse naipe, nós já tomamos aqui no estado do Espírito Santo pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, já aprovamos isso na reunião por videoconferência, realizada no dia 23 agora, nós já tomamos... Tem uma voz atrapalhando.

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Eu solicito que mantenham seus microfones fechados. Por favor, Sinara. Desculpe, pois não, Elio, retoma.

**SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Sem problema, sempre isso acontece. Então essa decisão, nós tomamos uma decisão nesse naipe lá. Eu vou fazer aqui a mesma observação, aí eu já parabenizo a fala do Anivaldo, a mesma observação que eu fiz na discussão nossa aqui no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Nós estamos entrando em julho, aqui no estado do Espírito Santo, a pandemia, ela não está dando ainda sinais de afrouxamento, a gente tem agora o interior como uma situação absolutamente confortável. Então eu acredito que prorrogando os mandatos das Plenárias, das diretorias e todas as instâncias dos comitês, a gente está prorrogando para junho de 2021. Agora a avaliação que eu coloco para os colegas conselheiros, é que esse final de ano, esses meses de 2020, nós vamos conviver com uma pandemia intermitente, ora a situação complica um pouco, ora vem segunda onda, de forma que uma bacia hidrográfica mais complexa, como a do São Francisco, como a Bacia do Doce aqui em Minas Gerais e Espírito Santo e outras bacias, é que demanda para um processo de mobilização maior,

1361 ele pode ter aí acredito eu, poucos meses para fazer esse processo. Então eu acho que  
1362 estou colocando isso, porque eu acho que esse um ano, talvez ele possa apertar para as  
1363 bacias hidrográficas maiores e com maior complexidade. Aqui no estado do Espírito  
1364 Santo, as bacias são relativamente pequenas, então eu acho que não vai ter problema,  
1365 uma bacia hidrográfica grande, complexa como é a Bacia do São Francisco, por exemplo,  
1366 eu acho que são essas minhas palavras.

1367 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, obrigado, Elio.  
1368 Está inscrito o Davi Bomtempo, CNI.

1369 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Renato, só um esclarecimento no  
1370 Item 2 dos requerimentos de urgência. Estava previsto só o Grande, Paranapanema e  
1371 Verde Grande. A gente está adicionando São Francisco, é isso? Só para registro.

1372 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ali naquela pauta era  
1373 uma possibilidade ainda, do requerimento de urgência. Então chegou há tempo o pedido  
1374 do São Francisco e por isso ele compôs já com as 10 assinaturas dos conselheiros, já  
1375 incluindo o São Francisco, sim.

1376 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Está bom.

1377 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok?

1378 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Ok.

1379 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bom, esclarecidos?  
1380 Tem algum esclarecimento? Então eu peço para entrarmos em votação. E faço a mesma  
1381 pergunta que fiz antes: se algum conselheiro considera que a votação precisa ser nominal  
1382 ou podemos fazer a votação apenas com as votações contrárias e abstenção. O Wilson  
1383 levantou a mão. Setor turismo.

1384 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Wilson, não está saindo sua voz.

1385 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Eu gostaria que  
1386 fosse colocado o texto da resolução na tela.

1387 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Voltar o texto da  
1388 resolução. Que ela já foi apresentada ainda pouco, mas vamos. Quer que leia, Wilson?  
1389 Está ok. Prorrogar por um ano os mandatos dos membros titulares e suplentes dos  
1390 comitês das bacias de rios de domínio da união: São Francisco, Grande, Verde Grande e  
1391 Paranapanema. § 1º: A prorrogação de que trata o caput, estende-se aos mandatos das  
1392 diretorias e demais instâncias dos comitês de bacia hidrográfica nos rios mencionados  
1393 nessa resolução. § 2º: O prazo referido no caput será contado a partir do encerramento  
1394 dos mandatos, cabendo aos comitês encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos  
1395 Hídricos até 05 de novembro, o novo cronograma com seu respectivo processo eleitoral.

1396 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Só uma  
1397 sugestão, Renato, de redação no Artigo 1º. Eu acho que poderia ser suprimido dos  
1398 seguintes rios de domínio da união, prorrogar o mandato dos membros titulares e  
1399 suplentes dos comitês das bacias hidrográficas do São Francisco, Grande, Verde Grande  
1400 e Paranapanema. Eu acho que essa expressão aí que está grifada, ela é desnecessária e  
1401 pode gerar até confusão.

1402 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – É, essa expressão foi  
1403 colocada pela Secretaria-Executiva no sentido de reforçar que nós estamos tratando o  
1404 que é óbvio também, dos rios de domínio da união.

1405 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – É que no Comitê  
1406 de Bacia Hidrográfica, ele pode ter afluentes dos estados, como a maioria tem. No comitê  
1407 pode englobar todos esses afluentes. Então por isso que eu acho que se tu está  
1408 prorrogando, se nós estamos prorrogando o mandato dos comitês de bacia hidrográfica  
1409 do São Francisco, é do São Francisco, e não da calha do São Francisco ou coisa desse  
1410 tipo.

1411 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Não, não, não, esse,  
1412 é até importante esclarecer, nós estamos e o conselho tem autoridade para tratar dos  
1413 mandatos dos rios de domínio da união. Então, por exemplo, se o Velhas lá de Minas  
1414 Gerais, que está na bacia, quiser ou não, prorrogar o seu mandato, da sua diretoria, ele  
1415 vai resolver isso no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então nós estamos tratando  
1416 aqui da diretoria, titulares e suplentes da diretoria do, por exemplo, no Comitê do São  
1417 Francisco e de todas as suas instâncias, ou seja, da coordenação do alto, do médio, do  
1418 baixo, de toda estrutura do rio de domínio da união, e não dos comitês afluentes. A não  
1419 ser dos de domínio da união, afluentes.

1420 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1421 **CNRH)** – Renato, talvez para ficar melhor a redação então, Aparecida Vargas da  
1422 ABRAGEL.

1423 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

1424 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1425 **CNRH)** – Seria dos seguintes comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da  
1426 união. Não é seguintes rios de domínio, é dos seguintes comitês.

1427 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok.

1428 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1429 **CNRH)** – Comitês de bacias hidrográficas em rios de domínio da união.

1430 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Perfeito. Ok, ficou  
1431 claro para todos? A intenção da redação, acho que a Aparecida conseguiu completar  
1432 bem. Com essa fala, Wilson, você entendeu essa, esse entendimento?

1433 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Não, tudo bem,  
1434 acho que melhorou, não vou polemizar com isso. Eu colocaria direto: comitês de bacia  
1435 hidrográfica do São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema, pronto, acabava  
1436 com essa história. Mas se querem colocar de rios de domínio da união, tudo bem, nós  
1437 não temos poder para deliberar sobre rios de domínio do estado, isso é óbvio.

1438 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Mas eu vejo com  
1439 essa complementação proposta pela Aparecida, eu acho que ficou mais claro ainda a  
1440 intenção. Ok? Podemos seguir em frente? Então eu gostaria de colocar em votação,  
1441 perguntar para os conselheiros se é preciso fazer voto nominal ou se podemos seguir a  
1442 votação mais expedita com os votos contrários e abstenção? Não havendo nenhuma  
1443 manifestação, então eu peço para a Roseli para colocar na tela para votação a resolução  
1444 que trata da prorrogação dos mandatos dos comitês, das diretorias dos comitês. Então eu  
1445 pergunto se tem algum dos conselheiros que vota contrário a resolução que prorroga o  
1446 mandato dos comitês? Não havendo, eu pergunto para os conselheiros se tem alguma  
1447 das instituições que se abstém da resolução que prorroga o mandato da diretoria dos  
1448 comitês? Não havendo, então está aprovada a resolução que prorroga o mandato dos  
1449 comitês de bacia por mais um ano. Vamos em frente. O nosso próximo ponto de pauta.  
1450 Então como próximo ponto de pauta, nós temos então o parecer elaborado pela Câmara  
1451 Técnica de Segurança de Barragens, relativo à avaliação do relatório de segurança de  
1452 barragem 2018, foi apresentado na nossa última Plenária. Então vocês viram por conta  
1453 daquele processo de retomada do conselho, não foi possível o ano passado a Câmara  
1454 Técnica mesmo fazer essa análise, no âmbito das Câmaras Técnicas. Então o acordo que  
1455 se fez foi que se mandou relatório da ANA, o Ministro Canuto na época, se enviou o  
1456 relatório da ANA para o Congresso para que se cumprisse o prazo do final do ano, mas  
1457 ficou pendente o encaminhamento do parecer sobre o relatório, que apresenta sugestões  
1458 de aperfeiçoamento e que devem incidir no relatório do ano seguinte, então todas essas  
1459 contribuições elaboradas pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens, elas vão  
1460 trabalhar no sentido do aperfeiçoamento do relatório de 2019. Então para apresentar os  
1461 trabalhos deste parecer, eu gostaria de passar para a Presidente da Câmara Técnica de  
1462 Segurança de Barragem, a Cristiane Battiston, para apresentação do relatório.

1463 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Obrigada, Renato. Boa tarde a todos. Para  
1464 quem não me conhece, eu sou Cristiane Battiston, eu estou com a honra de presidir a  
1465 Câmara Técnica de Segurança de Barragem nesse ano. Eu tenho vários colegas da  
1466 Câmara que estão aqui participando da reunião, então eu gostaria de agradecer, que a  
1467 gente tem um time lá que é muito dedicado a cumprir essa missão que o CNRH tem de  
1468 zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. A gente está  
1469 aqui apresentando os subsídios para vocês, para cumprir o Inciso 13 do Artigo 35 da Lei  
1470 9.433, que dá atribuição ao CNRH de apreciar o relatório de segurança de barragens,



1471 fazendo-se necessário recomendações para melhoria das seguranças das obras, bem  
1472 como encaminhá-la ao Congresso Nacional. Então a gente está trazendo a Câmara  
1473 Técnica montou um grupo de trabalho, a Jussara presidiu esse grupo, então ela vai fazer  
1474 a apresentação. E a gente está trazendo diversas recomendações de melhoria, que são  
1475 para ser apreciadas pelo plenário, o seu encaminhamento, mas são recomendações que  
1476 para ações do próprio CNRH e de instituições de fora. Então Jussara, só para confirmar  
1477 se ela está conectada aqui.

1478 **SRª. JUSSARA** – Sim, Cristiane.

1479 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Ótimo, Jussara. Jussara está no sítio, então  
1480 está lá com chuva, estava com dúvida se ia conseguir fazer a apresentação pra gente,  
1481 então Jussara, por favor, a palavra é sua.

1482 **SRª. JUSSARA** – Ok, obrigada. É um grande prazer estar de novo em uma reunião de  
1483 Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu já tive a oportunidade de estar  
1484 conselheira, pelas OTEPs, e agora estou membro da Câmara Técnica de Segurança de  
1485 Barragens. Eu vou compartilhar uma apresentação, procurarei ser breve. Pergunto a  
1486 todos se estão conseguindo visualizar.

1487 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

1488 **SRª. JUSSARA** – Ok. Então como a Cristiane já falou, o relatório de segurança de  
1489 barragens, ele visa dar um retrato, não é, do estágio atual da implementação da política  
1490 de segurança de barragens, e inclusive, dar um retrato da atual situação das nossas  
1491 barragens no país. É um dos instrumentos da política, e esse relatório, ele normalmente  
1492 ele compreende um período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano de referência do  
1493 relatório. E também compete ao CNRH encaminhá-lo ao Congresso Nacional, até 31 de  
1494 dezembro de cada ano, como já foi dito, e junto com esse encaminhamento, sempre se  
1495 encaminham recomendações, sugestões, para melhoria da segurança de barragens.  
1496 Esse é o objetivo principal do relatório. Um dos objetivos. Então, o relatório de 2018, ele  
1497 compreendeu, portanto, o período de 1º de janeiro de 18 a 31 de dezembro de 2018, ele  
1498 foi apresentado, já foi dito na 42ª Reunião Extraordinária do colegiado e enviado ao  
1499 Congresso Nacional. Porém, sem essas recomendações, que visam sugestões para  
1500 melhoria da segurança das obras. Também nesse relatório 2018, cabe ressaltar que  
1501 como o período compreendido é o ano de 2018, o acidente da mina do córrego do feijão  
1502 não consta desse relatório, ele deve estar incluído no relatório de 2019, que não está  
1503 sendo abordado no momento. A Câmara Técnica de Segurança de Barragens, após a  
1504 reestruturação do CNRH, ela teve sua primeira reunião em 13 e 14 de fevereiro, que foi  
1505 oportunidade então que foi criado o grupo de trabalho para fazer essa avaliação, essa  
1506 apreciação do relatório de 2018. O tempo foi um pouco curto, né, e nós conseguimos  
1507 apreciar na Câmara Técnica, na reunião de março de 2020. O grupo de trabalho foi  
1508 constituído por mim, eu fiquei de Coordenadora pelo Daniel Ovídio, Adriana Walmax,  
1509 Carlos Henrique da CBDB, Cristiane, Felipe e a Fernandha. A estrutura do parecer, nós

mantivemos a estrutura que nós já tínhamos feito, já participei de outros pareceres do RSB, nós mantivemos a estrutura com uma breve introdução, um relatório do grupo, de como é que se deu, se deram as atividades do grupo para elaboração do parecer. E aí no capítulo 3, a análise do relatório, ou seja, das informações do relatório. E aí nós seguimos exatamente os itens, né, que constam da Resolução 144. Então fizemos uma breve, breves considerações sobre a estrutura do relatório, como ele está, fizemos algumas sugestões, né. O outro capítulo é o dos cadastros, depois o relatório fala sobre a implementação da Política Nacional, sobre as relações, a relação das barragens que apresentam categoria de risco alto. A descrição dos principais acidentes e incidentes durante esse período do relatório, considerações também sobre o relatório dos órgãos fiscalizadores, que remetem informações para a Agência Nacional de Águas, e também considerações sobre os recursos de orçamentos fiscais da união. Vocês estão me ouvindo? Deu um ruído aqui agora.

**INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Sim, estamos.

**SRª. JUSSARA** – Ok. Depois no capítulo 4, um diagnóstico da situação, e aí os itens abordados, sobre a questão da classificação, uma análise dos critérios de risco, né, os planos, os achados fiscalizadores, notas de atenção e prioridades, enfim. O parecer tem essa estrutura, vocês receberam o parecer e eu vou focar na apresentação, naqueles pontos que são os principais, digamos assim, os mais relevantes. Primeiro lugar, nós identificamos bons avanços nesse relatório de 2018, muito bons. Um novo formato, muito didático, esse formato, ele apresentou muitas informações na forma de infográfico, em esquemas, ilustrações didáticas para compreensão das informações técnicas, o que facilita a absorção dele para a sociedade e também no próprio Congresso Nacional. Uma outra coisa, muito importante desse relatório e que foi um grande avanço, é que nos relatórios anteriores, haviam duas bases de informação, um cadastro com todas as barragens informadas pelos fiscalizadores, mesmo que não se tivessem todas as informações de descrição dessas barragens, e o SNISB, um cadastro com, concebido para ter as informações completas dessas barragens. E isso trouxe muita confusão, já tinha sido identificada nos demais, nos relatórios anteriores, mas havia uma dificuldade técnica em função de informática, etc., e em 2018 finalmente a Agência Nacional conseguiu colocar, finalizar essa complexidade necessária para adotar o SNISB como cadastro único com base em informações. Isso vai retirar muitas confusões e vai melhorar muito a questão gerencial. O relatório também trouxe três capítulos interessantes, um sobre descrição do que é uma barragem, enfim, explicando o que significa isso de uma forma bem didática para aqueles que não conhecem exatamente esse tipo de obra. Um capítulo que fala sobre questões de segurança, né, as questões de avaliação, da classificação, o próprio cadastro e um capítulo que explica toda a nossa política de segurança de barragens, assim, bastante didático para principalmente para quem não é do ofício, do seu dia-a-dia, essa questão. Porém, dentro do grupo e depois na Câmara Técnica, eu gostaria de agradecer muito aos colegas, tanto do grupo que participou da elaboração desse parecer, como toda a Câmara Técnica, por quê? Nós, esse assunto é bastante complexo, e são muitas questões, embora o nosso grupo GT tivesse pessoas,

representantes de todos os segmentos, as diferentes visões, muitas vezes elas são divergentes, né. Então nós conseguimos um consenso muito interessante depois de um debate mais aprofundado com a própria Câmara Técnica. Então esse parecer, ele contém não só o debate dentro do GT, mas também toda a contribuição que a Câmara Técnica trouxe ao analisar nosso parecer. Então isso foi fundamental para que ele ficasse nessa sua versão final. Então depois de todos esses debates, nós concluímos que seria muito interessante de manter um relatório técnico como documento oficial voltado as decisões gerenciais e técnicas, sem a grande preocupação de toda essa edição mais didática, digamos assim, mas que contivessem mais análise e mais tabelas, mais gráficos técnicos, para auxiliar, facilitar aos técnicos tomarem alguma decisão mais gerencial e técnica. E elaborar um resumo executivo, esse sim, com a linguagem mais acessível, didática, uma versão que fosse mais palatável para a sociedade e para o Congresso Nacional. E, além disso, sugerimos também inserir um glossário. Isso são sugestões depois de um amplo debate na nossa Câmara Técnica. Algumas conclusões são importantes dessa apreciação que foi realizada. O relatório compreendeu esse período e abrangeu as informações mínimas que constam do Artigo 7º da Resolução CNRH 144 de 2012, que regulamenta esse relatório. Conforme eu já falei, a adoção das informações de forma unificada pelo SNISB, proporcionou uma alteração nos números de barragens informadas. Nós tínhamos no relatório anterior mais de 20 mil barragens, e nesse relatório aparecem 17.604. Então essa redução em torno de 27%, ela se deu por quê? Como os fiscalizadores tiveram que alimentar o SNISB, então já realizaram os filtros necessários do que eram informações realmente necessárias para entrar no SNISB. Então essa foi já uma consequência da adoção da forma unificada, então a filtragem, a depuração do cadastro, começou a ser bem mais evidente. Nesse relatório de 2018, até por conta de debates anteriores da avaliação de outros relatórios, que sugestões que foram dadas, de solicitar aos fiscalizadores que encaminhassem as notas, as notas parciais da composição da nota de categoria de risco. Risco alto, médio, baixo. Isso foi feito, a ANA solicitou os fiscalizadores, não como de forma obrigatória, mas de forma voluntária, e de forma que nós recebemos nesse relatório, no próprio SNISB disponibilizado no portal, essas notas parciais. A partir da análise dessa informação desagregada da nota, nós conseguimos observar uma coisa muito interessante, por exemplo, a resolução, ela diz, a Resolução 143 ela diz que as barragens atingindo uma pontuação da ordem de 60, elas são de alto risco. Mas se a gente olhar o número de barragens classificadas como alto risco, nós observamos que 59 delas, que estão classificadas como alto risco, risco alto, quase 10%, 9,5, 9,5% de todas que estão classificadas dessa forma, elas não obtiveram a pontuação número 60. E aí nós fomos ver, mas por que, se elas não têm a pontuação 60, por que estão no risco alto? Porque os itens que estão dentro da Resolução 143, que são os itens de nota do estado de conservação das obras, esses itens se um deles, né, tiver uma pontuação maior que oito, isso faz configurar que essa barragem tem risco alto. É oito para barragem de uso múltiplo e 10 para barragem de rejeitos. Então isso significa que são barragens que precisam de atenção a sua manutenção, por conta disso, nós destacamos que é realmente importante solicitar essas informações desagregadas do processo de classificação de risco, para que com essa informação se possa ir direto. Se

tem um universo de barragens que estão classificadas dessa forma, quais delas nós temos que dar prioridade de atenção? Aquelas que estão com os itens que necessitam da manutenção, de obra mesmo para manter em pé a estrutura. Então isso é muito importante, e a gente destaca que isso é importante e obviamente nós colocamos isso como sugestão, para os próximos, continuar solicitando isso para os próximos relatórios. O relatório também apresenta como pede a resolução, os principais acidentes e incidentes. Neste ano foram dois incidentes, três acidentes, duas vítimas, e chama a atenção de novo, que não estão aí os números de Brumadinho, porque Brumadinho foi em 2019. E a ANA alerta o seguinte, que podem ter ocorrido mais eventos, e que possivelmente eles não estão reportados, porque provavelmente podem ter sido de pequenas barragens de regiões que têm reduzido danos potenciais. Bom, para lidar com a subnotificação dos acidentes e incidentes das barragens, nós sugerimos que seja realizado o cruzamento das informações com a base do sistema integrado de informações sobre desastres, mantida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Esse sistema integrado, mantém os registros das solicitações de reconhecimento federal, de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Todas as solicitações precisam informar o código de classificação e a codificação brasileira de desastre. Então, por exemplo, verifica-se que em 2018, foram reconhecidos dois eventos com código rompimento colapso de barragens, sendo que ambos também foram reportados pela mídia local, porém não estão relatados no RCB. São eles ali, esses dois exemplos, é ameaça de Rio Pimenta, a barragem de Bezerro, e o rompimento de uma represa de contenção de água no Norte de Minas Gerais. Ou seja, pode ser bem interessante para na consolidação, também integrar esse outro sistema de informações. Portanto, já concluindo, né, o relatório 2018 permitiu que se observassem avanços na implementação da política, vários avanços, e também que existem oportunidades de melhoria para segurança das barragens e a partir dessas observações, foram formuladas as recomendações que a Cristiane já tinha comentado, que nós organizamos em duas partes: ações internas no CNRH, ou seja, ações que cabem ao próprio CNRH conduzir, e outras recomendações que são voltadas a órgãos externos ao CNRH, e, portanto, a moção é a forma como o CNRH pode se comunicar com as demais instituições, e levar essa mensagem. Então, dentro das ações internas no CNRH, nós sugerimos demandar a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo uso de recursos hídricos, para estudar a elaboração de uma resolução que estabeleça diretrizes para aplicação percentual de recursos oriundos da cobrança, pelo uso de recursos hídricos nas ações de operação, manutenção e adequação nos requisitos da Lei 12.334, de barragens públicas de usos múltiplos, de interesse comum ou coletivo, que contribuam para a regularização das disponibilidades hídricas a usuários de bacia, até que seja estabelecido mecanismo de recuperação de custos de serviços públicos, que essas estruturas prestam. Explicando: houve um grande debate na nossa Câmara Técnica em função de demandas de órgãos públicos, que são responsáveis por estruturas, que distribuem essa água a muitos usuários, de usos múltiplos, e essas instituições públicas, em função de toda essa mudança de rotina com relação à segurança de barragens, não estavam estruturados para dar conta de tamanha demanda, porque isso são custos bastante elevados. Então os

1638 seus orçamentos não estão adequados a essas, a essa demanda da segurança de  
1639 barragens. São muitas dessas barragens... Oi?

1640 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Jussara, você tem  
1641 outros slides? Não precisa justificar a resolução.

1642 **SRª. JUSSARA** – Está ok.

1643 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pode avançar no  
1644 ponto.

1645 **SRª. JUSSARA** – Está ok, então tá, enfim, é isso. Então para dar essa demanda, a gente  
1646 sugere isso. A outra ação interna, demandar das Câmaras Técnicas de Planejamento e  
1647 Articulação e de Segurança de Barragens. Também o estudo da elaboração de resolução  
1648 que estabeleça diretrizes para inserção da gestão de recursos hídricos, prevenção e  
1649 segurança de barragens nos planos de recursos hídricos das bacias. Buscando, tentando  
1650 inserir os riscos ajuzantes de barramento, orientando os planos diretores, evitando novas  
1651 ocupações em áreas de riscos, e pensar inclusive na questão dos empreendimentos em  
1652 cascatas. As moções dos órgãos externos. Uma moção endereçada aos órgãos  
1653 fiscalizadores de barragens de usos múltiplos, recomendando ações no sentido de  
1654 refinamento dos cadastros, e na complementação dos cadastrados no SNISB, no que  
1655 tange aos itens da matriz de classificação de barramentos, bem como no avanço das  
1656 ações de fiscalização documental e in loco das barragens sobre sua jurisdição, avaliando  
1657 a possibilidade de um chamamento dos empreendedores para fornecerem as  
1658 informações. Existe uma falta, uma lacuna muito grande ainda de informações no SNISB.  
1659 Aos governos federal, estaduais e distrital, recomendando estruturar os órgãos  
1660 fiscalizadores de segurança de barragem de forma que tenham quadro permanente de  
1661 pessoal, em número adequado e recursos tecnológicos e financeiros necessários a  
1662 implementação da política, e da criação de uma estrutura de governança como atribuição  
1663 formal de segurança de barragens. Uma situação muito evidenciada em muitas reuniões.  
1664 Uma moção endereçada aos governos federal, estaduais, municipais e distrital, que  
1665 possuam unidades administrativas caracterizadas como empreendedores.  
1666 Recomendando a criação de uma rubrica orçamentária específica para as ações de  
1667 segurança de barragem, bem como o fortalecimento dessas unidades e a criação de uma  
1668 estrutura de governança com atribuição formal em segurança de barragens. Uma outra  
1669 moção encaminhada, endereçada ao Congresso Nacional, solicitando que a na  
1670 tramitação dos projetos de leis elaborados pela comissão externa da Câmara de  
1671 Brumadinho, seja previsto o fortalecimento dos órgãos de proteção e Defesa Civil  
1672 municipais e estaduais, tais como o estabelecimento de quadro de carreira e programa de  
1673 qualificação das defesas civis, a partir da aplicação de parcela dos recursos já recebidos  
1674 pelos municípios, a título de compensação financeira pelo resultado da exploração de  
1675 petróleo, geração de energia e de recursos minerais em seus territórios, plataformas  
1676 continentais ou zona econômica exclusiva. Moção endereçada aos governos municipais.

1677 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Jussara?

1678 **SRª. JUSSARA –** Oi?

1679 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Só peço o seguinte,  
1680 nós temos mais três pautas pela frente, então nós vamos ter que ver como conseguir...

1681 **SRª. JUSSARA –** Já estou terminando, faltam só mais dois slides.

1682 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Ok. Estava sem  
1683 apresentação, precisava saber qual era o tempo.

1684 **SRª. JUSSARA –** Não, já estou terminando. É só mais dois.

1685 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Obrigado.

1686 **SRª. JUSSARA –** Então uma moção endereçada aos governos municipais, solicitando  
1687 que apoiem aos órgãos fiscalizadores de barragens no seu cadastramento de barragens  
1688 públicas e privadas, existentes no seu território, para auxiliar a ampliação do SNISB. A  
1689 Agência Nacional de Águas solicitando que encaminhe ao CNRH, sugestões sobre quais  
1690 pontos a agência identifica que esse órgão pode contribuir com a segurança de  
1691 barragens, e recomendando que solicite aos órgãos fiscalizadores, quando do envio das  
1692 informações do RCB, uma avaliação contendo estatísticas relativas a classificação de  
1693 riscos, discriminados por tipologias, bem como a relação das barragens classificadas com  
1694 CRI alto por estado de conservação. Aos comitês de bacias sugerida a promoção de  
1695 capacitação e treinamento sobre a política, e estímulo e estruturação de Defesa Civil nos  
1696 municípios da bacia. Sugerindo que estimulem os municípios a destinarem e aplicar  
1697 recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação de  
1698 manutenção, recuperação das barragens sobre sua responsabilidade. E o último, ao  
1699 Conselho Monetário Nacional, solicitando que oriente as instituições financeiras a  
1700 considerarem o nível de conformidade, as disposições da política, na gestão de risco  
1701 socioambiental das operações, no âmbito da política de responsabilidade socioambiental  
1702 das instituições, conforme a Resolução 4.327 do Conselho Monetário Nacional. É isso,  
1703 obrigada.

1704 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Obrigado, Jussara.  
1705 Então nós abrimos para pedidos de esclarecimentos, a respeito do parecer apresentado.  
1706 Estão todos, pois não, Wilson.

1707 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH) –** Oi Jussara, tudo  
1708 bem? Essas propostas de moção, elas vão ser construídas na Câmara Técnica? Qual  
1709 seria o desdobramento? Eu acho que passou batido o meu entendimento isso.

1710 **SRª. JUSSARA –** Oi, Wilson. Sim, na verdade, o que acontece, a compreensão do qual é  
1711 o nosso papel com relação às recomendações, para que a gente possa recomendar para

1712 outras instituições, a gente, a nossa forma de comunicação é moção. Então nós  
1713 pensamos que isso é importante, se a plenária assim determinar, né, que é importante  
1714 que essas moções devam ser realizadas, aí sim a Câmara Técnica deve elaborar. Eu não  
1715 sei se a Cristiane quer complementar?

1716 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Complementar bem rápido, Jussara. É que a  
1717 gente tinha pensado inclusive em elaborar as propostas de moção, né, para caso o  
1718 plenário concordasse com esses encaminhamentos, mas ainda era para aquela reunião  
1719 presencial que estava prevista e não ia dar tempo de preparar. Então realmente a gente  
1720 trouxe como foi aprovado na Câmara Técnica, as propostas do relatório, e os  
1721 conselheiros validando esses encaminhamentos, a gente vai produzir toda documentação  
1722 necessária.

1723 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Oh Jussara,  
1724 então só para completar o meu raciocínio. Claro que eu acho que algumas moções  
1725 podem sair, devem sair, mas eu acho que elas têm que ser discutidas, porque tem  
1726 pontos, por exemplo, que eu sou contrário à proposta encaminhada. Então eu queria  
1727 saber o que é que nós vamos aprovar aqui, para poder enfim, tomar uma posição a  
1728 respeito do assunto.

1729 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. O Anivaldo  
1730 também está inscrito.

1731 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Serei bastante  
1732 sucinto. Quero apenas elogiar o trabalho da Câmara Técnica, eu li o relatório com muito  
1733 cuidado, é claro que o relatório é de 2018, embora já tínhamos o evento lá do crime que  
1734 foi cometido lá em Mariana. E eu acho que já representou um avanço, como que um bom  
1735 diagnóstico de como está a situação das barragens no Brasil, a gente nota que há muitas,  
1736 muitas áreas enfumaçadas, digamos assim, ou seja, vazios, né, nesse trabalho na  
1737 questão da segurança de barragens. Mas o relatório ele coloca uma questão que eu  
1738 queria comentar rapidamente, no sentido de propor que haja um relatório executivo, de  
1739 maior acesso ao público, mais didático e tal, mas sem prejuízo do relatório técnico  
1740 propriamente dito. Que esse que é de mais importância do ponto de vista do conselho, ou  
1741 seja, de intervir nessa questão sobre a ótica de gestão das águas, ali onde é o país  
1742 precisa melhorar e muito, a sua política de segurança de barragens. Mas eu quero elogiar  
1743 o relatório e aguardar que o conselho tome medidas, bem como o Ministério, Agência  
1744 Nacional e os outros órgãos, afetos ao problema, para que a gente chegue rapidamente à  
1745 análise de 2019. Eu digo isso por que o Rio São Francisco não tem plano b, eu sempre  
1746 digo isso, e existem vários barramentos de rejeitos que merecem uma atenção  
1747 especialíssima, visto que eles não estão há muita distância da calha do Rio São  
1748 Francisco, imaginem, o Rio São Francisco, parece que quando 70% da responsabilidade  
1749 hídrica da região Nordeste, atende o Norte de Minas Gerais e atende ao recorte de todo o  
1750 semiárido que se confunde em algum momento com o recorte da região Nordeste, não  
1751 por acaso. Então a minha preocupação é exatamente fazer com que o próximo relatório

1752 seja, porque aí teremos os eventos mais graves que foram os de 2019. É isso aí, mas  
1753 parabéns pelo trabalho. Obrigado.

1754 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. O próximo inscrito  
1755 é o Fabiano.

1756 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Fabiano,  
1757 Ministério da Economia. Só botar o ponto que já foi colocado aí, o ponto de que ok quanto  
1758 ao relatório, mas as moções a gente deveria fazer uma discussão em separado aí.

1759 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Alguém mais  
1760 inscrito?

1761 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Eu gostaria de  
1762 falar.

1763 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley.

1764 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Desculpa, sou  
1765 eu, Renato, Wanderley Paganini?

1766 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley, depois  
1767 Paulo quer falar, depois Paulo.

1768 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1769 **CNRH)** – Depois eu, Renato, Aparecida.

1770 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Certo, para a gente ir  
1771 encaminhando.

1772 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Então Wanderley  
1773 Paganini.

1774 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Elio também está inscrito.

1775 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Dos prestadores  
1776 de serviço, de abastecimento e coleta, e afastamento e tratamento de esgoto. Queria  
1777 parabenizar o trabalho feito, um trabalho minucioso, bem feito, mas eu também, Renato,  
1778 gostaria que as moções elas fossem olhadas de maneira holística, de maneira global para  
1779 ver onde é que nós vamos colocar o nome do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.  
1780 De uma maneira geral, eu acho que elas fazem sentido, mas eu acho que deveríamos  
1781 tirar deste relatório hoje, as moções, e fazer discussões em separado delas. Acho que  
1782 elas são muito importantes, mas eu não estou à vontade para votar em relação as  
1783 moções. Em relação ao relatório, eu acho que está ok, precisamos correr com 19  
1784 também, né, claro, e o relatório está bem feito, mas com relação as moções, eu gostaria  
1785 que nós déssemos uma atenção muito especial as moções, porque é a forma do



1786 Conselho Nacional de Recursos Hídricos colocar a sua cara para a sociedade. E eu acho  
1787 que elas têm que existir, mas eu gostaria de enxergar o todo, o que é que nós  
1788 pretendemos com essas moções. Muito obrigado.

1789 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Wanderley.  
1790 Está inscrito, o Paulo Varella ali levantou a mão e estava com dificuldade de levantar a  
1791 mão ou não, Paulo?

1792 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Sim, levantei, não  
1793 apareceu aí não? Ok. Posso falar.

1794 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pois não.

1795 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Ok, Renato. Antes  
1796 de mais nada, eu queria aqui mandar aí um abraço muito especial para minha amiga  
1797 Jussara, para a Dra. Battiston, parabenizar o relatório, realmente ficou bom. Apesar de  
1798 que ele está aí com um ano atrasado, ele não está anacrônico, as coisas não têm andado  
1799 tanto. Mas eu queria assim, aproveitar aqui o momento, Renato, para fazer uma reflexão  
1800 muito rápida, para mais além de que aprovar o que a gente faz, votar. Parabenizar o  
1801 conselho em si de estar enfim, dando peso a esse problema, que é um problema muito  
1802 sério, principalmente na região aqui do semiárido, no que diz respeito a essas barragens  
1803 de uso múltiplo. Praticamente 95% delas, públicas, e realmente nós temos problemas na  
1804 implementação dessa política. O relatório já percebe essa questão da classificação, é  
1805 preciso efetivamente que a gente consiga fazer a priorização, porque senão fica quase  
1806 tudo alto, porque por uma ou por outra razão, ela encaixa aí. Pela idade, porque tem uma  
1807 casa atrás da barragem, mas na verdade, como é que não pode fazer, tudo é muito  
1808 importante que a gente consiga ir no ponto, e tem algumas que efetivamente oferecem  
1809 risco de rompimento e etc. E aí vem um outro ponto que eu teria que exortar ao conselho,  
1810 porque através dessas e outras ações, e outras moções, mais do que moção,  
1811 envolvimento político, inclusive do nosso Ministro, do nosso Presidente, do nosso  
1812 Conselho, porque é preciso ter orçamento eficiente. O relatório vê aí que a gente precisa  
1813 de operação e manutenção, essas barragens elas não dão problema de um dia para o  
1814 outro, elas não têm um infarto assim de repente, não. Isso são anos, são décadas que  
1815 elas foram aí piorando e chegaram muitas vezes num ponto muito grave. Mas aí como  
1816 não tem recurso e são públicas, elas vão continuando, e aí nasce a indústria da multa, e a  
1817 gente começa agora a gastar o dinheiro que ia gastar nas barragens, pagando as multas.  
1818 Ainda semana passada, só para fazer um relato aqui, tivemos uma reunião muito boa com  
1819 a diretoria colegiada da ANA, aqui no estado do Rio Grande do Norte, onde desenvolve-  
1820 se ideias de converter inclusive multas em ações que pudessem melhorar as próprias  
1821 barragens e abater daí, então coisas que traz. Então assim, mas exortar o Conselho, para  
1822 que a gente tivesse além dos documentos oficiais das moções, o envolvimento, o  
1823 envolvimento político do governo para que a gente pudesse ter liberação de recurso para  
1824 os órgãos, principalmente para o DNOCS, que é detentor aí de grande parte dessas  
1825 barragens aí no semiárido, estou falando mais aqui do semiárido, que é uma realidade um

1826 pouco diferente das barragens aí de Minas. Mas enfim, parabenizar o conselho, eu acho  
1827 que esse é um dos assuntos assim de grandeza para o Conselho se debruçar. O Anivaldo  
1828 já coloca aqui a importância que isso tem, eu acho que a gente tem que realmente se  
1829 debruçar aí. Então era só fazer essa reflexão rápida aí, e mais uma vez, abraçar essas  
1830 duas amigas queridas.

1831 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Paulo. O  
1832 Elio, depois Aparecida.

1833 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Vamos lá. Eu queria registrar que com relação as  
1834 moções, as moções, nós gostaríamos de discuti-las de forma individual. Nós aqui do  
1835 estado temos interesse em fazer esse processo de discussão. Por que isso? Porque o  
1836 estado é relativamente pequeno, a sua geografia, mas nós temos grande parte dele, que  
1837 já sistematicamente estamos convivendo com características e condições climáticas de  
1838 semiárido. Então nós tivemos a partir das crises hídricas de 13 e 14, 16, 17, alternado aí  
1839 com excesso de chuva, com oferta abundante de água, nós tivemos crises hídricas  
1840 severas, e o estado aqui chegou a investir num programa de construção de barragens. E  
1841 isso deu-se um boom na construção de barragens. Então é extremamente importante que  
1842 a gente tenha os devidos cuidados com essas barragens, porque elas vão envelhecendo,  
1843 obviamente, as estruturas, elas precisam ser monitoradas. Então nos interessa muito  
1844 esse controle sobre as barragens, e essas moções, o que é que vão estar inseridos nelas,  
1845 a quem elas vão ser destinadas, nos interessa muito participar dessa discussão, viu?

1846 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, obrigado,  
1847 Elio. Aparecida e vamos para o encaminhamento, por favor.

1848 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1849 **CNRH)** – Acho que elogiar a Cristiane e Jussara chega a ser até redundância, a gente já  
1850 conhece a capacidade técnica das duas. E realmente ficou um trabalho muito bom,  
1851 diferenciado. Eu queria estender essa parabenização a toda Câmara Técnica e ao grupo  
1852 de trabalho de segurança de barragem, que a gente sabe que isso foi um esforço  
1853 conjunto, e o resultado realmente está muito bom. E ressaltar, acho que o Anivaldo e o  
1854 Varella disseram, que nós estamos precisando no Conselho Nacional é justamente  
1855 discussões de peso como essa, que eu acho que só traz empoderamento para o CNRH,  
1856 de peso e não só de peso, mas com consistência, objetividade, diretrizes, como a gente  
1857 viu nesse relatório. Mas eu também me preocupo com as moções, dando coro aqui ao  
1858 que todo mundo falou, senão a gente teria que entrar numa discussão individualizada de  
1859 cada uma das que foram sugeridas, e eu acho que não seria o caso agora para aqui,  
1860 então eu acho que seria interessante que essas moções fossem discutidas na sua  
1861 individualidade, na Câmara Técnica de Segurança de Barragem, depois nas que  
1862 competem, dependendo do tema com que, do direcionamento delas. Eu acho que fica  
1863 melhor para a gente poder conseguir aprovar esse relatório.

1864 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Aparecida,  
1865 obrigado então.

1866 **SRª. JUSSARA** – Renato?

1867 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pois não?

1868 **SRª. JUSSARA** – É a Jussara. Posso só fazer um esclarecimento, porque eu percebi que  
1869 talvez eu não tenha respondido bem claramente a questão das moções. Como nós não  
1870 elaboramos as moções, nós colocamos como encaminhamento que seja elaborada as  
1871 moções, ou seja, elas não serão elaboradas agora. Cada uma delas vai passar por todo  
1872 processo normal de construção de uma moção. Então o parecer apenas recomenda,  
1873 então uma a uma, depois quando elas estiverem elaboradas, a Plenária pode contribuir,  
1874 pode melhorar ou pode rejeitar. Essa que é o objetivo delas constarem no parecer, ou  
1875 seja, o GT, mas não foi só o GT, foi a Câmara Técnica na sua Plenária que aprovou que  
1876 se sugerisse essas moções. Ou seja, ao aprovar o parecer, não estão aprovando as  
1877 moções, apenas aprovando o trabalho para o CNRH, de pensar e elaborar essas moções.

1878 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Bom, ainda tem  
1879 inscrito a Marília, mas eu queria já dar uma orientação de sugestão. Eu entendo que  
1880 ainda o grupo não está apropriado da proposta das moções devidamente. Então para que  
1881 se ganhe esse tempo, e a necessidade de encaminhamento ao Congresso, porque uma  
1882 moção aprovada nessas condições, ou mesmo numa proposta, e ser encaminhado para o  
1883 Congresso, pode levar ao entendimento de que essas moções vão acontecer. Quando na  
1884 verdade, precisam um debate interno do conselho. Então já como um encaminhamento,  
1885 eu sugiro a aprovação do relatório, excluía as recomendações de moção e resolução. E  
1886 que essas, esses elementos sejam levados internamente para dentro do Conselho, para  
1887 os debates devidos no tempo devido. Então é essa sugestão que eu já queria dar para  
1888 que haja um conforto maior dos conselheiros para votação e que é tão importante a  
1889 aprovação desse relatório. Ainda está inscrita a Marília, e depois não sei. Pois não,  
1890 Marília.

1891 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Bem, eu acho que  
1892 você já deu um encaminhamento aí que é o entendimento da maior parte dos  
1893 conselheiros que se manifestou até o momento. Parabenizar a Câmara Técnica pelo  
1894 trabalho que realizou, mas eu queria aqui fazer uma referência também à Agência  
1895 Nacional de Águas, que tem feito um trabalho de fato de referência, na gestão de  
1896 segurança de barragem, em todo o país, apoiado os estados, e digo especialmente aqui  
1897 em Minas Gerais, nesse processo, e pela qualidade cada vez melhor do relatório de  
1898 segurança de barragem, que a ANA tem divulgado, que apoia a gestão em todas as  
1899 nossas regiões, em todos os nossos estados. Então queria fazer essa referência e estou  
1900 de acordo com a sua proposta de encaminhamento, Renato.

1901 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado. A Cristiane,  
1902 tem mais alguém além da Cristiane para os encaminhamentos? Cristiane, você levantou a  
1903 mão, né?

1904 **SR<sup>a</sup>. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Levantei, é um esclarecimento rápido assim, é  
1905 o que a gente é obrigado a enviar ao Congresso Nacional, é o relatório. E o relatório já foi  
1906 encaminhado. As propostas de melhoria para a segurança das obras, elas são se  
1907 necessário, então a nossa proposta com esse parecer é que não é, ele não precisa ser  
1908 encaminhado ao Congresso, é que o conselho aprove e talvez aqueles encaminhamentos  
1909 que a gente está dando fim. É claro que aqui a gente teve 15 minutos, que a Jussara ficou  
1910 explicando, mas na Câmara foram diversas discussões, e só na Câmara a aprovação do  
1911 parecer foi um dia inteiro, então é muito, a gente também não quer que vocês saiam  
1912 aprovando assim, e a gente está super disponível para explicar qualquer ponto. Então  
1913 minha proposta de encaminhamento seria olhar o grupo, encaminhamento interno do  
1914 CNRH e se vocês aprovarem que a gente continue discutindo aqueles pontos com as  
1915 outras Câmaras Técnicas, a gente continua, e olhar a parte das moções e falar olha, por  
1916 favor, detalhem as moções para a gente apreciar na sequência. Então assim, e não  
1917 precisa se preocupar, Renato, em mandar esse parecer para o Congresso, o que a gente  
1918 precisa mesmo, é que os conselheiros olhem e verifiquem se a gente está indo no  
1919 caminho certo e nos deem um rumo para a segurança das barragens.

1920 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Ok. Então ainda  
1921 está inscrito alguém mais? O Jefferson.

1922 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bem,  
1923 estão me ouvindo? Estão me vendo? Boa tarde a todos. Eu concordo com a Cristiane, e  
1924 também com a Jussara, por quê? Porque na verdade, o que se nota ao longo desse  
1925 tempo todo, de todo nosso, tantos anos aí de conselho e verificando esses relatórios, é  
1926 que há uma necessidade de premente de que se tenha realmente um controle maior  
1927 sobre os organismos ou os órgãos que fazem essa gestão. E o que está sendo colocado  
1928 nesse parecer é exatamente isso, que se tenha moções que vão ao encontro disso, não  
1929 que as moções sejam feitas já a priori, mas elas sejam pensadas, e que seja colocado  
1930 isso para futuro, para que não haja, para uma melhoria desses relatórios no futuro, para  
1931 uma melhoria da obtenção desses dados. Então por isso, eu defendo aqui, junto com o  
1932 pessoal, estive nessa reunião nas últimas duas reuniões da Câmara Técnica de  
1933 Segurança de Barragem como convidado, para que a gente faça a aprovação *ipsis litteris*  
1934 como está colocado, para que se lance mão no futuro dessas possibilidades para  
1935 melhoria de uma coisa que é tão importante para o país. Muito obrigado.

1936 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bom, para  
1937 encaminhamento então da proposta. Tivemos várias manifestações referentes ao  
1938 desconforto em relação à questão das moções e resoluções. Na verdade, as sugestões  
1939 de aperfeiçoamento do relatório constam no relatório. As propostas de resolução de  
1940 moções, são complementares as sugestões de aperfeiçoamento ao relatório. Então a

minha proposta de encaminhamento é pela aprovação do relatório, e o encaminhamento às instâncias internas do CNRH, das propostas de resolução e moção propostas pela comissão. Haja vista que eventualmente pode ser demandado do Ministério, apresentar o seu parecer técnico do conselho ao Congresso, mesmo que não seja obrigatório o envio, e não é adequado entendo eu, sem uma discussão melhor dentro do CNRH, encaminharmos para o Congresso essas medidas de moção e resolução, que necessitam um aprofundamento. Então encaminharia nesse sentido, de um encaminhamento para aprovação do relatório executivo, e que as propostas de moção e resolução, sejam encaminhadas para as instâncias devidas do CNRH, para se entendendo adequado nas várias esferas, aos poucos irem sendo encaminhadas e aprovadas essas resoluções e moções. Colocar a apropriação adequada pelos membros. Então seria essa a proposta de encaminhamento, então eu gostaria de a gente entrar em processo de votação, para os encaminhamentos, tá, Roseli? Então colocar na tela a aprovação do relatório, e perguntar já de antemão se a votação precisa ser nominal ou apenas a votação com os conselheiros que manifestem contrários, ou abstenção. Algum conselheiro entende que a manifestação tem que ser nominal? Então com esse encaminhamento da aprovação do relatório, encaminhamento das moções e resoluções ao próprio CNRH para suas instâncias, para análise interna, eu encaminho à votação. Então quem é contrário a aprovação do relatório e o envio as instâncias internas do CNRH, das conclusões do relatório. Não temos ninguém contrário. Abstenção. Então não tendo abstenções, está aprovado o relatório para, tanto para uso interno, ou por uma necessidade de envio ao Congresso, e as resoluções e moções encaminhadas para as instâncias internas do CNRH.

## **42ª Reunião Ordinária do CNRH 2**

**SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Vamos em frente com o nosso próximo ponto de pauta. Nós temos dois pontos de informe ainda, então vou pedir a paciência dos conselheiros, eu sei que é uma reunião extensa, mas são dois pontos importantes que nós precisamos ainda receber esse informe e deles, vão resultar encaminhamentos internos ao CNRH. Então eu passo imediatamente ao tema do informe sobre a solicitação da CNI, referente à suspensão da cobrança, de recursos hídricos, por 120 dias. Então eu gostaria de passar a palavra para o Davi Bomtempo da CNI, que foi o proponente dessa, a CNI foi a proponente desta resolução e desse tema, e na sequência, ouvir a Agência Nacional de Águas que também se debruçou sobre o tema, para que a gente possa definir o encaminhamento desse tema. Então dizer, dizer que a Agência

1979 Nacional de Águas tomou várias providências nesse sentido, e há uma preocupação no  
1980 sentido de atendimento da demanda, mas sabendo que isso também se reflete nos 7,5%  
1981 das agências delegatárias. Por isso que inclusive, o Anivaldo na qualidade de  
1982 representante dos comitês de bacia, já manifestou formalmente à Secretaria-Executiva do  
1983 CNRH, para que esse assunto seja proposto um debate envolvendo os comitês e  
1984 agências delegatárias. Então com essa introdução e dizendo do compromisso de se  
1985 buscar uma solução, para demanda, eu gostaria então de já encaminhar a proposta, a  
1986 fala, o Davi Bomtempo da CNI. Davi?

1987 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Está ouvindo agora?

1988 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Sim.

1989 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Ok, obrigado, Renato. Boa tarde a  
1990 todos. Apenas uma referência à solicitação de suspensão da cobrança pelo uso da água,  
1991 que foi encaminhada pela CNI ao senhor Rogério Marinho, Ministro de Desenvolvimento  
1992 Regional no dia 02 de abril de 2020, principalmente aí utilizando como justificativa, dentre  
1993 outras, a questão relacionada aí a emergência de saúde pública, decorrente do  
1994 coronavírus, responsável pelo surto de 2020. Consignados na Lei 13.979 de 06 de  
1995 fevereiro de 2020. E em suma, em breve resumo, o que solicitamos e propomos foi a  
1996 suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias,  
1997 contemplando o período de abril a julho do vigente ano, de modo que os valores das  
1998 parcelas relativas a esses meses, sejam acrescidas as parcelas ao ano de 2021, sem  
1999 adição de juros ou qualquer tipo de multa. Que caso acolhida a proposta de suspensão da  
2000 cobrança referida no item anterior, se dê ampla divulgação dessa decisão junto aos  
2001 usuários de todos os segmentos, utilizando-se de todos os meios de comunicação  
2002 disponíveis como cadastro da cobrança, e-mails, postagem via Correios, por meio de  
2003 comitês e outros disponíveis. Em resumo, foi essa solicitação que foi aí atendida pela  
2004 Resolução CNRH. Obrigado, Renato.

2005 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Davi. Então  
2006 eu passo imediatamente para o Humberto, Superintendente da Agência Nacional de  
2007 Águas, para manifestação da agência sobre o assunto.

2008 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Ok. Bom, eu só queria,  
2009 vou relatar para vocês todo o procedimento que nós utilizamos nessa questão. Quando a  
2010 carta que a CNI encaminhou ao Ministro e o Ministro encaminhou para uma avaliação da  
2011 ANA, a carta chegou num momento que nós já estávamos refletindo o impacto da  
2012 pandemia no nosso sistema, no nosso sistema de cobrança. Como que a gente poderia  
2013 amenizar um pouco a questão econômica para os nossos usuários, pagadores de uso da  
2014 água? Quando chegou essa correspondência, nós fomos fazendo avaliações e chegamos  
2015 à conclusão que talvez a proposta vai ir na direção do que nós estávamos pensando,  
2016 mas, entretanto, ela, a proposta colocava para o ano de 2021, a cobrança de 2020. E com  
2017 isso, se somaria à cobrança de 2021. Então o nosso usuário pagador, ele estaria

sobrecarregado no nosso ponto de vista, com a cobrança de 2020, mais os boletos de 2021. E aí nós começamos a ver qual que seria a melhor alternativa imediata para darmos uma resposta naquele momento em abril ainda, quando o início da pandemia, qual seria uma resposta imediata que nós poderíamos dar para minimizar um pouco o impacto para o usuário? Que nós já advínhamos que poderia vim, seria muito pesado. Então nós tomamos uma decisão administrativa de prorrogar, em vez de lançarmos os boletos de pagamento para início em abril, nós prorrogamos, deslocamos o início da emissão dos boletos para o mês de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Então relocamos em bloco o período de emissão e pagamento dos boletos que seria de maio a julho, passou a ser de agosto a dezembro. E com isso, no mesmo ano fiscal, nós teríamos então a cobrança pelo uso da água em 2020. E não oneraríamos em 2021, usuário com dois boletos de 2020, como a sugestão da CNI de não ter juros e correção monetária, multas e tal, mais o de 2021 naturalmente. E começamos, levamos isso para a diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas, e eles entenderam que seria uma alternativa imediata que poderíamos adotar em frente ao processo de pandemia, e assim a diretoria colegiada resolveu em função do impacto que poderia se causar, positivo para os usuários, emitiu uma resolução específica que talvez nem fosse tão necessária no momento, mas ela optou para fazer uma resolução do colegiado, prorrogando então a cobrança de, a cobrança pelo uso da água em 2020 por conta do Covid-19 para adiando ela para início de agosto até dezembro de 2020. Mas nós não paramos de raciocinar e refletirmos qual seria o impacto dessa pandemia. Nós tínhamos uma percepção que essa pandemia iria criar um problema econômico sério nesse país, como a gente está vendo atualmente. E a perspectiva são cada vez piores em termos econômicos. Então nós começamos a refletir como que a gente poderia trabalhar nessa direção de minimizar um pouco mais o impacto para o usuário pagador, quando a gente percebeu que talvez fazer o mesmo modelo de pagamento, de cobrança que a gente tem adotado para a Bacia do Verde Grande e para a Bacia do Paranaíba. É fazer de uma maneira que o usuário pague, passe a pagar no ano seguinte o que ele consumiu no ano anterior. Então na Bacia do Verde Grande e na Bacia do Paranaíba já utilizamos esse modelo, aonde o boleto é emitido no início do ano, após o usuário fazer a declaração, a declaração de uso da água, e usada no ano anterior, com isso a gente tem uma emissão de um boleto efetivamente daquele valor que o usuário declarou que usou, pelo uso, usou a água. Com isso a gente deslocaria a suspensão de emissão desses boletos em 2020, e passaríamos a emitir os boletos de 2020 em 2021. Acreditando que em 2021, num país já esteja numa curva ascendente de recuperação econômica e minimizaria um pouco mais o impacto atual nesse ano aos usuários, a economia muito fragilizada. Tudo bem, acho que seria uma ideia interessante, mas temos um problema, e o Renato já tocou no problema na abertura dessa pauta, quando ele coloca a questão do custeio das entidades delegatárias. As entidades delegatárias como vocês sabem, elas sobrevivem no seu custeio com um percentual do valor que é arrecadado pelo uso da água. Então do valor arrecadado, 100% arrecadado naquela bacia, a entidade delegatária, ela é obrigada a utilizar apenas 7,5% do valor arrecadado. E 92,5 restantes, são aplicados nos investimentos que o plano da bacia que define quais são os investimentos a serem feitos. No momento que a gente

2061 tomar uma decisão de suspender a emissão dos boletos, não se fala aqui em renúncia  
2062 fiscal, por favor, não é esse entendimento, não há renúncia fiscal, o que se fala é  
2063 suspender emissão de boletos em 2020 e emití-los em 2021 com os valores efetivamente  
2064 cobrados em 2020. Cria-se um problema, como viabilizar os recursos para as entidades  
2065 delegatárias no ano de 2020? Elas vivem dos 7,5%, é que paga os salários, é que paga  
2066 as instalações, os equipamentos, enfim. E aí nós precisamos, nós resolvemos trazer esse  
2067 tema para vocês, quer dizer, a proposta da CNI ela vem nessa direção de minimizar o  
2068 impacto, nós da Agência Nacional de Águas, entendemos que sim, precisamos criar uma  
2069 alternativa para minimizar o impacto. Entretanto, se jogarmos ainda neste ano, há um  
2070 risco imenso e aí eu quero compartilhar com vocês essa aflição, de uma grande e violenta  
2071 inadimplência no pagamento pelo uso da água. E aí meus amigos, o impacto nas  
2072 entidades delegatárias, o impacto no sistema, vai ser muito grande. Se nós emitirmos  
2073 boletos e o faremos a partir do mês que vem, aliás, mês de junho, já estamos em julho,  
2074 final de julho, emitiremos os boletos com o vencimento em agosto, setembro, outubro,  
2075 novembro e dezembro, mas nós ficamos extremamente preocupados, porque todas as  
2076 avaliações que nós fizemos, a gente reconhece claramente que teremos um grande  
2077 impacto na inadimplência do pagamento pelo uso desses boletos. E com isso, vamos ter  
2078 aí um impacto grande na vida dos comitês de bacia, em recursos para continuar a  
2079 aplicação dos investimentos previstos, já acordados e previstos e aprovados pelo comitê  
2080 da bacia. No nosso modo de entender, se nós conseguíssemos uma autorização para  
2081 suspender a emissão de boletos esse ano e lançarmos esses boletos no ano que vem  
2082 com valores a serem pagos pelo uso da água em 2020, e assim sucessivamente em 2021  
2083 nós não emitiríamos boleto, emitiríamos em 2022. Relativo ao uso da água em 2021, em  
2084 2023, nós traríamos os boletos relativos ao ano de 2022. E assim sucessivamente, com  
2085 isso a gente acredita que num caso específico excepcionalmente agora, nós daríamos  
2086 uma contribuição significativa para os usuários frente a essas dificuldades econômicas  
2087 que a gente está percebendo no dia-a-dia. Entretanto, temos esse problema, como  
2088 viabilizarmos a sustentação das entidades delegatárias nesse período? Então nós vamos,  
2089 a ideia é discutir aqui rapidamente com vocês, dentro do possível, ver quais são as  
2090 alternativas que a gente poderia se lançar mão para viabilizar recurso para as entidades  
2091 delegatárias e uma vez aprovado essa discussão, a gente poderia encaminhar isso para a  
2092 Câmara Técnica de Planos, a Conjur, a ANA com o seu parecer, sua PF, sua  
2093 Procuradoria Federal, seus pareceres jurídicos, mas a ideia é discutir aqui quais seriam  
2094 os caminhos que a gente poderia ajudar para minimizar o impacto e diminuir com certeza  
2095 a inadimplência do pagamento pelo uso da água neste ano crítico que nós estamos  
2096 vivendo. É isso. Renato.

2097 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado Humberto.  
2098 Eu gostaria de passar a palavra para os conselheiros que queiram algum esclarecimento  
2099 da matéria. Sobre a matéria, para daí nós darmos encaminhamento sobre essa matéria.  
2100 Nelson da CNA, por favor.

2101 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Bom, boa tarde a todos,  
2102 quase noite a todos. Na verdade, eu queria colaborar aí, até agradecer aí a CNI que



2103 movimentou todo esse sistema e chamou a atenção para essa questão dos grandes  
2104 impactos a respeito da pandemia, do Covid aí, os impactos econômicos nas atividades  
2105 agropecuárias, para nós, principalmente aquelas de irrigação, aquicultura, que tem na  
2106 água um insumo produtivo muito importante, sem água, não conseguimos produzir o que  
2107 temos que produzir, não conseguiríamos honrar as contas de energia elétrica, banco,  
2108 insumos e aí ainda com somado a alta do dólar, que está pesando muito como insumo  
2109 produtivo hoje, impacta grandemente a atividade agropecuária brasileira e essa iniciativa  
2110 da Agência Nacional de Águas vem nesse sentido, a gente entende a questão da  
2111 manutenção aí das atividades das agências. Mas o produtor rural também está aí  
2112 apertado, ainda com um agravante a mais do que da Confederação Nacional, o pessoal  
2113 da indústria, do comércio, que tem um ciclo produtivo muito mais curto do que a atividade  
2114 agropecuária, então se a gente for pensar, as atividades que começaram a utilizar água e  
2115 utilizam água no seu processo produtivo, quando elas têm ciclo curto, elas estão  
2116 encerrando a produção agora. Então a gente tem um ciclo muito maior que precisa de  
2117 uma dilatação dessa proposta de pagamentos, em cima das ações que são, que pesam  
2118 muito a atividade rural, por questões de inadimplência, por questões de custo, aumento  
2119 do custo e tudo que é associado ao sistema produtivo. Então a gente tem um ciclo muito  
2120 maior que precisa ser trabalhado para que seja alongado, para que a gente mantenha  
2121 principalmente os pequenos e médios irrigantes. Então a gente gostaria de que sejam,  
2122 que seja acatada essa questão de alongar essa cobrança, que seja entendido também, a  
2123 gente entende também a questão das agências, mas o produtor rural está lá na ponta e  
2124 ele não terá condição de pagar tudo isso, principalmente por que não está conseguindo,  
2125 consegue produzir, mas não consegue comercializar, uma dificuldade muito grande de  
2126 comercialização, isso principalmente aqueles produtos que são hortifrutis, são aqueles  
2127 produtos de vida útil, vida muito curta na prateleira. Então a gente gostaria de reafirmar  
2128 essa, esse posicionamento da CNI e apoiar sim, dado ao impacto que vai causar na  
2129 atividade produtiva agropecuária irrigada brasileira, o alongamento, o alongamento do  
2130 pagamento dessas cobranças, para que a gente consiga manter essa viabilidade do  
2131 pequeno e médio produtor rural. Obrigado.

2132 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Renato, eu gostaria de falar.

2133 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Acho que o Anivaldo estava na fila,  
2134 Anivaldo?

2135 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pois não?

2136 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Sim. Sobre esse  
2137 assunto, nós também debatemos isso a semana passada com os comitês interestaduais.  
2138 Eu quero em princípio deixar claro que os comitês de bacias também são sensíveis, claro,  
2139 ao momento. Todos nós sabemos que os diversos setores da economia, vão sofrer, estão  
2140 sofrendo impactos da limitação das atividades, principalmente nas áreas consideradas  
2141 não essenciais. E, portanto, somos totalmente favoráveis a um esforço nacional, dirigido  
2142 em primeiro lugar ao socorro aos segmentos fragilizados da sociedade, sobretudo, os

2143 trabalhadores informais, as pessoas que não têm renda, enfim. Segmentos da população  
2144 que estão excluídos, digamos assim, do mercado, do mercado de trabalho, etc. E um  
2145 outro segmento, é o segmento produtivo que de fato precisa nos seus diversos setores,  
2146 principalmente, aqueles mais impactados, ter ajuda do estado brasileiro e do conjunto da  
2147 sociedade para atravessar esse que é um momento difícil. Entretanto, surpreendeu-nos o  
2148 fato de que já no começo de abril, essa demanda tenha sido digamos assim, atendida de  
2149 forma expressa. E poucos dias depois, a Presidente da Agência Nacional de Águas  
2150 adotou uma resolução ad referendum da própria diretoria, já transferindo para agosto a  
2151 cobrança dos boletos em cinco parcelas ou em uma única no final do ano. Foi a primeira  
2152 coisa que nos surpreendeu e aqui eu falo também em nome da agência delegatária, foi o  
2153 seguinte, se já no começo da pandemia, os setores produtivos, no caso aí a  
2154 Confederação da Indústria falando em nome das indústrias, já antevia a impossibilidade  
2155 adimplir o pagamento pelo uso da água bruta, mas não sabemos qual foi o raciocínio  
2156 lógico que imaginaria que adiando isso para agosto, em cinco parcelas ou uma única no  
2157 fim do ano, o problema poderia ser resolvido. Quer dizer, o nosso raciocínio é exatamente  
2158 o contrário, quer dizer, você teria em primeiro lugar a manter a cobrança, teria que ter  
2159 mantido ela mês a mês. Porque nada indicaria que você adiando para agosto, fosse  
2160 melhorar esta questão. Mas até aí tudo bem, o que é que nos restou? Nos restou,  
2161 portanto, visto que nós não fomos consultados, nem comitês de bacias e nem agências  
2162 delegatárias, o que nos restava era engolir e questionar da presidência e da Agência  
2163 Nacional de Águas, dos critérios que embasaram em tão pouco tempo, visto que a  
2164 demanda chegou se eu não me engano, me corrijam, em 02 de abril, em 15 de abril já  
2165 tinha uma decisão, visto que nós não fomos consultados, questionamos quais foram os  
2166 critérios. Em segundo lugar, foi uma medida linear, valeu para todos os usuários das  
2167 águas. A gente sabe que há setores como as empresas públicas de abastecimento de  
2168 água que tiveram que de fato abrir mão da cobrança para setores excluídos da sociedade,  
2169 inclusive na não cobrança dos boletos de energia elétrica ou enfim, várias medidas nesse  
2170 sentido. Quais foram os critérios, porque era de se perguntar se todas as empresas  
2171 sofreram de forma igual com esses impactos. Essa é a primeira pergunta, porque nós  
2172 recebemos diversas reclamações ao longo da bacia de locais onde se dizia que há  
2173 empresas que não pararam, evidentemente, as suas atividades. Ou se sofrer impacto, foi  
2174 de muita pouca monta, e outras não, outras sofreram de forma mais profunda, e assim por  
2175 diante nos diversos segmentos, da agricultura, da indústria, do turismo, etc., etc. e etc.,  
2176 visto que embora turismo não faça uso da água para pagamento. A outra questão era de  
2177 como fazer isso sem ter um debate com as entidades delegatárias. Eu volto a insistir aqui,  
2178 os comitês não são organizações não governamentais, com todo respeito, eu até faço  
2179 parte, mas organizações não governamentais são organizações civis, sem fins lucrativos,  
2180 de uma natureza muito, digamos assim, específica. Comitês de bacias são entes, entes,  
2181 paraestatais. São entes legais do que constitui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.  
2182 Aos comitês de bacias cabe inclusive propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
2183 no caso dos comitês federais, a metodologia é de cobrança, e inclusive propor até os  
2184 níveis dessa cobrança. Que posteriormente é homologada ou não pelo Conselho  
2185 Nacional. Portanto, são partes diretas desse processo, quando eles têm cobrança e são

2186 ativos, nosso comitê de bacia, cabe praticamente a maior parte das prerrogativas da  
2187 gestão da água. E, sobretudo, no caso da cobrança, visto que a cobrança serve para que  
2188 os comitês cumpram, cumpram com os seus planos de aplicação financeira, visto que  
2189 com a cobrança, que é dirigida as agências delegatárias, ou não, ou agências públicas,  
2190 que são braços executivos do comitê, é através dessa cobrança que o comitê, que é um  
2191 colegiado do qual participam quase todos os entes que aqui estão presentes nessa  
2192 reunião, quase todos os segmentos, os comitês federais. Portanto, cabe aos comitês  
2193 manter os seus braços executivos e as suas responsabilidades legais. Visto que os  
2194 comitês têm, com o processo da cobrança, projetos de diversas naturezas em  
2195 andamento, como eu já disse aqui, não vou repetir. São muitas responsabilidades  
2196 contratuais de empresas que estão contratadas, que estão executando, de planejamento  
2197 que foi feito em 2019 para 2020, nós temos elencados, encaminhamos tudo isso em ofício  
2198 recente, não só para Presidente da ANA, com cópia para o Secretário de Segurança do  
2199 Ministério do Desenvolvimento Regional, mostrando todos os compromissos que em  
2200 2020, no caso do Comitê do São Francisco nós temos e dependemos evidentemente do  
2201 poder de funcionamento da nossa agência. Se a nossa agência que é o nosso braço  
2202 executivo, que já está digamos engessada, pelo problema dos 7,5, se ela evidentemente  
2203 ainda tiver novos problemas, nós estaremos de fato criando uma questão séria para  
2204 cumprir com as responsabilidades contratuais. Do qual o comitê é parte como  
2205 interveniente, e o contratante é a Agência Nacional e o contratado são as agências  
2206 delegatárias. E foi verdade, nós não podemos com todo o parâmetro da justiça, cobrir um  
2207 Santo para descobrir outro, como diz o provérbio popular, temos que dar uma solução.  
2208 Nós acreditávamos que desde o começo...

2209 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Renato, eu gostaria de falar, viu?

2210 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

2211 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Desde o começo,  
2212 as agências delegatárias dos comitês fossem consultados, consultados, é evidente que  
2213 nós poderíamos ter ajudado nessa solução. Resultado, três ou quatro meses se  
2214 passaram, e agora nós vamos ter que encontrar uma solução que não é fácil do ponto de  
2215 vista legal, por isso que você não pode tirar dinheiro dos 92,5% que é dinheiro de  
2216 investimento, para resolver problemas da conta de custeio.

2217 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Anivaldo, você me desculpe  
2218 interromper...

2219 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Para encerrar...

2220 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Você já estourou seu tempo.

2221 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Mas o que eu quero  
2222 dizer, que nós estamos dispostos a ajudar a encontrar uma solução. Agora a minha  
2223 proposta eu encaminhei até por escrito como proposta, como representante dos comitês

2224 federais, é de que esses comitês e suas agências delegatárias sejam consultadas em  
2225 uma reunião conjunta com a Agência Nacional e com a Secretaria-Executiva do CNRH,  
2226 para que nós possamos contribuir com uma solução que seja digamos assim, satisfatória  
2227 para todos. Agora dentro dos critérios de, como é que chama, essa linearidade com que a  
2228 coisa foi feita, em segundo lugar, deixa bastante claro qual é o peso real da cobrança da  
2229 água nos custos de produção dos beneficiários dessa medida, se não havia outras  
2230 alternativas mais apropriadas, porque a gente sabe que o problema existe, não somos  
2231 contra essa solução. Queremos apoiar.

2232 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva) –** O tempo.

2233 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** Mas a gente tem  
2234 esse problema. Então essa que é a questão, a situação complexa, eu entendo.

2235 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Se for desse jeito,  
2236 nós não temos reunião.

2237 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** É isso.

2238 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Anivaldo, obrigado  
2239 pela tua disposição, vai ser garantido o momento da discussão com todas as agências  
2240 delegatárias e comitês. Então já desde já, já em nome da Secretaria-Executiva e da  
2241 Presidência do Conselho Nacional, já afirmo isso. Elio, por favor, a sua fala para a gente  
2242 dar encaminhamento já na situação.

2243 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH) –** Eu gostaria de  
2244 falar, Renato, Wanderley Paganini.

2245 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Ok, Wanderley.

2246 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO –** Olha só, senhores conselheiros, eu vou ser muito  
2247 objetivo e vou me manifestar dentro do tempo previsto aí pelo regimento. Essa decisão,  
2248 ela foi tomada desconsiderando uma regra elementar de que o sistema, o comitê, os  
2249 Conselhos Estaduais, o Conselho Nacional, eles são um conjunto de normas, que  
2250 atendem o que está na Política Nacional de Recursos Hídricos. Então o que é que eu  
2251 gostaria de registrar com relação a essa situação? A decisão que terá que ser tomada, ela  
2252 em hipótese alguma, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por nós conselheiros.  
2253 Entendo eu que ela não pode ferir um ente do sistema, em hipótese alguma. Então se há  
2254 alguma questão que coloca em risco o funcionamento das instituições, das empresas,  
2255 enfim, dentro de uma determinada bacia, ela precisa ser tratada em uma outra instância  
2256 governamental, por exemplo, e não aqui, você tomando uma decisão, que você prejudica  
2257 um ente do sistema. Está claro que você deixar de emitir boletos da cobrança, você vai  
2258 prejudicar uma parte do sistema, isso é óbvio, é óbvio. Então o que nós como conselho,  
2259 esse é o registro que eu gostaria de fazer, que nós precisamos de tomar uma decisão que  
2260 não prejudique um ente do sistema, em possibilidade alguma. Se existe um problema lá

2261 que a indústria, a agricultura, etc. e tal, o segmento de usuário está reclamando, então ela  
2262 precisa ser tratada num outro nível governamental, e não num nível que coloca o sistema.  
2263 Aí eu vou fazer um alerta, uma decisão desse porte, ela pode colocar em risco o sistema,  
2264 hoje é uma decisão tomada nesse nível, quiçá numa outra crise, ela pode ser tomada  
2265 num outro nível, e a gente pode chegar numa situação que coloca o sistema em  
2266 condições de não funcionamento. Eram essas as minhas palavras.

2267 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) – Ok.**

2268 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
2269 **CNRH) –** Gostaria de falar também, Renato, por favor, Aparecida Vargas.

2270 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Está inscrito o  
2271 Wanderley, depois quem pediu agora?

2272 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
2273 **CNRH) –** Aparecida Vargas.

2274 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Aparecida, para a  
2275 gente ir encaminhando, viu? O nosso encaminhamento.

2276 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH) –** Renato, eu  
2277 gostaria de agradecer e ia pedir que todos os conselheiros se ativessem ao tempo, que  
2278 não passasse, para que todos pudessem falar e se manifestar. Eu vou tentar ser bem  
2279 breve, né? Eu no setor de usuários de abastecimento e de coleta, queria dar a notícia que  
2280 a nossa arrecadação caiu sobremaneira, então a indústria não consumindo, nós  
2281 perdemos a arrecadação. A tarifa social que nós deixamos de cobrar, nós perdemos  
2282 arrecadação. A proibição do corte pelo não pagamento, também nós perdemos  
2283 arrecadação. Então não são só as companhias, não, serviços autônomos, etc., então todo  
2284 mundo está com o cinto apertado. Eu queria dizer que do couro sai a correia, se não entra  
2285 dinheiro, não tem como pagar, é simples assim. Então se de uma certa forma, não paga,  
2286 só paga a partir de agosto, o que nos leva a crer que entrou tanto dinheiro que eu posso  
2287 pagar tudo, o que não foi pago, de agosto em diante ou uma parcela no final do ano. Não  
2288 consigo entender isso daí. Reconheço a dificuldade que o Elio está falando, a  
2289 engrenagem, Elio, eu reconheço o que você falou, é verídico isso. Mas nós precisamos  
2290 tomar um certo cuidado de imaginar que algo vai acontecer que nós vamos ter dinheiro  
2291 para pagar todas as parcelas, e quatro, cinco meses no ano ou uma no final do ano.  
2292 Então assim, nossa arrecadação caiu sobremaneira também, e nós também temos  
2293 bastante despesa. Então queria dizer como a agricultura e como a indústria, nós também  
2294 estamos com o cinto mais do que apertado, muito mais do que apertado. Só queria me  
2295 colocar desse jeito, agradecer os colegas pelo tempo que foi dispensado.

2296 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Obrigado, Wanderley.  
2297 Aparecida, por favor. E depois o Humberto para nós encaminharmos.

2298 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
2299 **CNRH)** – Primeiro é muito bom falar depois do Wanderley, porque o Wanderley ele está  
2300 sempre apresentando as coisas de uma forma muito aberta e muito já quase que  
2301 resolutivas. Entendo a questão da engrenagem do sistema de gestão, mas a gente não  
2302 pode deixar de esquecer que o usuário também é parte desse sistema de gestão, ele  
2303 também faz parte dessa engrenagem. E que se essa engrenagem não funcionar, o  
2304 restante não vai funcionar, né?

2305 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

2306 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
2307 **CNRH)** – Então eu queria talvez partir com uma proposta intermediária, não sei como  
2308 seria possível ser intermediária. A gente sabe que, pelo menos eu não tenho hoje o fluxo  
2309 de caixa nos comitês de rios de domínio da união, mas a gente sabe que de certa forma,  
2310 existe uma certa margem de segurança no que existe hoje depositado no fluxo de caixa  
2311 desses comitês. Então não acredito que haveria uma dificuldade muito grande dos  
2312 comitês honrarem com os seus contratos hoje já vigentes. Me corrijam se eu estiver  
2313 errada, tá Anivaldo, eu posso estar errada, mas é a percepção que eu tenho nos  
2314 orçamentos que a gente vê. Mas me preocupa também a questão da delegatária, essa  
2315 sim eu acho que é o grande problema, porque o custeio dela é apertado, é ali na ponta do  
2316 lápis, mês a mês para chegar no final, ele está muito certinho. O orçamento cai para todo  
2317 mundo, como a Mônica mesma da Copel, da ABRAGE estava me lembrando aqui agora,  
2318 a própria (ininteligível), gera menos (ininteligível), então a gente tem que lembrar que nós  
2319 vamos ter menos recurso até para isso, que você vai gerar, você não vai estar vendendo  
2320 tanta energia, você vai gerar menos, e aí com isso você vai estar diminuindo se for  
2321 também mais para frente. São questões que a gente tem que pensar. Aí tentando fechar  
2322 esse raciocínio, eu queria saber se não tem condição de sair uma resolução, talvez uma  
2323 recomendação do Conselho Nacional, porque quem tem a competência de definir isso é a  
2324 Agência Nacional de Águas, que afinal de contas é ela que assina o contrato de gestão,  
2325 mas o Conselho Nacional tem como orientador, como a gente fez no estado do Rio, um  
2326 Conselho Estadual para o INEA, de garantir minimamente que parte do recurso de  
2327 investimento garanta o custeio durante esse tempo, e a gente consiga de alguma forma  
2328 discutir com calma, que não vai ser agora dizendo que cada um tem dois minutos para  
2329 discutir nos dois minutos do segundo tempo, que nós vamos conseguir um problema sério  
2330 como esse. Eu acho muito complicado a gente conseguir chegar a alguma questão. Então  
2331 minimamente para garantir as delegatárias, talvez ter alguma garantia para que elas  
2332 possam usar o recurso de investimento para garantir o seu custeio até o final do ano, e  
2333 enquanto isso a gente tem uma moratória, sei lá que nome que dá até o final do ano, e a  
2334 gente consiga discutir isso na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, com a  
2335 participação dos comitês, com a participação dos Conselhos Estaduais, para ver se dos  
2336 usuários que são os impactados diretamente, para ver se a gente chega num lugar  
2337 comum. Essa é a minha proposta.

2338 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok Aparecida, é  
2339 exatamente nessa linha que a gente vai estar trabalhando a condução. Nenhum momento  
2340 foi para que aqui nesse momento, o assunto tão complexo venha se tomar decisão aqui, é  
2341 bom.

2342 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
2343 **CNRH)** – Mas a gente tem uma resolução vigente hoje da ANA, oh Renato. Essa é a  
2344 questão.

2345 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim, por isso que a  
2346 emissão dos boletos ficou para agosto, então por isso também trazer esse assunto aqui, é  
2347 a ideia que a gente tem o mês de julho, podemos inclusive formar um grupo misto, porque  
2348 se envolve vários interesses das várias Câmaras e dos vários usuários e dos comitês,  
2349 para dar encaminhamento e promover esse processo de discussão durante esse período.  
2350 Então é só se discutir como vai internalizar isso dentro das instâncias do conselho para  
2351 darmos encaminhamento durante o mês de julho, dar melhor solução, inclusive do  
2352 normativo, porque tem que se avaliar o que é que é cabível por resolução do próprio  
2353 conselho ou o que é que vai ter que ser até decreto, ou eventualmente alguma medida  
2354 provisória. Então essas são as nossas preocupações. Desculpa naquele momento a  
2355 minha internet caiu, eu não pude naquele momento dar essa explicação, mas são essas  
2356 preocupações nossas, e é a ideia de uma construção do ganha-ganha, não é para que  
2357 tenham perdas. Então, por favor, o Paulo Varella, depois o Humberto e o Wilson para a  
2358 gente encaminhar.

2359 **SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Bem rápido e mais  
2360 rápido ainda, porque a Aparecida já conseguiu trazer aqui 80% do que eu estava  
2361 querendo trazer. Mas fazer reflexão muito rápida, eu acho que nós não vamos resolver,  
2362 bom, antes de mais nada, Renato, entendendo que isso aqui é um informe, portanto, nós  
2363 não estamos decidindo nada hoje, isso é de partida, a gente está com esse entendimento.  
2364 Mas a reflexão é de que muitas vezes nós não vamos enfrentar problemas em mares que  
2365 antes nunca foram navegados, ou seja, problemas novos com soluções antigas, nós  
2366 temos que sair da caixa aqui e procurar uma saída, por que se não fizermos nada, vai se  
2367 ferir entes do sistema de qualquer forma. Se a coisa vai para um ponto, onde a  
2368 inadimplência é tal que não vai entrar dinheiro, as delegatárias vão sofrer igual. Então  
2369 acho que a preocupação da ANA tem todo sentido, e aí nós temos que avançar em  
2370 alguns pontos, e aí todos nós pensando junto. Talvez entrar aí dentro do 9,5%, talvez seja  
2371 possível, se todo mundo tiver junto e tiver de acordo, se procurar os caminhos legais para  
2372 nesse momento manter delegaria funcionando, evidentemente cumprir os compromissos  
2373 que já tem. Mas ao mesmo tempo manter esse recurso para ser recebido na frente  
2374 quando puder pagar. Ninguém imaginava que nós passaríamos por um momento desse,  
2375 nunca passamos, é coisa totalmente diferente. Se nós fomos pensar dentro da caixa e  
2376 das engrenagens normais, nós não vamos sair desse atoleiro. Mas era só essa reflexão  
2377 que eu queria fazer, convocar todo mundo para a gente pensar, sair da caixa, pensar  
2378 junto e ver um caminho que possa por um lado garantir a vida das delegatárias, e aí eu

2379 até provocaria um pouco o Humberto, né, para ver se ele tem aí alguma, algum norte de  
2380 como é que ele está pensando fazer isso, e ao mesmo tempo também não ia querer  
2381 receber, porque não aí pagar de nenhuma forma. Obrigado.

2382 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Paulo.  
2383 Humberto, depois Wilson para nós encaminharmos.

2384 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Eu só queria deixar claro  
2385 para vocês, quer dizer, a gente está trazendo essa discussão aqui nesse informe, na  
2386 medida que nós temos o nosso limite de responsabilidade. O nosso, nós chegamos ao  
2387 nosso limite da responsabilidade que foi no máximo prorrogar a emissão dos boletos para  
2388 de agosto até dezembro. Por que nós não sabíamos naquela época a magnitude do  
2389 impacto que essa crise traria para nossa economia. Agora é fácil a gente dizer: ah, podia  
2390 ter feito. Mas em abril a gente não tinha ideia de onde nós estaremos agora em julho, nós  
2391 não sabíamos. E está demonstrando que isso vai mais longo, mais longo. Então o que é  
2392 que a gente pode fazer, empurrar isso para frente, no mesmo ano fiscal. Então de  
2393 maneira nenhuma nós estamos prejudicando nenhum ente do sistema, porque as  
2394 delegatárias tem recursos guardados para investimento, seu planejamento continua, nós  
2395 conversamos sim com as delegatárias, conversei com a Peixe Vivo, conversei com a PCJ,  
2396 conversamos com a AGEVAP, todo mundo entende que é, que tem que dar uma solução.  
2397 O que nos chama a atenção é o fato de a gente poder ter uma crise do jeito que está,  
2398 uma inadimplência muito grande, e aí meu amigo, aí a coisa, aí sim vai ser muito  
2399 prejudicado as entidades delegatárias, muito prejudicado. Nós não sabemos o caminho,  
2400 nós trouxemos essa discussão para cá para a gente ver como que a gente pode dar  
2401 suporte ao nosso sistema. Que nós vamos emitir os boletos em agosto, vamos,  
2402 inexoravelmente, porque senão significa renúncia fiscal, e nós não podemos entrar, a  
2403 ANA não vai fazer esse tipo de coisa, nós vamos emitir o boleto, só que nós sabemos que  
2404 pode haver uma inadimplência muito grande, que nós deveríamos refletir, nos debruçar  
2405 sobre esse problema concreto, e vermos quais os caminhos possíveis. Existem outros  
2406 caminhos, eu acho, por exemplo, como já foi colocado aqui, o suporte dos valores  
2407 estocados, e nós não estamos falando de muito dinheiro, se você for somar os valores  
2408 dos 7,5% de sustentabilidade para as entidades delegatárias envolvidas, não dá R\$ 7  
2409 milhões, não dá 7 milhões. Então não é muito dinheiro, não vai, mas você garante o  
2410 funcionamento dela, garante a estrutura. O que nós vamos ver vai ser uma demissão em  
2411 massa das entidades delegatárias, as obras vão ser, os contratos não vão ser honrados,  
2412 enfim, eu não quero me alongar mais, mas eu queria deixar claro só para vocês no  
2413 sentido de que a nossa ideia de trazer esse tema para o informe, não é para sair daqui  
2414 hoje com uma solução, longe disso, mas pelo menos a gente colocar em pauta essa  
2415 discussão. Ok? Era isso que eu queria falar.

2416 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Humberto.  
2417 Então Wilson, por favor.



2418 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Bem, eu vou  
2419 voltar a bater numa velha tecla que eu sempre trago à pauta nas reuniões. Nós temos  
2420 mania de querer arrumar uma solução geral para resolver tudo. Eu acho que aí nós  
2421 estamos errando, porque cada comitê tem uma realidade, eu acho que nós deveríamos  
2422 estudar caso a caso, cada comitê, porque a solução para o São Francisco, pode não ser a  
2423 mesma para o PCJ, né. Quer dizer, cada comitê que vai dizer como que vai funcionar  
2424 para ele essa falta de arrecadação ou essa inadimplência que o Humberto falou. E ele  
2425 aqui vai dizer ó: nós vamos precisar disso, disso daqui. Acho que a ideia da Aparecida é  
2426 interessante, pode ser analisada, mas eu insisto que a solução deve ser individual para  
2427 cada comitê, porque buscar uma regra geral, nós vamos cometer provavelmente, vamos  
2428 atender alguns e não vamos atender outros. É só isso, obrigado.

2429 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok? Ok, Wilson?  
2430 Bem...

2431 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Ok, obrigado.

2432 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está me escutando?

2433 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Sim, Renato.

2434 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está escutando?

2435 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Sim.

2436 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Perfeito, limpo e claro.

2437 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Roseli, eu acho que o Renato que não está  
2438 escutando.

2439 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, vamos ver se  
2440 deu. Voltou?

2441 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Oi Renato, estamos ouvindo.

2442 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Você nunca saiu, Renato.

2443 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Estamos aguardando o encaminhamento,  
2444 Renato.

2445 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Travou, né?

2446 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Roseli, Roseli, nos escuta? O Renato está com  
2447 problema.

2448 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Oi? Deu?

2449 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Oi, Renato, estamos ouvindo.

2450 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bom, então assim  
2451 como encaminhamento, a proposta então que esse assunto seja internalizado no  
2452 conselho, na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança e na CTAL, porque se vai envolver  
2453 assuntos jurídicos, então o encaminhamento é que se todos estão de acordo, de se  
2454 encaminhar a formação de um grupo de trabalho que tem a limitação de 10 membros,  
2455 mas que todos os usuários, comitês estejam presentes, para que auxiliem e tenham um  
2456 caráter de subsídio aos encaminhamentos, que vão ser necessários ser encaminhados,  
2457 tanto pela agência, como pela Secretaria-Executiva do Conselho, como a jurídica da ANA  
2458 e também do Ministério. No diálogo também preparatório a essa reunião, nós  
2459 conversamos com o Ministério da Economia, tem muitas medidas que estão sendo  
2460 tomadas pelo governo em função da Covid. Então esse debate com certeza a gente vai  
2461 pedir também o apoio do Fabiano, do pessoal da Economia para nos auxiliar numa  
2462 discussão que dê segurança a todos. Então é essa a proposta de encaminhamento, que  
2463 se todos tiverem de acordo, a gente encerraria esse tema aqui agora. Ok? Podemos  
2464 encaminhar dessa forma?

2465 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Renato, eu já tenho que formar o grupo  
2466 agora? Como é que vai ser o encaminhamento da formação do grupo? Quem já vai  
2467 participar, ou vamos mandar...

2468 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Eu entendi que era no âmbito da CTAL esse  
2469 grupo, não é isso não?

2470 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Mas tem setores da  
2471 cobrança, então a proposta faça o grupo misto mais representativo possível de todos os  
2472 setores, é esse compromisso que a Secretaria-Executiva, coordenação dos trabalhos se  
2473 faça presente aqui. Ora, bom, aí a questão eu queria também colocar, nós temos ainda  
2474 informe importante do PL 505. Então eu gostaria de passar a palavra para a Cristiane  
2475 Battiston, da Câmara Técnica de Segurança de Barragens para esse informe referente ao  
2476 PL 505, para nos apropriar melhor o conselho do tema e revermos os encaminhamentos  
2477 também desse assunto. Para a gente ir para os finalmentes da nossa reunião. Por favor,  
2478 Cristiane.

2479 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Obrigada, Renato. Bom, o Projeto de Lei do  
2480 Senado nº 550 de 2019, ele altera profundamente a Lei nº 12.334 que instituiu a Política  
2481 Nacional de Segurança de Barragens. Ele foi motivado pelo rompimento da barragem de  
2482 rejeito do Córrego Feijão em Brumadinho, foi apresentado pela Senadora Leila no dia 07  
2483 de fevereiro de 2019, e aprovado pelo Senado pouco tempo depois, logo em 18 de março  
2484 de 2019. Em paralelo na Câmara dos Deputados foi instituída a Comissão Parlamentar de  
2485 Inquérito, chamada CPI Rompimento da Barragem de Brumadinho, que realizou diversas  
2486 audiências públicas e formatou um conjunto de projeto de lei, de onde a gente destaca o  
2487 Projeto de Lei 2.791 que também altera profundamente a Lei 12.334 de segurança de

barragem. E esse projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2019. Para resolver a questão aí da existência desses projetos de lei, o Congresso fechou um acordo pela continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 550 do Senado, na forma de um substitutivo que alinhasse as propostas das duas casas. Bom, e aí a participação do CNRH nessas discussões, ela ficou prejudicada, porque elas ocorreram ao longo de 2019, e o conselho estava impossibilitado de realizar suas atividades em função da necessidade de republicação do decreto com a nova estrutura. E aí assim, é importante lembrar que a gente tem a previsão legal, de que compete ao CNRH zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e emitir recomendações para melhoria da segurança das obras. Então logo na primeira reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragem, lá nos dias 13 e 14 de fevereiro, houve a discussão sobre esses projetos de lei, e os membros encaminharam pela criação de um grupo de trabalho para analisar o texto do substitutivo do PL 550, e avaliar a necessidade de propor ao CNRH o envio de considerações sobre ele. De forma aí a dar os subsídios para tomada de decisão, sobre as alterações da Política Nacional de Segurança de Barragem. E esse encaminhamento, né, ele está alinhado com as competências da Câmara Técnica, e também com aquela previsão do Decreto 3.000 sobre a criação de grupos de trabalho. Bom, aí o texto do Projeto de Lei 550, do substitutivo, ele foi divulgado no dia 18 de maio, e a Câmara dos Deputados aprovou logo no dia 19 de maio, no dia seguinte. E para ele concluir a tramitação, ainda restam uma votação no Senado, e a sanção pela Presidência da República. E nessas duas apreciações restantes, não é mais possível alterar a redação ou inserir itens no projeto de lei. O que limita muito aí qualquer proposta que parta do conselho. Bom, então o IGT iniciou as atividades, assim que o texto do substitutivo foi divulgado pela Câmara, e a primeira reunião do GT aconteceu no dia 25 de maio, sendo que logo no dia 12 de junho, o trabalho foi muito rápido, eles para cumprir o prazo regimental e poder ser apreciado na reunião da Câmara Técnica, no dia 12 de junho, o grupo de trabalho entregou proposta de parecer e uma proposta de moção. Então o grupo verificou que o Projeto de Lei 550 incorporou várias recomendações, que o CNRH já tinha enviado ao Congresso Nacional, naquelas oportunidades como daquele parecer que a gente acabou de ver, de análise dos relatórios de segurança de barragem. Então como todo ano a gente manda os pareceres ao Congresso, a gente verificou, fez uma análise de compatibilidade, eles incorporaram várias sugestões nossas. Mas também o grupo verificou que existem pontos que merecem ressalva, porque o grupo entendeu que não contribui para a melhoria da segurança das obras. Então uma proposta de moção foi apresentada pelo GT, e apreciada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragem na reunião de segunda-feira passada, dia 22. A proposta de moção, ela faz ressalva a pontos críticos, como alguns que alteram padrões técnicos, como a forma de medição da altura de barragem, ou a própria definição de barragem, que usam categoria de risco como critério de enquadramento na política de segurança de barragens, que transferem ao empreendedor competência dos órgãos de proteção e Defesa Civil na relação com a população. Que tratam de uma forma geral sobre a exigência de seguros e outras garantias para reparação dos danos, e que gera algum tipo de responsabilização aos órgãos

2531 fiscalizadores. Todos os itens dessa proposta de moção, eles foram amplamente  
2532 discutidos entre os membros da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, e  
2533 submetidos um a um à votação. O documento aprovado foi consolidado e foi  
2534 encaminhado à Secretaria-Executiva do CNRH na sexta-feira passada, dia 26. Como a  
2535 gente não tem previsão de quão rápida vai ser a sequência na tramitação do Projeto de  
2536 Lei 550, tanto os membros do GT, quanto da Câmara Técnica, se empenharam muito em  
2537 produzir um documento de qualidade e da forma mais ágil possível, para apresentar os  
2538 subsídios para manifestação tempestiva do CNRH ao Senado e a Presidência da  
2539 República, onde o projeto de lei ainda vai ser apreciado. Então é isso, Renato, o nosso  
2540 informe sobre o PL é esse, e precisamos discutir que tipo de encaminhamento pode ser  
2541 dado.

2542 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok, obrigado,  
2543 Cristiane. É um trabalho importantíssimo, também quero parabenizar toda Câmara  
2544 Técnica pelo trabalho realizado pelo grupo de trabalho. Então assim, o passo natural  
2545 agora da resolução, do pedido de moção, é o encaminhamento para a CTAL. Mas  
2546 recebemos também uma manifestação da Mônica, representante do setor elétrico  
2547 também, aventando a possibilidade de uma reunião até extraordinária do conselho, para  
2548 análise desse material. Que gostaria de informar a todos, que esse assunto nós levamos  
2549 na reunião preparatória que fizemos com o Ministro Marinho há 15 dias atrás, e ele  
2550 manifestou o seu interesse em auxiliar da melhor forma possível o encaminhamento  
2551 desse assunto. Vocês todos sabem que ele é uma pessoa muito bem relacionada no  
2552 Congresso, ele sabe da responsabilidade que tem nesse assunto, e a intenção de auxiliar  
2553 da melhor forma possível. Então eu quero dizer nesse sentido assim, já da manifestação  
2554 dele de se apropriar melhor do tema, né, para se avaliar dentro do próprio Ministério o  
2555 melhor encaminhamento, tanto em relação ao Senado, como em relação ao eventual, a  
2556 eventuais vetos por parte do Presidente. O trabalho, tem vários aspectos da moção que  
2557 são na verdade, assim, posições de caráter totalmente técnico, de altura de barragem, ou  
2558 algum aspecto assim que realmente da maneira que constam do projeto de lei, vão trazer  
2559 prejuízo mesmo a toda essa construção. Então acho que é uma questão mesmo de um  
2560 tempo mínimo necessário para uma apropriação da parte dele, e tê-lo como parceiro na  
2561 solução desse problema, vai ser muito importante. Então só fazendo essa ressalva  
2562 anterior, dizendo desse encaminhamento objetivo para a CTAL, para a análise que vai ser  
2563 meramente nos aspectos legais, não vai se discutir mérito na CTAL, e a partir daí se vê o  
2564 encaminhamento adequado em face do prazo que nós temos, sob pena de ficar uma  
2565 discussão, mas não está mais no Congresso, mas apenas na discussão de veto por parte  
2566 do Presidente. Mas estão abertos aqui os esclarecimentos ou manifestações. Eu não sei  
2567 se do Wilson continua? Não está mais?

2568 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Wilson e a Mônica.

2569 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – É nesse assunto,  
2570 Wilson, que você estava inscrito ou não?

2571 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Não, não, eu  
2572 esqueci de baixar a mão aqui.

2573 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Então, por favor,  
2574 a Mônica e o Jefferson estão inscritos.

2575 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos. Acho  
2576 que só reforçar e elogiar o trabalho que foi feito aí no âmbito do grupo de trabalho e da  
2577 própria tramitação na Câmara Técnica, eles foram extremamente ágeis, o processo é  
2578 muito completo e complexo. Está abrangendo realmente vários aspectos de risco de  
2579 retrocesso, problemas para alguns pontuais aí de redação, que poderiam ter alguma  
2580 melhora caso a gente consiga ainda atuar. Nós encaminhamos pelo setor elétrico aí a  
2581 questão de um pedido de urgência na tramitação desse assunto no âmbito do Conselho.  
2582 Ainda antes dessa reunião, né, no sentido de que a gente não conseguiria realmente  
2583 tramitar ele como regime de urgência na data de hoje, mas que é necessário sob pena de  
2584 a gente perder o *time* desse processo. E que sob nosso ponto de vista aí de  
2585 representante das concessionárias e autorizadas de geração, é muito importante que se  
2586 discuta isso no âmbito do conselho. Então o nosso pedido é de que isso fosse tratado o  
2587 mais rapidamente numa reunião extraordinária aí do conselho. Se possível, né, ainda nos  
2588 próximos dias aí. Então não vou enfatizar os pontos que eu acho que a Cristiane já foi  
2589 bem objetiva, eu até tinha feito um resumo dos pontos que ela externalizou aí, e são  
2590 exatamente esses que nos preocupam de trazer mais responsabilidades para os  
2591 empreendedores, para os próprios órgãos fiscalizadores e que isso pode ter, pode causar  
2592 algum tipo de retrocesso aí na política. Então queria deixar registrado em Ata essa nossa  
2593 manifestação, no sentido de que a gente seja tão ágil quanto à Câmara Técnica e o  
2594 próprio grupo de trabalho que fez uma análise excepcional aí desse processo. Seria isso.  
2595 Obrigada.

2596 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado. Jefferson.

2597 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bem, boa  
2598 tarde. Boa noite já a todos, eu serei breve, acho que brevíssimo. Primeiro eu acho que  
2599 tem uma questão de tramitação, então independente de qualquer coisa, temos que passar  
2600 pela CTAL, é isso? Então eu não sei quando será a próxima reunião da CTAL, se eu tiver  
2601 errado, você me esclareça, por favor. Está me ouvindo bem, né, Renato?

2602 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

2603 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Então  
2604 assim, talvez convocar uma extraordinária da CTAL, não só desse conselho, porque não  
2605 adianta nada a gente também atabalhoadamente fazer alguma coisa que possa ser lá na  
2606 frente visto como uma improbidade administrativa e jurídica, esse é um ponto  
2607 fundamental. Segundo, também parabeno aí pelo trabalho, né, e a gente tem que  
2608 melhorá-la daí, não adianta reformar uma lei para que ela fique pior do que ela estava. Se

2609 o setor elétrico tem, corrobora com essa ideia, e também tem uma série de influências aí,  
2610 se a Agência Nacional de Águas que eu vi lá a Fernandha, acho que é esse o nome dela,  
2611 trabalhando nesse sentido, então acho que aqui o movimento tem que ser rápido,  
2612 realmente, para que volte isso para a CTAL, não sei quando é que é a próxima reunião, a  
2613 Roseli ou você, podem nos elucidar essa questão. Se não houve uma reunião tão rápida  
2614 que se convoque uma extraordinária, para que talvez se convoque aqui, porque para ser  
2615 passado de novo como outras situações, é muito importante que a gente seja célere. Está  
2616 bom, muito obrigado mais uma vez.

2617 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pois não, Jefferson,  
2618 ok. O Davi Bomtempo.

2619 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Oi Renato, é só um pedido de  
2620 esclarecimento sobre a cobrança e a criação desse GT. É só para deixar bem claro, o GT  
2621 ele seria composto pelos membros da Plenária ou das Câmaras Técnicas?

2622 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Pelos conselheiros ou  
2623 o representante indicado pelos conselheiros.

2624 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Está ok, está claro. Muito obrigado.

2625 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Voltando ao ponto  
2626 então do encaminhamento, está visto então a necessidade, eu entendo que o Jefferson  
2627 falou, a previsão da reunião da CTAL seria daqui 15 dias. Por isso, Mônica, vai ser muito  
2628 importante vocês com esse mapeamento que vocês estão no Congresso, nos passar  
2629 assim o prazo mínimo necessário aí para que esse, essa manifestação ainda ocorra no  
2630 Congresso. E é isso que na fala da Cristiane não ficou muito claro, porque no Senado  
2631 pelo que eu entendi, não pode mais haver mudança da redação. Então na verdade, só o  
2632 que resta essas alturas, é o eventual veto do Presidente, é isso? Podia esclarecer,  
2633 Mônica? Escutou?

2634 **SR<sup>a</sup>. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Estou escutando, Renato.  
2635 A gente pode fazer esse monitoramento sim junto ao Senado, para sinalizar aí para  
2636 vocês, a gente tem essa atuação no âmbito da ABRAGE, e podemos rapidamente  
2637 monitorar e verificar quando que seria, mas realmente, essa questão no âmbito do  
2638 Senado assim, não são muitas as alternativas que a gente tem, me corrija se eu tiver  
2639 equivocada, mas, Cristiane, mas segundo o que o pessoal aqui está até me informando,  
2640 que é possível a gente fazer alguns destaques ainda no âmbito do Senado. Então a gente  
2641 teria que realmente ser muito rápido, muito ágil para poder atuar no Senado e conseguir  
2642 assim mais do que a questão de vetos.

2643 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Certo. Mais uma  
2644 pergunta, de toda maneira, porque na verdade, a moção do conselho, ela vai em reforço  
2645 já a algumas iniciativas que os setores especificamente eles estão tomando junto ao  
2646 Senado. Ou seja, o próprio setor elétrico também já está com propostas e também já está

2647 encaminhando isso. Quando foi trazido, eu entendi que a moção do conselho ela vem em  
2648 reforço já a algumas iniciativas que os setores estão tomando, é isso?

2649 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – É, no caso específico no  
2650 setor elétrico, sim. Que é onde eu posso me manifestar, a gente fez notas técnicas e  
2651 encaminhamos aí para poder manifestar aí quais são os nossos posicionamentos com  
2652 relação ao projeto de lei.

2653 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Junto ao Senado?

2654 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

2655 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Não, perfeito,  
2656 então está bem, acho que todos estão esclarecidos. Então como sugestão de  
2657 encaminhamento, nós vamos encaminhar a matéria à CTAL. Na próxima oportunidade  
2658 com o Ministro, vamos levar lá o assunto, e vai ser muito importante, agora que temos o  
2659 relatório, que foi encaminhado na sexta-feira, onde está bem descritivo e também a  
2660 proposta da moção, eu acho que agora o assunto fica mais claro para todos, do ponto de  
2661 vista inclusive técnico o encaminhamento. Então nós encaminharemos para a CTAL e  
2662 vamos avaliar com vocês essa questão dos prazos no Senado, porque essa possibilidade  
2663 de fazer uma reunião também extraordinária da CTAL, já fica um compromisso nosso  
2664 dessa análise, para que se possa chamar a reunião eventualmente uma reunião  
2665 extraordinária do conselho para tratar do assunto. A próxima reunião do conselho,  
2666 extraordinária, já sei até qual é o assunto da próxima reunião, seria no final de julho, início  
2667 de agosto. Mas exatamente isso, Mônica, que isso está, talvez não seja, precise isso  
2668 acontecer antes, esse manifesto que você fez naquele pedido para o Secretário Marcelo,  
2669 né? Então fica esse nosso compromisso de encaminhamento com agilidade, de  
2670 encaminhamento à CTAL e o diálogo para se verificar o melhor, encaminhamento de  
2671 melhor sucesso em relação as demandas em relação a essa moção. Então de forma que  
2672 a CTAL inclua na sua pauta da próxima reunião, mas com essa avaliação preliminar,  
2673 inclusive da necessidade de uma reunião extraordinária para essa semana ou dos  
2674 próximos dias, para que isso tenha como o Jefferson falou, aprovado na CTAL, fique em  
2675 condições de chamar uma extraordinária do conselho. Sabendo que a extraordinária do  
2676 conselho demanda 15 dias. Então em vez de fazermos uma reunião lá no final de julho,  
2677 se realizaria uma reunião aproximadamente aí no dia, próximo do dia 20 de julho por aí.  
2678 Então por isso esse calendário do Senado, ele é muito importante para ver dessa  
2679 necessidade, ou se mesmo lá em julho ainda por toda essa questão de votações no  
2680 plenário, se isso realmente vai entrar em pauta, ou se a reunião lá em julho aprovando a  
2681 moção, ainda vai ser suficiente. Eu acho que passa por essa avaliação. Jefferson quer  
2682 contribuir para o encaminhamento?

2683 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** –  
2684 Exatamente isso, Renato. Mais uma vez, muito obrigado pela liberação da fala. É porque  
2685 a minha preocupação é que amanhã temos uma extraordinária, né, então a partir de

2686 amanhã, tem 15 dias para a próxima extraordinária do conselho, né. E você me fala aí  
2687 que somente lá para o dia 22 é que está marcada a reunião da CTAL. Então tem que ver  
2688 exatamente como é que vai ser essa questão do calendário, para ajustar isso. E já  
2689 entrando em contato, acho que você é o Presidente da CTAL, salvo engano meu, né?

2690 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) – Sim.**

2691 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH) –** Então tem  
2692 toda uma importância nessa questão, porque temos, como eu frisei no início, que  
2693 melhorar a lei, essa é uma coisa fundamental aqui, é uma preocupação de todos os  
2694 nossos conselheiros aqui, e também artífices dessa nova lei. Muito obrigado.

2695 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Pois não, então fica  
2696 esse compromisso em relação à moção. Então ela vai entrar na pauta da próxima reunião  
2697 da CTAL, e numa avaliação conjunta dos prazos, se antecipa a reunião da CTAL com  
2698 essa pauta específica, ou até com alguma a mais que já seja, já se possa aproveitar. A  
2699 reunião da CTAL estava programada lá pelo dia 15, 14 e 15 de julho.

2700 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva) –** Dia 14, já foi feita a convocação, tá,  
2701 Renato?

2702 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** 14, ela já foi feita a  
2703 convocação?

2704 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva) –** Isso.

2705 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Ok? Mônica ainda  
2706 quer contribuir?

2707 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH) –** Eu também vou, a gente  
2708 vai assumir o compromisso de monitorar a tramitação no Senado e qualquer informação  
2709 adicional, a gente informa, a Secretaria-Executiva entra em contato com vocês. Quanto à  
2710 questão da extraordinária, da CTAL extraordinária, talvez até pelo item anterior da pauta,  
2711 merecesse realmente incluir esses dois itens numa extraordinária da CTAL parte  
2712 eventualmente conjunta com o CTCOB, dada à urgência do assunto cobrança, fica aqui  
2713 como uma sugestão para tratar. E uma dúvida que eu tenho é qual que seria o prazo  
2714 mínimo para convocação da CTAL, porque aí isso teríamos somado 15 dias para a  
2715 extraordinária mais o período de convocação da CTAL.

2716 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH) –** Pois é, acho que nós  
2717 não temos a figura da extraordinária de Câmara Técnica, teria que ser de 20 dias a  
2718 convocação. Então vamos encontrar uma solução, está mais fácil chamar a extraordinária  
2719 no plenário. Não é, Roseli? Roseli que é nossa especialista no regimento interno, eu  
2720 ainda estou aprendendo. Não tem situação de extraordinária de Câmara Técnica no



2721 regimento, né. Aliás, é uma boa proposta para discussão de amanhã do regimento, essa  
2722 situação que não tinha, né Roseli?

2723 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Não tem Renato, e também acho que  
2724 nem precisa chamar de extraordinária, acho que é uma reunião. Que extraordinária é  
2725 mais o conselho. Mas a reunião já está prevista para o dia 14, e aí tem esses trâmites aí  
2726 em relação à reunião do conselho. Que aí teria que chamar 15 dias já uma extraordinária.  
2727 E é isso que tem que ser avaliado do conselho, que aí já poderia, a Mônica fazendo esse  
2728 monitoramento lá em relação à tramitação no PL, e aí talvez até poderia prever, já chamar  
2729 a extraordinária. Mas aí a gente tem que ficar avaliando, eu acho que a gente vai ter que  
2730 ficar se conversando aí para monitorar isso.

2731 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está bem, então fica  
2732 nosso compromisso aí de encaminhamento da forma mais adequada desse assunto, ok?

2733 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Me desculpa, só uma pergunta. Qual é a  
2734 previsão de vocês terem essa noção dentro do Congresso de como é que está o trâmite?  
2735 Você tem ideia se até o final dessa semana ou tem alguma previsão, por favor? Obrigado.

2736 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Para a Mônica a  
2737 pergunta.

2738 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Não, precisaria verificar,  
2739 mesmo, a gente tem muitas dúvidas com relação a esse status que nós estamos  
2740 vivenciando aí da pandemia, então precisaria realmente verificar. Outra pergunta que eu  
2741 faria daí agora para o Renato, é se a gente já não poderia deixar esse assunto pautado  
2742 na CTAL como um assunto de urgência, se assim encaminhar através da Plenária, para  
2743 isso ser tratado já nessa do dia 14?

2744 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Não, perfeito,  
2745 perfeito.

2746 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Já está, sim.

2747 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Agora eu posso  
2748 também assumir o compromisso aqui de um diálogo, eu acho que também Humberto, a  
2749 gente poderia ver até na assessoria parlamentar por meio da ANA que já tem também  
2750 bom contato lá no Congresso e da nossa parte também do Ministério, podemos já  
2751 desencadear por meio da assessoria parlamentar, a verificação do andamento desse  
2752 processo para que a gente possa em conjunto ver esses tempos a partir da experiência  
2753 que o pessoal tem lá no Congresso, ok? Está bem?

2754 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Perfeito, Renato, perfeito.

2755 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Estamos  
 2756 combinados?

2757 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** –  
 2758 Renato, só questão de ordem, desculpa. Só com relação ao dia 14, como já saiu a  
 2759 convocação da CTAL, acho que vai ter que pedir uma inclusão de pauta, só essa questão  
 2760 de ordem.

2761 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Vamos entender que  
 2762 esta...

2763 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Mas a pauta não saiu ainda.

2764 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Ah,  
 2765 então perfeito, então sem prejuízo. É que eu recebi a convocação e não lembrava se tinha  
 2766 pauta, então não tem prejuízo algum. Obrigado, Roseli.

2767 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – De nada.

2768 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Ok. É porque a  
 2769 convocação são 20 dias antes, sabe, Vinícius, daí a pauta tem mais um tempinho aí, tem  
 2770 até 10 dias, os documentos. Bom, meus amigos e amigas, vamos em frente. O nosso  
 2771 último informe diz respeito ao nosso calendário proposto pela Secretaria-Executiva, ele  
 2772 também tem um caráter informativo, sabe que essas datas, até por discussões como  
 2773 essa, pode eventualmente ter um ajuste, mas fizemos pensando já no conselho  
 2774 trabalhando e as Câmaras Técnicas, por videoconferência. Então vocês podem ver aqui à  
 2775 esquerda, estão as reuniões ordinárias, extraordinárias, a Câmara de Planejamento, de  
 2776 Assuntos Legais, Outorga, Barragens, a Gestão Ambiental e Territorial e Ciência e  
 2777 Tecnologia. Então os nossos dois tipos de reunião, ordinária, extraordinária, e das seis  
 2778 câmaras. Então aqui também seguindo pela esquerda, em junho realizamos então as  
 2779 reuniões das Câmaras Técnicas, de cinco reuniões de Câmaras Técnicas, e estamos  
 2780 realizando hoje a nossa reunião ordinária, e amanhã realizaremos a reunião  
 2781 extraordinária da plenária. E então seguindo nas reuniões das Câmaras Técnicas, a  
 2782 previsão dia 14 então para a CTAL, já recebendo um conjunto de matérias tratadas  
 2783 nessas reuniões temáticas, dessa última semana e outras que venham a ser, ter urgência.  
 2784 E também no dia 13 já uma nova reunião da Câmara de Barragens, e assim por diante.  
 2785 Então aqui seguimos esse conjunto de reuniões, então de forma que a gente venha até a  
 2786 nossa próxima reunião extraordinária, lá no dia, aqui no dia 04 de agosto, dia 04 de  
 2787 agosto teríamos uma reunião extraordinária. Depois seguindo lá início de outubro, uma  
 2788 outra reunião extraordinária, e lá no dia 10 de dezembro, a nossa última reunião do ano,  
 2789 ordinária. Então naquela previsão do regimento interno, já temos pelo menos duas  
 2790 reuniões ordinárias a cada semestre. Então nós teríamos ainda mais com a de amanhã,  
 2791 três reuniões extraordinárias para encaminhar essas pautas. Então esse é o nosso  
 2792 exercício de reuniões, para que todos já agendem as suas reuniões e dos representantes

2793 das instituições nas Câmaras Técnicas. Se pretende mexer o mínimo nesse calendário, a  
2794 não ser por excepcionalidade, que existe toda uma lógica na construção desse  
2795 calendário, porque todas as matérias têm que ser discutidas e acordadas na parte  
2796 temática, todas têm que passar na CTAL, e aí por isso esse ritmo, vamos dizer assim,  
2797 dessa construção do cronograma. Certo? Tinha algum esclarecimento sobre essa  
2798 proposta? Mas entendendo que é uma proposta de organização, e que vamos tentar  
2799 seguir o máximo possível esta agenda proposta. Também quanto ao horário das reuniões,  
2800 nesse primeiro momento nós fizemos algum exercício de fazer um dia só e às vezes de  
2801 manhã e de tarde, como aconteceu, por exemplo, na de Planejamento, que foi das 10h da  
2802 manhã ao meio-dia, e das 15h às 17h, e ali naquele dia resolveu os assuntos. Então as  
2803 Câmaras Técnicas se reuniram e algumas tiveram alguma proposta, depende também do  
2804 tamanho da pauta, mas a princípio se deve encaminhar as reuniões, buscando resolver  
2805 os problemas num dia só. Mas isso pode também se discutir a partir do relato das últimas  
2806 reuniões, porque como sabem, a Plenária, já é necessário um tempo maior. E para as  
2807 Câmaras Técnicas, às vezes um dia só não é suficiente, então porque precisa um debate  
2808 técnico, mais aprofundado também. Então fica como sugestão aqui da maneira que está,  
2809 mas sabendo que podem da convocatória sofrer algum ajuste em relação a esses  
2810 horários. Mas procurar haver um mínimo de mudança nessas datas. Esse é o informe que  
2811 eu gostaria de dar em relação ao nosso calendário. Algum esclarecimento? Bom, então  
2812 se não tem alguma sugestão, perguntar se algum dos conselheiros tem alguma  
2813 recomendação ou algum tema mais específico a ser tratado próximo período? Bom, então  
2814 meus amigos, então...

2815 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – A Mônica abriu.

2816 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Achei que ainda era,  
2817 então Mônica, por favor.

2818 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Só uma dúvida, Mônica  
2819 das concessionárias e autorizadas de geração. Comissão relação a essa agenda, ela está  
2820 disponível lá naquele link do conselho?

2821 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Sim.

2822 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Vamos colocar lá.

2823 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Ah, está ótimo. Obrigada,  
2824 era só essa informação.

2825 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Elio.

2826 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Oh Renato, só, eu queria saber se era possível aí  
2827 alguém ali da Secretaria fazer uma foto, aparecendo todos aí para a gente compartilhar  
2828 nos grupos locais nossos?

2829 **SR. RENATO SARAIVA FERREIRA (Membro Titular do CNRH)** – Mas então, vamos  
2830 pedir para todos abrirem a câmera, vamos ver como se cabe todo mundo, né. Com o  
2831 maior número possível de membros para a nossa foto de encerramento da nossa reunião  
2832 do dia 29 de junho, chegamos no meio do ano, todos com saúde, graças a Deus, e  
2833 também sentimentos a eventualmente alguém que teve perda de familiares ou amigos,  
2834 um momento muito complexo que estamos vivendo. Então não havendo mais nenhuma  
2835 manifestação, agradecemos a presença de todos, em estarem conosco, e convidando a  
2836 todos para a nossa reunião então extraordinária amanhã às 14h30, também o mesmo  
2837 procedimento aqui pela plataforma Teams. Então agradecer a presença de todos e dar  
2838 por encerrada então a nossa 42ª Reunião Ordinária do CNRH. Abraço a todos e até mais.

2839 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Boa noite.

2840 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Boa noite.

2841 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Boa noite.

2842 **SRª. ROSELI SOUSA (Secretaria-Executiva)** – Tchau, tchau, gente.

2843 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Alguém fez a foto?

2844 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Boa noite e até amanhã, gente.

2845 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Alguém fez a foto?

2846 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Elio, eu fiz uma foto aqui, mas o meu só  
2847 aparecem nove câmeras.

2848 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – É, né?

2849 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – É. Eu acho que o Teams, mesmo, ele tem essa  
2850 limitação, sabe?

2851 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Ah tá. Então valeu a intenção.

2852 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Valeu à intenção.

2853

2854